Proposta da Administração para a

63ª Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em

27 de abril de 2023

Eletrobras

CONVITE **2**
EDITAL DE CONVOCAÇÃO **3**
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO **8**
1. Procedimentos inerentes à AGO 8
1.1. Quóruns de Instalação e de Aprovação 8
1.2. Direito de Voto 9
1.3. Habilitação e Participação na Assembleia 9
(i) Documentos Exigidos para Participação na Assembleia 9
(ii) Representação dos Acionistas 10
(iii) Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas 10
(iv) Cadastro e Credenciamento para Participação na Assembleia 12
(v) Participação na AGO via Plataforma Digital 13
(vi) Boletim de Voto 16
(vii) Instalação do Conselho Fiscal, indicação de candidatos e eleição 17
2. Proposta da Administração sobre as matérias da Ordem do Dia 19
3. Conclusão 27
Lista de Anexos **28**

CONVITE

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ("Eletrobras" ou "Companhia") convida a todos os seus acionistas a participarem da sua 63ª Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO"), conforme abaixo:

Data: 27 de abril de 2023
Horário (Brasília): 14h00

A Assembleia será realizada de forma totalmente digital nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do artigo 5°, §2, inciso I e artigo 28, §§2° e 3° da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), e do artigo 18, §1º, do Estatuto Social da Companhia, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 14h00, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a Ordem do Dia abaixo listada.

Matérias a serem deliberadas em AGO:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; e

3. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para o período de abril de 2023 a março de 2024.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração, em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer a todos os seus acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua área de Relações com Investidores para esclarecer quaisquer dúvidas.

Canais de Atendimento
Site: https://ri.eletrobras.com/
E-mail: assembleiavirtual@eletrobras.com
E-mail: ombudsman-ri@eletrobras.com
Telefones: (21) 2514-6333 | 2514-4627
Fax: (21) 2514-5964

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ N.º 00.001.180/0001-26

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

63ª Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Eletrobras" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" e "AGO"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do artigo 5°, §2º, inciso I e artigo 28, §§2° e 3° da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), e do artigo 18, §1º, do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14h00, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a Ordem do Dia abaixo listada.

Matérias a serem deliberadas em AGO:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; e

3. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para o período de abril de 2023 a março de 2024.

Assembleia Digital e Boletim de Voto a Distância

A decisão da Companhia para a realização da AGO exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2° e 3° da Resolução CVM 81, e do artigo 18, §1º, do Estatuto Social da Companhia, tem por objetivo facilitar a participação dos Acionistas e dos demais envolvidos na realização da AGO. Adicionalmente, será conferido aos Acionistas a participação na Assembleia por meio de boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81.

Dessa forma, a participação do acionista poderá ser:

(i) via Boletim de Voto, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação à distância constam do Boletim de Voto, que pode ser acessado nos *websites* citados abaixo; e

(ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

As orientações sobre as regras de conduta a serem adotadas na AGO estarão disponíveis na Plataforma Digital.

Boletim de Voto

Observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81, no Formulário de Referência da Companhia e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO, o acionista poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Instalação do Conselho Fiscal e Indicação de Candidatos

O Conselho Fiscal da Eletrobras é de funcionamento não permanente. Portanto, em atenção ao artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 4º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto (ações ordinárias de emissão da Companhia), ou 1% das ações sem direito a voto (ações preferenciais classe "A" e classe "B" de emissão da Companhia), o qual poderá ser realizado via Boletim de Voto ou diretamente à Companhia.

Nos termos do artigo 37 e seguintes da Resolução CVM 81, o pedido de inclusão de candidatos no Boletim de Voto pode ser realizado por acionistas que representem, no mínimo, 0,5% das ações de determinada espécie da Companhia e deve ser encaminhada aos cuidados da Diretora Financeira e de Relação com Investidores, acompanhada das informações exigidas pelo artigo 38, inciso II, da Resolução CVM 81, o que inclui, sem limitação, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia (artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81).

Informações detalhadas sobre o processo de instalação do Conselho Fiscal e indicação de membros efetivos e suplentes encontram-se na Proposta da Administração para a Assembleia.

Acesso à Assembleia

Os acionistas que desejarem participar da AGO via Plataforma Digital deverão acessar o *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual, preencher seu cadastro, incluindo a criação

de senha, e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até 25 de abril de 2023.

Documentos Exigidos

Os seguintes documentos serão exigidos dos acionistas para habilitação e participação e/ou voto na AGO via Plataforma Digital ("Documentos Exigidos para Participação na Assembleia"):

(i) se **pessoa natural**, cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade (caso aplicável), ou, no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador, devendo tal procurador ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

(ii) se **pessoa jurídica**, (a) atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o ocaso, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou

(iii) se **fundo de investimento**, cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do *website* acima mencionado.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do sistema de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Representação dos Acionistas

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 4 de novembro de 2014 ("Precedente CVM"), o acionista pode ser representado na Assembleia:

(i) se **pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil);

(ii) se **pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; e

(iii) se **fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas

Em razão da limitação ao exercício do direito de voto previsto nos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia (conforme detalhado na Proposta da Administração), a Companhia solicita, desde já, para fins do oportuno exame da matéria, que os acionistas incluídos nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do Estatuto Social, informem quais são os integrantes de eventual grupo de acionistas com antecedência de até 2 dias da data designada para a realização da AGO, ou seja, até às 23h59 do dia 25 de abril de 2023, mediante o envio da declaração exclusivamente para o endereço de *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual, especificando o seguinte ("Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas"):

(i) se fazem parte de acordo de votos e se existem outros integrantes do acordo e suas respectivas participações;

(ii) se fazem parte de grupo econômico de sociedades ou grupo de entidades com a administração ou gestão comum ou sob o mesmo comando; e

(iii) se são representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título.

O modelo de Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas se encontra disponibilizada pela Companhia em seu *website* (https://ri.eletrobras.com/informacoes/convocacoes-e-atas/).

Os acionistas que não se enquadrarem nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do Estatuto Social não precisarão enviar a referida declaração e a Companhia considerará que tais acionistas afirmam que não pertencem a qualquer "grupo de acionistas" e que

se responsabilizam por tal afirmação, dado o dever informacional previsto no Estatuto Social da Companhia.

Ainda, conforme prevê o artigo 8º, §5º, do Estatuto Social da Companhia, o presidente e secretário da Assembleia poderão, caso entendam necessário, solicitar aos acionistas documentos e informações para verificar o eventual pertencimento de um acionista a um "grupo de acionistas" que possa deter 10% ou mais do capital votante da Companhia.

Confirmação da Habilitação

Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGO. Nos termos do artigo 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração.

Informações e Documentação

A Proposta da Administração, com informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na AGO, incluindo orientações adicionais para envio do Boletim de Voto, bem como toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação em vigor, encontram-se disponíveis nos *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

Ivan de Souza Monteiro

Presidente do Conselho de Administração

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ N.º 00.001.180/0001-26

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

63ª Assembleia Geral Ordinária

1. Procedimentos inerentes à AGO

A administração da Eletrobras ("Administração"), vem submeter sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação dos acionistas na 63ª Assembleia Geral Ordinária, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei Lei das Sociedades por Ações, do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, ambos da Resolução CVM 81, e do artigo 18, §1º, do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14h00, por meio da Plataforma Digital Zoom, para deliberarem sobre a Ordem do Dia constante do Edital de Convocação.

Para facilitar a compreensão e o comparecimento dos Srs. Acionistas à Assembleia, ora convocada, a seguir a Companhia lista as informações relevantes referentes aos procedimentos de instalação, participação e condução dos trabalhos, bem como apresenta a Proposta da Administração sobre as matérias da Ordem do Dia.

1.1. Quóruns de Instalação e de Aprovação

Nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, para a instalação da AGO em primeira convocação é necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais detentores de participação correspondente a, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto da Companhia.

Caso o quórum de instalação não seja atingido, a Companhia providenciará uma nova convocação com, pelo menos, 8 dias de antecedência. Em segunda convocação, a AGO será instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas.

Nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações das assembleias gerais de Acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos Acionistas presentes à Assembleia.

A aprovação das matérias objeto da Ordem Do Dia dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à AGO, desconsideradas as abstenções.

Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Eletrobras, é vedado a qualquer acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, público ou privado, o exercício do direito de voto em número superior ao equivalente ao percentual de 10% da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras, independentemente de sua participação no capital social. Dessa forma, para cômputo dos quóruns, a Companhia levará em consideração apenas o total de votos

conferidos às ações com direito de voto detidas pelos acionistas presentes à Assembleia.

1.2. Direito de Voto

- Acionistas detentores de ações **ordinárias**:

Terão direito de voto, observada a restrição do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, em todos os itens da Ordem do Dia constante do Edital de Convocação.

- Acionistas detentores de ações **preferenciais**:

Não terão direito a voto em nenhum dos itens da Ordem do Dia constante do Edital de Convocação.

Nos termos do artigo 161, §4º, alínea 'a', da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, caso haja pedido de instalação válido do Conselho Fiscal, os acionistas titulares de ações preferenciais classe "A" e classe "B" da Companhia poderão requerer a eleição em separado de membro efetivo e respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

1.3. Habilitação e Participação na Assembleia

(i) Documentos Exigidos para Participação na Assembleia

Para participar da AGO, os Acionistas devem ser detentores de ações de emissão da Companhia e apresentar os "Documentos Exigidos para Participação na Assembleia", conforme listados no Edital de Convocação.

(a) se **pessoa natural**, cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade (caso aplicável), ou, no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador, devendo tal procurador ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

(b) se **pessoa jurídica**, (a) atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação no âmbito da AGO, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e (b) se for o ocaso, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou

(c) se **fundo de investimento**, cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s)

de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do *website* acima mencionado. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do sistema de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

(ii) *Representação dos Acionistas*

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e do "Precedente CVM" (conforme definido no Edital de Convocação), o acionista poderá ser representado na Assembleia:

(a) se **pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 ano (que seja acionista, administrador da companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil);

(b) se **pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; ou

(c) se **fundo de investimentos**, cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional.

(iii) Declaração de *Pertencimento* a Grupo de Acionistas

Nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Eletrobras, é vedado a qualquer acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, público ou privado, o exercício do direito de voto em número superior ao equivalente ao percentual de 10% da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras, independentemente de sua participação no capital social.

Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Eletrobras, é vedada a celebração de acordos de acionistas visando regular o exercício do direito de voto em número superior ao correspondente ao percentual de 10% da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras.

Já nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Eletrobras, enquadram-se na definição de "grupo de acionistas", para fins da restrição ao exercício do direito de voto, dois ou mais acionistas que:

(a) sejam (i) partes de acordo de voto, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro ou dos demais; (iii) sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa ou sociedade, ou conjunto de pessoas ou sociedades, acionistas ou não; (iv) sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa ou sociedade, ou conjunto de pessoas ou sociedades, acionistas ou não; e

(b) sejam quaisquer acionistas representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, exceto (b.1) no caso de detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de ADR da Companhia, quando representados pelo respectivo banco depositário; ou (b.2) no caso de acionista que sejam representados pelos procuradores indicados pela Companhia no item "Representação na Assembleia" da Proposta da Administração, em ambos os casos desde que não se enquadrem em qualquer das hipóteses contempladas no artigo acima referido.

No caso de fundos de investimento com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como integrantes de um grupo de acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em assembleias de acionistas, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor.

Em razão da limitação ao exercício do direito de voto previsto nos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, a Eletrobras solicita, desde já, para fins do oportuno exame da matéria, que os acionistas incluídos nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do seu Estatuto Social, informem quais são os integrantes de eventual grupo de acionistas com antecedência de até 2 dias da data designada para a realização da AGO, ou seja, até às 23h59 do dia 25 de abril de 2023, mediante o envio da "Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas" (conforme definido no Edital de Convocação) exclusivamente o endereço de *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual, especificando o seguinte:

(a) se fazem parte de acordo de votos e se existem outros integrantes do acordo e suas respectivas participações;

(b) se fazem parte de grupo econômico de sociedades ou grupo de entidades com a administração ou gestão comum ou sob o mesmo comando; e

(c) se são representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título.

O modelo de Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas se encontra disponibilizada pela Companhia em seu *website* (https://ri.eletrobras.com/informacoes/convocacoes-e-atas/).

Os acionistas que não se enquadrarem nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do Estatuto Social não precisarão enviar a referida declaração e a Companhia considerará que tais acionistas afirmam que não pertencem a qualquer "grupo de acionistas" e que se responsabilizam por tal afirmação, dado o dever informacional previsto no Estatuto Social da Companhia.

Ainda, conforme prevê o artigo 8º, §5º, do Estatuto Social da Companhia, o presidente e secretário da Assembleia poderão, caso entendam necessário, solicitar aos acionistas documentos e informações para verificar o eventual pertencimento de um acionista a um "grupo de acionistas" que possa deter 10% ou mais do capital votante da Companhia.

(iv) Cadastro e Credenciamento para Participação na Assembleia

O acionista que desejar participar da AGO, para manifestar-se e/ou votar, via Plataforma Digital, deverá preencher todos os dados de cadastro no *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual e anexar todos os documentos comprobatórios de habilitação (de forma completa e conforme enumerados acima) no referido endereço de *website* com, no mínimo 2 dias de antecedência da data designada para a realização da AGO, ou seja, até às 23h59 do dia 25 de abril de 2023.

A Companhia providenciará a verificação dos documentos e o acionista receberá, via Plataforma Digital, a confirmação acerca de seu credenciamento para participação na AGO. Em caso de documentação insuficiente, o acionista deverá complementar a documentação no mesmo *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual até às 23h59 do dia 25 de abril de 2023.

Se for o caso, o procurador deverá fazer cadastro com seus dados no *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual e deverá, através do mesmo *website*, indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, nos termos acima mencionados. Após o cadastro pessoal, o procurador é automaticamente direcionado ao cadastro dos seus representados, mas, caso saia dessa página e queira voltar a adicionar mais representados, o procurador precisará acessar o *website* www.eletrobras.com/AssembleiaVirtual e fazer *login* com a senha criada no momento do cadastro para continuar a cadastrá-los.

O procurador receberá confirmação individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Caso represente mais de um acionista, o procurador somente poderá votar na AGO pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Neste caso, o procurador deve atentar para o §2º do artigo 8º do Estatuto Social que estabelece que serão considerados como pertencentes a um mesmo grupo de acionistas, para fins da limitação de voto estabelecida nos artigos 6° e 7º do Estatuto Social, quaisquer acionistas representados pelo mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, com exceção (a) dos detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de ADR da Companhia, quando representado pelo respectivo banco depositário; e (b) dos acionistas representados pelos procuradores indicados pela Companhia no item (ii) "Representação na Assembleia" desta Proposta, em ambos os casos; desde que não se enquadrem em qualquer das hipóteses contempladas no artigo acima referido.

O acesso à AGO via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta da Administração ("Acionistas Credenciados"). A Companhia alerta que os acionistas que não apresentarem o pedido e os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na AGO.

Os Acionistas Credenciados ou seus procuradores se comprometem a: (a) utilizar o cadastro individual única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da AGO; (b) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o cadastro individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o cadastro intransferível; e (c) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGO.

Caso determinado Acionista Credenciado não receba a confirmação para acesso virtual na AGO com até 8 horas de antecedência do horário início da AGO, deverá entrar em contato com a Superintendência de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com com até 4 horas de antecedência do horário de início da AGO.

(v) Participação na AGO via Plataforma Digital

O Acionista Credenciado que participar por meio da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia será considerado presente à AGO (podendo exercer seu respectivo direito de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do artigo 47, inciso III e §1º, da Resolução CVM 81.

Por sua vez, o Acionista Credenciado que já tenha enviado o Boletim de Voto também poderá, caso deseje, se cadastrar para participar da AGO por meio da Plataforma Digital, desde que o faça na forma e no prazo descrito nesta Proposta da Administração. Nessa hipótese, o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao

acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGO, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

Ressalte-se que a Plataforma Digital atende aos requisitos previstos no artigo 28, §1º e incisos I a III da Resolução CVM 81, quais sejam: (a) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGO que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (b) a gravação integral, pela Companhia, da AGO; (c) a possibilidade de comunicação entre os acionistas presentes; e (d) assegure o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos.

A AGO será integralmente gravada, e, dessa forma, o Acionista Credenciado, ao acessar a Plataforma Digital e participar da AGO, está ciente e autoriza a Companhia a gravar e fazer uso das informações da AGO, inclusive, do Acionista Credenciado como participante da AGO, consentindo com a realização pela Companhia, assim como por terceiros autorizados pela Companhia, respeitadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, de coleta, classificação, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, avaliação, controle, transferência, difusão, extração, gravação, organização, estruturação, armazenamento, compartilhamento, adaptação, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, disseminação ou outra forma de disponibilização, correlação ou combinação ou restrição das informações constantes da AGO e, inclusive, do Acionista Credenciado como participante da AGO, desde que observada a legislação e regulamentação aplicáveis. As finalidades de todas as utilizações ora mencionadas serão para (a) registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGO; (b) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGO; (c) registro de presença dos Acionistas Credenciados na AGO; (d) registro dos votos proferidos pelos Acionistas Credenciados na AGO; (e) atendimento de determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória; e (f) caso a informação seja necessária, para defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores nas esferas judiciais, arbitrais, administrativas, regulatórias e/ou autorregulatórias.

Cada Acionista Credenciado se declara ciente:

(a) de que as gravações e as suas informações serão utilizadas e tratadas pela Companhia pelo prazo de cinco anos e, após, poderão ser deletadas (salvo se por determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória ou no contexto de determinada defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores no âmbito de um processo judicial, arbitral, administrativo ou autorregulatório);

(b) da realização de diversos tratamentos de suas informações em razão de obrigação legal, regulatória, da qual a respectiva parte controladora dos dados seja integrante, o que é do interesse do Acionista Credenciado, segundo as suas

legítimas expectativas, fundamentadas no apoio e na promoção da atividade da Companhia; e

(c) de que os direitos sobre os seus dados pessoais poderão ser exercidos apenas na forma eventualmente permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, mediante comunicação expressa à Companhia.

O Acionista Credenciado que deseje:

(a) se manifestar sobre determinada matéria da Ordem do Dia da AGO deverá utilizar a Plataforma Digital para cadastrar tal pedido, de forma que, na ordem em que forem recebidos pela mesa, seja dada a palavra a tal Acionista Credenciado, através da abertura de seu áudio. Com objetivo de manter o bom andamento da AGO, poderá ser estabelecido um tempo máximo para a manifestação de cada acionista participante; e

(b) fazer uso da palavra para realizar manifestação sobre qualquer assunto não relacionado à ordem do dia da AGO deve utilizar os canais usuais de contato com a Companhia, por meio da área de Relações com Investidores

Eventuais manifestações realizadas por escrito, enviadas à mesa da AGO para o e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com até o final da AGO, por qualquer Acionista Credenciado ou seu procurador, serão anexadas à respectiva ata se houver solicitação expressa nesse sentido.

A Companhia:

(a) não se responsabiliza por problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do Acionista Credenciado;

(b) fortemente recomenda, ainda, que os Acionistas Credenciados façam testes e se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos com a Plataforma Digital e outros problemas com a sua utilização no dia da AGO, e acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início das AGO, a fim de evitar eventuais problemas operacionais; e

(c) a fim de auxiliar seus acionistas, fornecerá suporte técnico remoto e disponibilizará aos Acionistas Credenciados guia com instruções básicas para acesso à AGO por meio da Plataforma Digital.

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre as questões acima poderão ser dirimidos ou obtidos, conforme o caso, por meio de contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com.

(vi) Boletim de Voto

Conforme previsto na Resolução CVM 81, na forma do artigo 26, §1º, inciso II, alínea 'b', a Eletrobras disponibilizará, até 1 mês antes da data marcada para a realização da AGO, o Boletim de Voto a fim de possibilitar a participação à distância de seus acionistas, conforme modelo disponibilizado nos *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Para participar da AGO por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, com até 7 dias de antecedência da data de realização da AGO, para: (a) o Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia ("Escriturador"); (b) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Resolução CVM 81; ou, ainda, (c) a Companhia, diretamente, por correio postal ou eletrônico.

Escriturador

A Eletrobras informa que o Escriturador, nos termos de convênio firmado com a Companhia, receberá o Boletim de Voto em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, observados os procedimentos estabelecidos pelo Escriturador. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Agentes de Custódia

Nos termos da Resolução CVM 81, os Agentes de Custódia podem, mas não são obrigados, a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se ele prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais Agentes.

Companhia

Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas que assim desejarem também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(a) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ombudsman-ri@eletrobras.com. A Companhia não exigirá o envio dos originais para a Companhia;

(b) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; e

(c) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no item 1.3(ii) acima.

Informações Gerais

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até sete dias antes da data de realização da AGO nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia.

Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

(vii) Instalação do Conselho Fiscal, indicação de candidatos e eleição

Instalação

Nos termos do Artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal da Eletrobras é de funcionamento não permanente. Portanto, em atenção ao artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 4º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"), será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto (ações ordinárias de emissão da Companhia), ou 1% das ações sem direito a voto (ações preferenciais classe "A" e classe "B" de emissão da Companhia).

O pedido de instalação do Conselho Fiscal poderá ser realizado via Boletim de Voto, que conferirá ao acionista a opção de solicitar a instalação do Conselho Fiscal, ou mediante comunicação encaminhada diretamente à Companhia.

Indicação de candidatos

Se instalado, o Conselho Fiscal poderá ser composto por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, que serão eleitos na própria Assembleia. Antes

da deliberação acerca da eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia fixará o número de vagas a serem preenchidas pelos candidatos.

Acionistas da Companhia titulares de 0,5% de ações de determinada espécie poderão incluir candidatos a membros do Conselho Fiscal no Boletim de Voto no prazo de até 25 dias antes da data de realização da Assembleia, isto é, até às 23h59 do dia 02 de abril de 2023 ("Solicitação de Inclusão").

A Solicitação de Inclusão deverá ser realizada por escrito e encaminhada à Diretora Financeira e de Relações com Investidores ao endereço de e-mail ombudsman-ri@eletrobras.com. O Acionista deverá atender as exigências aplicáveis à redação do Boletim de Voto (artigo 32 da Resolução CVM 81) e instruir a Solicitação de Inclusão com as informações indicadas no artigo 38, inciso II, da Resolução CVM 81, o que inclui, sem limitação, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia (artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81).

A Companhia se reserva o direito de, após o recebimento da Solicitação de Inclusão e da análise inicial das informações encaminhadas pelos acionistas, observado o prazo estabelecido pela Resolução CVM 81, solicitar a apresentação de informações adicionais.

Ao proceder à indicação de candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, os acionistas da Companhia devem, além de apresentar toda a documentação comprobatória pertinente, estar atentos ao disposto:

(a) no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal;

(b) no artigo 147, §§ 1º ao 3º, da Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que somente poderão ser eleitos membros do Conselho Fiscal aqueles que não estiverem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; não tiverem sido condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta; atenderem ao requisito de reputação ilibada; e não ocupem cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenham, nem representem interesse conflitante com o da Companhia; e

(c) no §2º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de controladas ou do mesmo grupo econômico, nem cônjuge ou parente, até terceiro grau, de quaisquer dos administradores Companhia.

Até a data da divulgação desta Proposta da Administração, a Companhia recebeu dos acionistas PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Geração L. Par Fundo de Investimento em Ações, Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia e Banclass Fundo de Investimento em Ações indicações de candidatos para as vagas de titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes ("Candidatos"), conforme divulgado pela Companhia por meio de avisos aos acionistas nos dias 14 e 21 de março de 2023, os acionistas ("Avisos aos Acionistas").

Em atenção à Resolução CVM 81 e ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, os Candidatos foram incluídos no Boletim de Voto divulgado nesta data e os Avisos aos Acionistas apresentam sobre os Candidatos as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia.

A Companhia ressalta que a indicação de candidatos por acionistas pode ser realizada a qualquer momento até a conclusão da Assembleia. No entanto, a fim de promover adequada publicidade a seus acionistas sobre os candidatos eventualmente indicados, a Companhia encoraja os acionistas a realizarem a indicações com a maior antecedência possível.

Eleição

A eleição dos candidatos a membros do Conselho Fiscal observará o disposto no Estatuto Social da Companhia e os termos do artigo 161, §4º, da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas titulares de ações sem direito a voto (ações preferenciais classe "A" e classe "B" de emissão da Companhia) terão o direito de requerer a eleição em separado de membro efetivo e respectivo suplente para o Conselho Fiscal.

2. Proposta da Administração sobre as matérias da Ordem do Dia

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercicio social findo em 31 de dezembro de 2022 (item 1 da Ordem do Dia)

A Administração propõe aos acionistas a aprovação do relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos ("Relatório da Administração") e das demonstrações financeiras anuais completas da Companhia ("Demonstrações Financeiras"), acompanhadas do relatório emitido pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Relatório do Auditor Independente" e "PWC"), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de março de 2023. Para suporte da deliberação a ser tomada na Assembleia, a Administração solicita aos Srs. Acionistas que analisem toda a documentação e as considerações descritas abaixo:

Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, dos pareceres do Conselho Fiscal sobre o Orçamento de Capital

e sobre as Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

Nos termos e prazo estabelecidos pelo artigo 10 da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis nos *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/), as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, dos Pareceres do Conselho Fiscal sobre o Orçamento de Capital e sobre as Demonstrações Financeiras, bem como o relatório anual resumido das atividades do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, nos termos do artigo 31-D da Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021 ("Relatório Anual Resumido"), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Mais detalhadamente:

(a) as Demonstrações Financeiras (i) expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Companhia; (ii) compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), acompanhadas das notas explicativas às demonstrações financeiras, que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas informações;

(b) o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras Anuais Completas, apresenta informações sobre a Companhia de caráter financeiro e não-financeiro, estatísticas e operacionais, as quais devem ser lidas em conjunto e como parte desta Proposta da Administração;

(c) o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras foi emitido pela PWC, que examinou toda a documentação pertinente e concluiu que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2022;

(d) os Pareceres do Conselho Fiscal foram emitidos em reunião realizada em 13 de março de 2023 e decorrem do exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, dos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício social em reuniões com a administração, a PWC e o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, bem como do exame do Relatório do Auditor Independente, sobre os quais o Conselho Fiscal opinou estarem em condições de serem apreciados pela Assembleia; e

(e) o Relatório Anual Resumido contém a descrição das atividades exercidas pelo Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Companhia, seus resultados e conclusões alcançadas, bem como as recomendações feitas.

A publicação das Demonstrações Financeiras no jornal Valor Econômico (Edição Nacional) tem previsão de ser realizada até o dia 12 de abril de 2023.

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos do Seção 2 do Formulário de Referência, encontram-se no **Anexo A** desta Proposta da Administração.

Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Além disso, também está disponível para consulta dos Acionistas o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP nos *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

(ii) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercicio social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos (item 2 da Ordem do Dia)

Em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras apresentou um lucro líquido de R$3.635 milhões. O Relatório da Administração, bem como o **Anexo A** desta Proposta detalham a variação das principais contas que compõem o resultado do exercício de 2022, apresentando os destaques e os eventos que ocorreram no decorrer do exercício e que esclarecem o resultado em questão.

Nesse contexto, observados os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, bem como o Relatório do Auditor Independente, a Administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de lucro líquido ajustado da controladora no valor de R$3.454 milhões, conforme Demonstrações Financeiras.

Destinação do Resultado e Distribuição de Dividendos

A Administração da Companhia propõe seguinte destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (sem prejuízo da proposta de Orçamento de Capital e Retenção, detalhadas a seguir):

- Conforme previsto no *caput* do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido do exercício, correspondentes a R$182 milhões deverá ser destinado à Reserva Legal;
- Conforme previsto no artigo 50, §1°, do Estatuto Social, 25% do lucro líquido ajustado do exercício social seja pago a título de dividendos obrigatórios. Desta forma, a Administração propõe que os valores de dividendos obrigatórios de

R$863 milhões sejam declarados e pagos aos acionistas da Companhia, incluindo a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe "A", classe "B" e de classe especial (*golden share*), no prazo de 60 dias contados da eventual aprovação, conforme previsto no §3° do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, ainda o disposto nos §§1º ao 5º do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia;

- Conforme previsto no artigo 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% do lucro líquido do exercício social poderá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R$2.590 milhões, correspondente a 71,25% do lucro líquido do exercício seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.

Nos termos do artigo 10, II, e Anexo A da Resolução CVM 81, informações detalhadas referentes à proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se no **Anexo B** a esta Proposta da Administração.

- *Reserva de Orçamento de Capital* (artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações)

Adicionalmente ao descrito acima, quanto à proposta de retenção de lucros para fins de orçamento de capital, conforme autorizado pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações ("Orçamento de Capital"), a Administração esclarece que, para o exercício social corrente (2023), revisou seu Orçamento de Capital e entendeu adequada a proposta de retenção do lucro acumulado de R$248 milhões à conta da reserva de Orçamento de Capital.

Todas as informações referentes à proposta de Orçamento de Capital e a respectiva Retenção encontram-se no **Anexo C** a esta Proposta da Administração.

(iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para o período de abril de 2023 a março de 2024 (item 3 da Ordem do Dia)

- *Contextualização*

Até 17 de junho de 2022, a estratégia de remuneração dos administradores da Eletrobras e de suas controladas era definida exclusivamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cujas orientações eram de aplicação cogente para todas as empresas estatais. Isso porque, até tal data, a Companhia era uma empresa estatal federal, sob controle da União Federal, e possuía uma série de limitações para a fixação de remuneração de seus administradores.

Foi neste contexto que houve a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2022 ("62ª AGO"), do montante global da remuneração dos administradores da Eletrobras, bem como dos membros do Conselho Fiscal e dos

membros dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, para o período compreendido entre abril de 2022 até março de 2023.

Embora tenha sido amparada pela Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021 (promulgada antes da realização da 62ª AGO em 22 de fevereiro de 2022), a desestatização da Eletrobras apenas se materializou em junho de 2022, com a liquidação da operação do aumento do seu capital social e diluição da participação societária da União Federal, seguida do pagamento das novas outorgas pelas Empresas Eletrobras – portanto, posteriormente à data da 62ª AGO.

Após esse marco, a Companhia passou a ser uma companhia aberta sem controlador definido, o que impôs à sua administração novos desafios associados à sua reestruturação e ao destravamento das alavancas de valor associadas à desestatização. Nesse novo contexto, passou a fazer parte do papel da alta administração da Companhia atuar para capturar todas as sinergias e oportunidades de crescimento desde então possíveis, porém não menos desafiadoras, diante do seu novo regime jurídico, conforme destacado na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022 ("184ª AGE").

Nessa conjuntura, o modelo de remuneração da administração anteriormente vigente mostrou-se ainda mais defasado, implicando o risco de perda de talentos e dificuldade de atração de novos, em comprometimento ao planejamento anteriormente retratado e à expectativa do mercado de grandes alavancas de valor que poderiam ser destravadas.

Assim, na 184ª AGE, em linha com o novo modelo de remuneração dos administradores da Eletrobras privatizada que contemplou revisão da remuneração fixa e a criação dos mecanismos de incentivos de curto e longo prazo, foram aprovados os instrumentos que o compõem, embasado no estudo elaborado pela consultoria Korn Ferry, que foi recomendado pelo Comitê de Pessoas e aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de novembro de 2022 ("Modelo de Remuneração").

Contemplando patamares remuneratórios alinhados a empresas de porte e contexto similar, consubstanciados em incentivos de curto e longo prazo, o Modelo de Remuneração dos Administradores da Companhia visa à solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar talentos, e estruturada, para assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos administradores (adicionalmente a outros beneficiários do Modelo) da Companhia e de seus acionistas, uma vez que:

(i) a Companhia passa a ter a possibilidade de reter os atuais profissionais chave e atrair novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os administradores (e demais beneficiários) poderão capturar o crescimento de valor acionário, o que configura grande estímulo para o alto desempenho, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; e

(ii) os acionistas, que, diante da atuação dos profissionais em prol do célere destravamento das alavancas de valor da capitalização e da consequente maximização de valor da Companhia, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Companhia e a maximização do retorno de seus investimentos a médio e longo prazo.

Para tal, a remuneração dos administradores da Companhia passou a ser fixada utilizando como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação dos administradores, os novos níveis de desafios exigidos, bem como a comparação com empresas de porte similar e em especial com Companhias que passaram ou estão em estágio similar de transformação.

Dessa forma, a 184ª AGE aprovou (i) novo montante global de remuneração para o período (com encerramento em março 2023); (ii) Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações; e (iii) Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas, que instrumentalizam o Modelo de Remuneração.

O Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas encontra-se disponível para consulta no *website* de relação com investidores da Companhia (https://ri.eletrobras.com) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

- *Proposta de Remuneração para a 63ª AGO*

A seu turno, a presente proposta de Remuneração dos Administradores foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de março de 2023, a qual preserva as balizas aprovadas na 184ª AGE, consistindo, em linhas gerais, em um desdobramento para o período compreendido entre abril de 2023 a março de 2024 do modelo remuneratório da Eletrobras privatizada aprovado na assembleia citada acima.

A título de premissas e diretrizes gerais, a presente proposta de Remuneração dos Administradores considera principalmente o que se segue:

(a) Novo modelo de remuneração aprovado na 184ª AGE, que foi construído pela Korn Ferry frente ao novo contexto da Eletrobras privatizada, o qual possibilitou à Eletrobras iniciar o fortalecimento da sua estratégia de remuneração para identificação, atração, desenvolvimento e retenção de talentos, bem como para alinhar interesses entre seus executivos, a Companhia e seus acionistas;

(b) Em linha com as melhores práticas de mercado e considerando as recomendações feitas pela consultoria Korn Ferry, o modelo remuneratório da 184ª AGE possui premissa geral de que o maior percentual da remuneração total para os membros da Diretoria Estatutária se localiza nos incentivos de curto (ICP) e longo prazo (ILP): **sendo 20% a 30% para remuneração fixa; 25% a 30% para ICP; e 50% a 40% para ILP**.

(c) Ademais, os patamares de remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária **se posicionam no P50 (percentil 50%) de mercado, e, baseado em metas, gatilhos e desafios da Companhia, de natureza econômico-financeira, social, ambiental e de governança, o pacote total remuneratório será enquadrado entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%). Portanto, o pacote total entre P75 e P90 apenas será alcançado caso o desempenho seja proporcional e direcionado para P75 e P90 de mercado.**

(d) A revisão do estatuto social da Companhia, conforme aprovada na 183ª AGE, que alterou a quantidade e o escopo das posições da alta administração da Eletrobras, considerando o papel da alta gestão na captura das alavancas de valor associadas à capitalização;

(e) O novo Plano Estratégico 2023-2030 ("Plano") é orientado para captura de oportunidades adequadas ao contexto e aos diferenciais competitivos da Eletrobras trazendo foco para recalibrar e materializar a aspiração futura da Eletrobras capitalizada, que é ser ***Green Major***: Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões. Quatro Diretrizes foram criadas norteando esta visão de longo prazo: (i) Transformação e Resiliência Operacional - Liderar a oferta de produtos e serviços de qualidade para clientes e garantir a segurança de nossos colaboradores, meio ambiente e ativos; (ii) Referência em ESG - Ser referência de mercado local e internacional em práticas ESG, liderando descarbonização da economia, buscando a excelência em governança corporativa e cuidado com as comunidades; (iii) Inovação e Tecnologia - Perseguir soluções que assegurem competitividade dos negócios, assentada na digitalização de processos operacionais e corporativos e adaptabilidade a novas tecnologias; e (iv) Crescimento Sustentável - Crescer de maneira sustentável e renovável em Transmissão, Geração e Comercialização em novas geografias, modelos de negócios e tecnologias. Todas essas diretrizes têm como objetivo principal a Criação de Valor através da Maximização da geração de valor para acionistas, colaboradores e clientes, contribuindo de forma assertiva para o aprimoramento do ambiente de negócios do país (regulação e políticas setoriais). Portanto, o Modelo de Remuneração atuará como potencializador do Plano da Companhia, na medida em que permite canalizar os esforços dos Administradores em prol dos direcionamentos de curto e longo prazo pretendidos, incluindo indicadores e metas de diferentes dimensões, tais como: econômico-financeira, governança, ambiental, social – conforme descrito no **Anexo E** a esta Proposta da Administração;

(f) O Programa de Bônus (ICP) e o Programa de Opções de Compra de Ações (ILP) se basearão em metas de rentabilidade, sustentabilidade, excelência e geração de valor no longo prazo, bem como, gatilhos e desafios da Companhia, de modo

que, caso cumpridos, e a depender do grau de cumprimento, haja retribuição correspondente. Logo, se desdobram do, ao mesmo tempo que suportam o novo Plano Estratégico 2023-2030.

(g) A 185ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em janeiro de 2023, a incorporação das seguintes subsidiárias: (i) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF"); (ii) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"); (iii) Furnas – Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"); e (iv) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte" e, conjuntamente com a CHESF, CGT Eletrosul e Furnas, as "Subsidiárias" e "Operação", respectivamente). A Operação constituiu um benefício para a estrutura de governança da Companhia, e permitiu que o próprio escopo de atuação das Subsidiárias fosse revisto e repensado, com vistas: (i) à completa reestruturação e simplificação de seus sistemas de governança, com enfoque em administrações locais mais enxutas e com perfil de gestão operacional; (ii) centralização e padronização de macroprocessos e estruturas, com eliminação de redundâncias e ganhos de eficiência na operação dos ativos e execução dos projetos de investimento; (iii) robustecimento do papel da Eletrobras no direcionamento estratégico de suas subsidiárias e na definição do modelo ótimo de gestão; e (iv) maior segurança jurídica no processo decisório, haja vista a ausência de potenciais interesses conflitantes normalmente associados ao cenário de pluralidade da base acionária.

(h) A Operação descrita no item (g) acima representou medida fundamental para viabilizar alavancas de valor extremamente relevantes associadas à gestão e organização das Subsidiárias, o que se refletirá, em última instância, na expectativa de valorização e rentabilidade futura da própria Eletrobras.

(i) **A proposição da Companhia para o período de abril de 2023 a março de 2024 possibilitará completar o Modelo de Remuneração da Eletrobras privatizada, na medida em que são iniciadas as operacionalizações do Programa de Bônus (ICP) e Programa de Opções de Compra de Ações (ILP), ambos já previstos e aprovados na 184ª AGE, que em adição aos recentes patamares de remuneração fixa e variável e ao Programa de Ações Restritas (ILP) são essenciais para a retenção e atração dos talentos para Companhia.**

Isto posto, a Administração propõe à Assembleia de Acionistas que sejam aprovados, para o período de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, a título de remuneração global dos membros da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal (caso instalado), o montante de **R$106.516.417,95** (que não contempla os encargos referentes ao instituto nacional do seguro social (INSS) e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), composto por:

- R$83.265.387,25 para os membros da **Diretoria Executiva**;
- R$20.396.030,70 para os membros do **Conselho de Administração**;
- R$2.100.000,00 para os membros dos **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração**; e
- R$755.000,00 para os Conselheiros Fiscais (caso instalado, considerando-se como premissa a eleição de 5 membros titulares).

Adicionalmente, para uma melhor compreensão pelos Senhores Acionistas da proposta de remuneração dos administradores da Companhia para o período de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, e em linha com as orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, de 28 de fevereiro de 2023, são retratadas no **Anexo D** as principais características da nova proposta de remuneração para os administradores da Eletrobras.

Nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 81, todas as informações e detalhes referentes à proposta da Administração para fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal (caso instalado), do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, bem como dos membros externos dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, nos termos do Seção 8 do Formulário de Referência, encontram-se no **Anexo E** desta Proposta da Administração.

3. Conclusão

Tendo em vista tudo que foi exposto, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da 63ª Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras, nos termos da presente Proposta da Administração e seus anexos, e recomenda aos Srs. Acionistas que leiam atentamente toda a documentação posta à sua disposição em relação às deliberações propostas, bem como que as aprovem em sede de Assembleia.

Lista de Anexos

Todos os documentos relativos à matéria a ser deliberada pela 63ª Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras, em especial, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, dos pareceres do Conselho Fiscal sobre o Orçamento de Capital e sobre as Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras e o Fomulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, encontram-se à disposição dos acionistas no *websites* da Companhia (https://ri.eletrobras.com/), da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/), assim como os Anexos a seguir listados:

ANEXO A – Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia (comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022)

ANEXO B – Informações exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM 81 (proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022)

ANEXO C – Proposta de Retenção e Orçamento de Capital para o ano de 2023

ANEXO D – Principais características da nova Proposta de Remuneração para os administradores da Eletrobras

ANEXO E – Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia (informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores e membros dos comitês de assessoramento)

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
(Companhia aberta)
CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

ANEXO A – Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia (comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022)

2. Comentários dos Diretores

Para fins desta Seção 2, exceto se expressamente indicado de forma diferente, o termo "Empresas Eletrobras", refere-se em conjunto à (i) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Companhia" ou "Eletrobras"); (ii) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"); (iii) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"); (iv) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"); (v) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf");e (vi) Eletrobras Participações S.A. ("Eletropar").

Exceto se de outra forma indicado, as informações financeiras contidas nos itens a 2.1 a 2.9 desta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira daCompanhia e resultados operacionais. A diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados operacionais obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas na Seção 2 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

As informações constantes nesta seção 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, disponíveis em seu site (https://ri.eletrobras.com/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

2.1. Os diretores devem comentar sobre

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras possuía o controle acionário direto de 4 (quatro) empresas de geração e transmissão de energia elétrica, quais sejam: Eletronorte, Furnas, Chesf e CGT Eletrosul e de 1 (um) centro de pesquisas, qual seja, o CEPEL, e de 1 (uma) empresa de participações, Eletrobras Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 42.559,4 MW em empreendimentos de geração, o que representa 23% dos 188.908,9 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 68% são compostos de empreendimentos de propriedade integral das Empresas Eletrobras e investidas, 30% de empreendimentos realizados por meio de SPEs e 2% de empreendimentos em propriedade compartilhada.

O total de linhas de transmissão em 31 de dezembro de 2022 inclui 10.308,05 km em projetos da própria Eletrobras, não renovados nos termos da Lei n.º 12.783/2013, 56.630,72 km em projetos da própria Eletrobras em regime de Operação e Manutenção ("O&M"), renovados nos termos da Lei n.º 12.783/2013, e 6.948,64 km correspondentes à proporção da participação da Eletrobras em SPEs.

Em 31 de dezembro de 2022, o sistema de transmissão da Eletrobras era composto por aproximadamente 62.070,97 km de linhas de transmissão com nível de tensão de 230 kV ou superior, incluindo parcerias, correspondentes a 38,49% do total das linhas de transmissão na Rede Básica.

O Plano Estratégico das Empresas Eletrobras ("Plano Estratégico") -2023-2030, ajustado considerando o cenário verificado de capitalização da empresa no âmbito da desestatização, prevê investimentos bem superiores aos planos anteriores. Em 2022, os investimentos somaram R$5.639.000,00, representando uma realização de 108% do previsto para o ano.

Do Plano Estratégico é desdobrado o Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG"), atualizado anualmente, com horizonte de cinco anos. O novo Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), referente ao período 2023-2027, é orientado para captura de oportunidades adequadas ao contexto e aos diferenciais competitivos da Eletrobras em busca de transformar a companhia na Líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões.

Ao longo do ano de 2022, a Companhia continuou o processo de diminuição do número de SPEs em que detinha participação, por meio do Projeto de Racionalização de SPEs, o qual pretende manter como projeto estratégico e prioritário da Companhia para o exercício de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 74 SPEs.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras apresentou um lucro líquido consolidado de R$3.638.382 mil, inferior aos R$5.713.633 mil obtidos 31 de dezembro de 2021.

No exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2022, a Receita Operacional Líquida foi de R$34.074.233 mil, demonstrando uma redução de R$552.601 mil ou 1,60% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, quando correspondeu ao montante de R$34.626.834 mil. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento das deduções da receita como de PIS e COFINS no montante de R$202.031 mil e encargos setoriais no montante de R$402.815 mil, totalizando uma variação R$604.846 mil.

Avaliação de Indicadores

A tabela abaixo apresenta a evolução de indicadores considerados importantes pela administração para a avaliação da Companhia e de sua situação financeira e patrimonial do último exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Índice de Liquidez Corrente[1]	1,93	1,66
Dívida Bruta[2]	59.106.522	44.015.645
Disponibilidades[3]	24.343.863	22.208.978
Dívida Líquida[4]	34.762.659	21.806.667
Liquidez Imediata[5]	0,92	0,93
Alavancagem Líquida[6]	31,31%	28,54%

[1] Corresponde à divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante.
[2] Corresponde aos financiamentos a pagar e debêntures, conforme seção 2.5 - Medições não contábeis.
[3] Corresponde à soma de (i) Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários circulante; (ii) Financiamento a receber; e (iii) Ativo Financeiro de Itaipu.
[4] Corresponde à Dívida Financeira Bruta subtraída das Disponibilidades.
[5] Corresponde à Divisão entre as Disponibilidades e passivo circulante.
[6] Corresponde à Divisão entre a dívida Líquida e o patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento no índice de liquidez corrente da Eletrobras de 1,66 para 1,93, em função da variação positiva no ativo circulante de 28,13%, e também no passivo circulante de apenas 10,71%.

O ativo circulante aumentou em cerca de 28,13% principalmente em função da rubrica disponibilidades, que variou de R$22.208.978 mil em 31 de dezembro de 2021, para R$24.343.863 mil em 31 de dezembro 2022. O passivo circulante obteve variação positiva de cerca de 10,71%, essa variação equivale ao montante de R$2.557.504 mil.

Com relação à evolução da dívida líquida, nota-se um aumento de R$12.955.992 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, saindo de um valor de R$21.806.667 mil em 31 de dezembro de 2021 para um valor de R$34.762.659 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa variação se deve principalmente aos empréstimos e financiamentos a pagar de longo prazo, que variaram R$15.800.860 mil, de R$35.780.892 mil em 31 de dezembro de 2021 para R$51.581.752 mil em 31 de dezembro de 2022, aumento que se deve principalmente à aquisição da Madeira Energia S.A. – MESA em julho de 2022. Esse efeito foi parcialmente compensado pela variação em Caixa e Equivalentes de Caixa no montante de R$10.546.467 mil, saindo de um montante de R$192.659 mil em 31 de dezembro de 2021 para um montante de R$10.739.126 mil em 31 de dezembro de 2022.

As disponibilidades apresentaram um aumento de R$10.546.467 mil ou 5474,16%, passando de R$192.659 mil em 31 de dezembro de 2021 para R$10.739.126 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se principalmente pelo aumento nas aplicações financeiras no montante de R$10.572.636 mil.

Operações Descontinuadas - Itaipu e Eletronuclear

A Itaipu é uma entidade binacional criada e regida pelo tratado assinado em 26 de abril de 1973 (aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23/1973), entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

A Eletrobras atuava como um veículo utilizado pelo Governo brasileiro para adquirir e comercializar o aproveitamento hidroelétrico gerado pela usina.

Com a Lei nº 14.182/2021 e a Resolução nº 203/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), com as modificações da Resolução CPPI nº 221/2021, a Companhia transferiu a totalidade da sua participação, que representava 50% do capital da Itaipu à ENBpar pela contraprestação de R$1.082.275 mil, equivalentes a US$208.262 mil, definida pela Resolução CPPI nº 221/2021 e pelo contrato de transferência de participação societária, celebrado entre a Eletrobras e a ENBpar.

A Eletrobras receberá da ENBpar a contraprestação referida do item acima em 240 parcelas mensais. O pagamento destas parcelas iniciou-se em 2022, após a capitalização. Estes valores são corrigidos substancialmente pelo índice de inflação norte americano, variação cambial e acrescido de juros de 4,76% a.a.

A transferência acionária impactou o resultado da Companhia em R$896.658 mil, conforme demonstrado abaixo (valores no quadro em R$/mil):

Contraprestação pela transferência	1.082.275
Baixa na participação societária	(185.617)
Ganho na transferência	896.658

A transferência da totalidade da participação de Itaipu para a ENBpar, assim como ocorrido com a transferência da participação societária representativa do controle da Eletronuclear, atingiu os requisitos de operação descontinuada, de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e tem os seus efeitos no resultado e no fluxo de caixa divulgados como operações descontinuadas; sendo assim, a Eletrobras não considera desde junho de 2022 os efeitos da consolidação da Eletronuclear, visto não ter mais o controle dessa investida.

b. estrutura de capital

O indicador medido pela relação entre passivo de terceiros e passivo total foi de 58,91% no em 31 de dezembro de 2022.

A proporção entre o total de financiamentos provenientes de fontes de capital próprio e os provenientes de fontes de capital de terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 69,75%.

A tabela abaixo demonstra a evolução destes indicadores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Capital Próprio X Capital de Terceiros		
R$ mil, exceto percentuais	**31/12/2022**	**AV %**
Capital deTerceiros		
Passivo Circulante	26.440.876	16,61%
Passivo NãoCirculante	132.747.950	83,39%
Total Passivo	**159.188.826**	58,91%
Capital Próprio		
Patrimônio Líquido	111.028.636	41,09%
Total do Patrimônio Líquido	**111.028.636**	**41,09%**
Total (Cap. Próprio + Cap.Terceiros)	270.217.462	**100,00%**
Capital Próprio/Capital deTerceiros	69,75%	

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Com base nas informações descritas a seguir, que incluem o perfil de endividamento da Companhia, com o respectivo cronograma de amortização e suas disponibilidades, lidos em conjunto aos índices de liquidez descritos em "Avaliação de Indicadores" do item 2.1 (a) e considerando a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimose financiamentos nos mercados financeiro e de capitais, a administração da Companhia entende que, na data de submissão dessa proposta, a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de amortização para pagamento dos empréstimos, financiamentos, bônus e debêntures, que totalizavam R$59.106.522 mil, em 31 de dezembro de 2022:

Empréstimos, Financiamentos, Bônus e Debêntures			
Fluxo de Amortização			
31/12/2022			
(em milhares de R$)		**Saldo**	**AV %**
Curto Prazo			
	2023	7.524.770	12,73
Longo Prazo			
	2024	13.863.268	23,45
	2025	4.803.839	8,13
	2026	4.783.522	8,09

	2027	2.467.857	4,18
	Após 2028	25.663.266	43,42
Total		**59.106.522**	**100,00**

Sobre os índices de liquidez da Companhia, vide tabela constante da subseção Avaliação de Indicadores, na alínea "a" acima.

As principais necessidades de recursos da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2022 referem-se aos seguintes compromissos: (i) pagamento de condenações/acordos judiciais decorrentes de ações de correção monetária de empréstimo compulsório, (ii) pagamento de dividendos aos acionistas e (iii) programa de recompra de ações. Em 31 de dezembro de 2022, a classificação de risco da Eletrobras era a que se segue:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Escala Global	"Ba2": / Estável	15/07/2022
Moody's SACP	"Ba2": / Estável	15/07/2022
Fitch - Moeda Estrangeira e Local (Longo Prazo)	"BB-": / Estável	15/06/2022
Fitch - Nacional (Longo Prazo)	AA(bra) / Estável	15/06/2022
Fitch - SACP	"bb-"	15/06/2022
S&P Escala Global	BB-/Estável	15/06/2022
S&P SACP	bb-	15/06/2022
S&P Escala Nacional Brasil	brAAA/brA-1+ Estável	15/06/2022

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais aplicações de recursos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram para investimentos no valor de R$5.639 milhões e o valor líquido caixa utilizado nas atividades de investimento de R$ 28.801.652 mil. A Companhia atende a esses requisitos com (i) caixa e equivalentes de caixa com um montante de R$10.739.126 mil e (ii) financiamentos de longo prazo de R$51.581.752 mil.

A tabela abaixo evidencia, para o período indicado, a geração de fluxo de caixa operacional e o endividamento bruto da Eletrobras:

R$ mil	31/12/2022
Fluxo de Caixa Operacional de Atividades Continuadas	12.184.577
Fluxo de Caixa Operacional de Atividades Descontinuadas	(2.908.844)
Fluxo de Caixa Operacional	9.275.733
Dívida bruta	59.106.522

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Uma vez eventualmente constatada a necessidade de obtenção de recursos para realizar investimentos em ativos não circulantes e capital de giro, a Eletrobras poderia vislumbrar uma gama de alternativas como meios para viabilizar a consecução dos montantes necessários.

Para tal fim, podem-se considerar como factíveis a obtenção de: (i) financiamentos frente a instituições financeiras, (ii) o acesso ao mercado de capitais com vistas a se financiar via emissão de títulos, seja no mercado local ou internacional, (iii) ou mesmo, caso haja disponibilidade de crédito, averiguar a obtenção de recursos em modelos similares ao já realizado no passado, junto a agências multilaterais, (iv) além de realizar operações junto a instituições financeiras na modalidade "A/B *Loan*".

De todo modo, ressalta-se que os prazos e condições dos financiamentos, empréstimos ou títulos que potencialmente viessem a ser emitidos devem ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos a que estão associados, da mesma forma que o custo deve ser adequado ao fluxo de caixa do projeto considerando as características de remuneração do empreendimento.

De tempos em tempos, a Eletrobras considera novas oportunidades de investimentos potenciais e pode financiar esses investimentos com recursos gerados pelas suas operações, captações de recursos junto à terceiros, como empréstimos, financiamentos e emissões de títulos de dívida, aumentos de capital ou outras fontes de custeio que possam estar disponíveis na ocasião em questão.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamentos tomados pela Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras se valeu de (i) empréstimos e financiamentos locais junto a instituições financeiras privadas; (ii) emissão de valores mobiliários (*bonds*) no mercado externo; e (iii) emissão de valores mobiliários (debêntures) no mercado local.

Em suma, como contratos relevantes da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2022, podem-se apontar:

(i) Bônus emitidos em 2020 (com vencimentos em 2025 e 2030);

(ii) Debêntures e Notas Comerciais emitidas pela Companhia e/ou suas controladas;

(iii) Dívidas oriundas de contratos das linhas do BNDES, seja diretamente com esse banco (Contratos Diretos) ou indiretamente via repasse de outras instituições financeiras (Contratos de Repasse); e

(iv) Dívidas junto à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e Vibra Energia S.A. ("Vibra Energia") assumidas por conta da privatização de distribuidoras de energia elétrica, controladas pela Companhia previamente à sua privatização.

Os referidos contratos, juntos, totalizam 86,23% da dívida captada pela Companhia. As Empresas Eletrobras, em 31 de dezembro de 2022, eram partes em contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos, bônus e debêntures, que totalizavam R$59.106.522 mil, sendo que R$7.524.770 mil representavam obrigações de curto prazo e R$51.581.752 mil correspondiam a obrigações de longo prazo.

Importa notar que o saldo devedor total consolidado especificado previamente para a data base de 31/12/2022 passou a incluir também dívidas provenientes da SPE Santo Antônio Energia (SAESA), em função do aumento da participação acionária da Controlada Furnas nesta SPE para 72,36% e posterior assunção do controle, ocorrida ao longo do ano de 2022, o que culminou com a consolidação do endividamento desta sociedade, de R$ 20,0 bilhões, no grupo Eletrobras.

Inicialmente, ilustram-se a seguir de forma mais detalhada, a relação dos principais contratos financeiros em vigor, especificamente da Companhia, na data base de 31 de dezembro de 2022:

KfW: Empréstimo com o Kreditanstalt für Wiederaufbau ("KfW"), com aval da União, no valor de €13,3 milhões, com recursos originários de negociações de protocolos para financiamento de projetos de energias renováveis, ocorridas nos anos de 2000 e 2001, e que resultaram na assinatura do Acordo sobre Cooperação Financeira entre os governos da Alemanha e do Brasil, em 27 de novembro de 2003. A assinatura do contrato referente à primeira tranche ocorreu em 12 de dezembro de 2008. O prazo do empréstimo é de 30 anos e a taxa de juros é de 2% ao ano. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal somente se iniciou em dezembro de 2018.

Em 01 de novembro de 2012, houve a assinatura da segunda tranche do contrato de financiamento celebrado junto ao KfW, no valor de €45,9 milhões, com garantia da União, contando com 5 anos de carência e com um prazo total de 30 anos. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa média ponderada de juros praticada nesse financiamento era de 2,922% ao ano. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal começou a partir de dezembro de 2017. Os recursos foram destinados, via repasse da Eletrobras, ao Projeto do Complexo de São Bernardo, pertencente à controlada CGT Eletrosul, que visa à implantação de quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), no Estado de Santa Catarina. O saldo em aberto dos dois financiamentos do KFW, em 31 de dezembro de 2022, era de R$234.343 mil.

***Loan Agreement* n.º 7884 – Banco Mundial**: em 24 de fevereiro de 2011, foi celebrado o contrato *Loan Agreement* n.º 7884 – BR" de empréstimo junto ao Banco Mundial ("*Loan Agreement* n.º 7884"), no valor de US$495,0 milhões. O empréstimo conta com garantia do Tesouro Nacional. Os recursos foram utilizados no financiamento do Projeto Energia

+, cujo objetivo principal foi melhorar a qualidade dos serviços prestados e contribuir para o alcance e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição que, à época, eram controladas pela Eletrobras. O pagamento dos juros e do principal relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de março e setembro. O principal começou a ser pago em março de 2016. O saldo em aberto deste financiamento em 31 de dezembro de 2022 era de R$139.563 mil.

Notes – Bônus (emitidos em 2020): em 04 de fevereiro de 2020, a Eletrobras concluiu processo de emissão de bônus no mercado internacional ("Bônus 2020"), realizado através de duas tranches com vencimentos em 2025 e 2030, em montantes de US$500,0 milhões e US$750,0 milhões, respectivamente. As tranches concernentes a esta emissão possuem cupons de juros semestrais, com taxas de respectivamente 3,625% e 4,625% ao ano e tem regime de amortização em *bullets* nas respectivas datas de vencimento.

Os recursos provenientes desta captação foram utilizados para a recompra parcial (*tender offer*) dos títulos emitidos em dólares em 2011, vencidos em outubro de 2021. O saldo em aberto (efetivamente devido) para este bônus em 31 de dezembro de 2022 é de R$6.553.516 mil.

Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida - Petrobras e Vibra Energia: conforme deliberado na assembleia geral extraordinária n.º 170ª da Companhia, no âmbito do processo de venda de distribuidoras, a Eletrobras assumiu dívidas destas empresas junto a Petrobras e a Vibra Energia S.A. por meio dos seguintes instrumentos: (i) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas D") em 30 de abril de 2018 no montante de R$4.019.086.325,95; (ii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Amazonas D em 30 de abril de 2018 no montante de R$4.028.000.043,80; (iii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre ("Eletroacre") em 30 de abril de 2018 no montante de R$224.873.052,72; (iv) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista") em 30 de abril de 2018 no montante de R$140.565.427,69; (v) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. em 30 de abril de 2018 no montante de R$1.255.767.551,42; (vi) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Vibra Energia e Eletrobras, com interveniência da Eletroacre em 30 de abril de 2018 no montante de R$80.135.033,53; e (vii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Vibra Energia e Eletrobras, com interveniência da Boa Vista em 30 de abril de 2018 no montante de R$21.979.555,51. (em conjunto, "Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida").

O valor total destas dívidas em 31 de dezembro de 2022 era de: (i) R$4.288.426 mil no que concerne aos instrumentos originalmente firmados com a Petrobras; e (ii) R$40.909 para os instrumentos firmados originalmente com a Vibra Energia.

Debêntures da 2ª Emissão da Companhia: em 25 de abril de 2019, a Companhia emitiu 5.000.000 (cinco milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quatro) séries, no valor principal de R$5,0 bilhões, por meio da assinatura do "Instrumento Particular da Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 (quatro) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras" em 25 de abril de 2019 ("Escritura da Segunda Emissão de Debêntures"). O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram:

Série	Valor(em R$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	R$1,1	CDI + 0,7%	3 anos (*bullet*)
2ª	R$2,2	CDI + 1,0%	5 anos (*bullet*)
3ª	R$1,0	CDI + 1,2%	7 anos (*bullet*)
4ª	R$0,7	IPCA+5,1814%	Anual no 8º, 9º e 10º ano

Os valores arrecadados foram utilizados para: (i) quitação do Bônus que venceu em julho de 2019; (ii) amortização de R$1,0 bilhão da dívida com a Petrobras; e (iii) reembolso de investimentos realizados em Angra 3 e na Usina de Belo Monte. O saldo devedor deste passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R$4.130.687 mil.

Debêntures da 3ª Emissão da Companhia: em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu

2.700.000 (duas milhões e setecentas mil) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no valor principal de R$2,7 bilhões, por meio da assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A." em 14 de abril de 2021 ("Escritura da Terceira Emissão Debêntures"). O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram.

Série	Valor (em R$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	R$1,2	CDI + 1,8%	5 anos (*bullet*)
2ª	R$1,5	IPCA + 4,9126%	10 anos (*bullet*)

Os recursos da operação foram utilizados para necessidades de caixa da Companhia ao longo de 2021, incluindo a quitação da parcela remanescente do bônus 2021, bem como, para reembolso de investimentos realizados em Angra 3.

O saldo devedor deste passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R$2.944.944 mil.

Nota Comercial da Companhia: em 20 de dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 (seis milhões) de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor principal de R$ 6,0 bilhões, por meio da assinatura do "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras" ("Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais"). A remuneração e a amortização da série única foi:

Série	Valor (em R$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento

Única	R$ 6,0	CDI + 1,35%	18 meses (bullet)

Os recursos da operação têm destinação planejada para reforço de caixa e refinanciamento de passivos da Eletrobras e/ou de suas controladas. O saldo devedor deste passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 6.016.853 mil.

Adicionalmente aos principais termos e condições dos contratos da Companhia destacados previamente, apresentam-se sucintamente outras informações concernentes a estes contratos, notadamente no que se refere à estrutura de garantias:

Sem necessidade de garantias: os bônus emitidos no exterior, as debêntures, as notas comerciais e os instrumentos de assunção de dívida originalmente firmados com a Petrobras não apresentam garantias, e, em 31 de dezembro de 2022, apresentam um saldo devedor total de R$23.934.425 mil.

Com garantias: por sua vez, os financiamentos junto ao KfW e Banco Mundial contam com a garantia da União Federal e, em 31 de dezembro de 2022, apresentavam um saldo devedor total de R$373.906 mil.

Uma vez mostradas as principais características atinentes aos contratos da Eletrobras (celebrados no nível da Companhia), sumarizam-se os principais pontos de destaque concernentes aos contratos das controladas da Eletrobras.

Neste contexto, observa-se que em 31 de dezembro de 2022 estavam em vigor, e de forma destacada quanto à sua relevância, os seguintes grupos de contratos financeiros, ou credores, das controladas da Eletrobras:

Linhas BNDES Direto e via Repasse de outras instituições financeiras: os contratos da linha BNDES financiam diversos projetos corporativos das Empresas Eletrobras (originalmente firmados por Furnas, CGT Eletrosul e Chesf), a exemplo das usinas hidrelétricas de Batalha, Simplício e Baguari, além de outros projetos de expansão e manutenção. Adicionalmente, há presença muito relevante na estrutura de financiamento da SPE Santo Antônio Energia (SAESA), a qual após a assunção de controle por Furnas ao longo do ano de 2022, passou também a compor a base do endividamento consolidado do grupo Eletrobras. Deste modo, é um credor com bastante relevância dentro do universo das controladas da Eletrobras. Os financiamentos de modo global apresentam custo em um intervalo entre a TJLP e TJLP + 3,28% a.a. e TLP + 3,9% a TLP + 4,7% a.a., e prazos de repagamento até 2040. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor dos contratos era de R$8.110.793 mil. Adicionalmente, incluindo também os contratos oriundos de linha de financiamento na modalidade de repasse, que são firmados também com outras instituições financeiras repassadoras dos recursoso do BNDES, apresentavam um saldo devedor de R$7.132.558 mil.
Deste modo, para efeito de maior detalhamento, a tabela seguir apresenta a estratificação dos saldos devedores por instituição efetivamente credora das empresas Controladas da Eletrobras no âmbito das linhas BNDES Repasse na data base de 31/12/2022.

Empresa	Contrato	Vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Saldo Total (R$ mil)	Participação sobre Total (%)
Furnas	CEF	15.09.2040	IPCA + 7,68%	2.455.918	34,43%

Furnas	Banco do Brasil	15.09.2040	IPCA + 7,68%	1.371.484	19,23%
Furnas	Santander	15.09.2040	IPCA + 7,68%	859.391	12,05%
Furnas	Bradesco	15.09.2040	IPCA + 7,68%	835.226	11,71%
Furnas	BNB	15.09.2040	IPCA + 7,68%	683.406	9,58%
Furnas	BASA	15.09.2040	IPCA + 7,68%	333.552	4,68%
Furnas	Itaú	15.09.2040	IPCA + 7,68%	331.691	4,65%
Furnas	Haitong	15.09.2040	IPCA + 7,68%	196.543	2,76%
CGT Eletrosul	Banco do Brasil	Até 15.09.2040	TJLP + 2,13%; IPCA + 7,68%	65.347	0,92%
		TOTAL		**7.132.558**	**100,00%**

Nota-se, da tabela anterior, as participações relevantes no âmbito do repasse de recursos do BNDES dos bancos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander e Bradesco, os quais possuem respectivamente saldos devedores de R$ 2.455.918 mil, R$ 1.371.484 mil, R$ 859.391 mil e R$ 835.226 mil, representando aproximadamente 78,3% do total deste saldo via contratos de repasse.

Banco do Brasil: Além da participação relevante no âmbito das linhas BNDES enquanto agente repassador em conformidade com o demonstrado no quadro anterior, tal instituição merece destaque particular por sua relevância enquanto credor perante o grupo Eletrobras também através de créditos concedidos diretamente às empresas controladas Furnas, CGT Eletrosul e Eletronorte. Neste caso, mesmo sem considerar os saldos indicados previamente provenientes de recursos repassados do BNDES, o saldo devedor existente em 31/12/2022 oriundo de créditos concedidos por esta instituição totaliza um montante de R$ 3,1 bilhões. Esses financiamentos têm seus vencimentos entre 2023 e 2029 e custo atrelado ao CDI (%) que varia entre 107,5% e 125,5% e ao CDI +, que varia entre 1,65% a 2,13% ao ano. Adicionalmente, se incluídos também montantes correspondentes aos créditos de repasse do BNDES via Banco do Brasil, tal saldo devedor atinge em 31/12/2022 de R$ 4.516.582 mil.

Debêntures: As controladas da Eletrobras têm acessado, nos últimos anos, o mercado local de emissão de títulos. Observa-se que Furnas (incluindo-se a SPE consolidada SAESA), Eletronorte, CGT Eletrosul e Chesf detém debêntures em seu portfólio de contratos de dívida, tanto no formato institucional quanto no formato incentivado, com prazo máximo de vencimento até o ano de 2040, custo atrelado ao CDI ou IPCA, variando de CDI + 1,78% a 2,75% ao ano e 117,6% CDI e IPCA (+ 3,75% a 7,49% ao ano) e saldo total em 31 de dezembro de 2022 de R$8.897.923 mil.

Após a síntese apresentada quanto aos principais grupos de contratos/credores das Empresas Eletrobras, nota-se como informação adicional que os financiamentos tomados se dividem em contratos com garantias e sem garantias. Quando garantidos, as modalidades de garantia utilizadas são (i) garantia corporativa (fidejussória), geralmente proveniente da Companhia; ou (ii) garantia real (em especial, cessão fiduciária de direitos creditórios, penhor de recebíveis ou penhor de ações, sendo neste

último caso aplicável para dívidas oriundas de projetos constituídos como SPEs que sejam consolidados no resultado do grupo, com destaque para a SPE SAESA).

Nota-se ainda contratos vigentes com garantias providas pela União Federal, sendo oriundos de dívidas contraídas previamente ao processo de privatização da Eletrobras, os quais de acordo com o Art. 12 da lei Nº 14.182, de 12/07/2021, que dispôs sobre a desestatização da Companhia, terão suas garantias mantidas pela União. Há, nesta situação, no âmbito das controladas, apenas um contrato firmado por Furnas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Adicionalmente, importa destacar que alguns dos contratos apresentam *covenants* financeiros, notoriamente as emissões de debêntures, o que em sua grande maioria é associado à manutenção de índices de endividamento medidos por meio da razão entre a Dívida líquida e o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ("EBITDA").

Por fim, o quadro a seguir faz um resumo geral por grupos de credores quanto às principais dívidas da Eletrobras e suas controladas na data base de 31/12/2022:

Empresa	Contrato	Moeda	Vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Saldo Total	Participação sobre
					(R$ mil)	Total (%)
Eletrobras	Debêntures Série II	BRL	25.04.2024	CDI + 1,00%	2.240.090	3,79%
Eletrobras	Debêntures Série III	BRL	25.04.2026	CDI + 1,20%	1.018.487	1,72%
Eletrobras	Debêntures Série IV	BRL	15.05.2029	IPCA + 5,1814%	872.110	1,48%
Eletrobras	Debêntures 2021 Série I	BRL	15.04.2026	CDI + 1,80%	1.237.365	2,09%
Eletrobras	Debêntures 2021 Série II	BRL	15.04.2031	IPCA + 4,9126%	1.707.579	2,89%
Eletrobras	Nota Comercial 2022	BRL	20/06/2024	CDI + 1,35%	6.016.853	10,18%
Furnas	Debêntures Série I	BRL	15.11.2024	117,6% do CDI	305.787	0,52%
Furnas	Debêntures Série II	BRL	15.11.2029	IPCA + 4,08%	955.241	1,62%
Furnas	UHE Santo Antônio - 1a Emissão	BRL	15.09.2040	IPCA + 6,50%	5.213.053	8,82%
Furnas	UHE Santo Antônio - 3a Emissão	BRL	15.09.2040	IPCA + 7,49%	627.013	1,06%
Eletronorte	Debêntures	BRL	20.10.2024	CDI + 2,60%	460.855	0,78%
Eletronorte	Debêntures	BRL	04.08.2024	CDI + 2,75%	281.218	0,48%
Chesf	Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.	BRL	15.01.2029	IPCA + 7,0291%	150.895	0,26%
CGT Eletrosul	Debêntures	BRL	15.09.2028	IPCA + 6,80%	119.001	0,20%
CGT Eletrosul	Debêntures	BRL	15.11.2028	IPCA + 3,75%	348.851	0,59%
CGT Eletrosul	Debêntures	BRL	17.09.2029	IPCA + 5,3455%	212.282	0,36%
CGT Eletrosul	Debêntures	BRL	16.09.2024	CDI + 1,78%	223.727	0,38%
	TOTAL DEBÊNTURES				**21.990.406**	**37,20%**

CGT Eletrosul	BNDES Direto	BRL	Até 15.09.2029	Até TJLP + 3%; 3,50%	709.603	1,20%
Chesf	BNDES Direto	BRL	Até 15.06.2029	Até TJLP + 3,28%; 3,50%	264.117	0,45%
Furnas	BNDES Direto	BRL	Até 15.06.2029	Até TJLP + 3%; TLP + 3,9%	7.137.073	12,07%
	TOTAL BNDES				**8.110.793**	**13,72%**
Eletrobras	Bônus 2025	USD	04.02.2025	3,63%	2.633.285	4,46%
Eletrobras	Bônus 2030	USD	04.02.2030	4,63%	3.920.231	6,63%
	TOTAL BÔNUS				**6.553.516**	**11,09%**
Eletrobras	BB-CEF 6,5Bi I (tranche BB)	BRL	25.01.2023	119,5% do CDI	17.914	0,03%
CGT Eletrosul	BB	BRL	15.11.2023	115% do CDI; TJLP + 2,13%	93.304	0,16%
Furnas	BB	BRL	06.12.2023	CDI + 1,65% até 2,25%; 107,5% a 115% do CDI; IPCA + 7,68%	4.294.381	7,27%
Eletronorte	BB	BRL	07.06.2024	125,5% do CDI	111.801	0,19%
	TOTAL BB				**4.517.400**	**7,64%**
Eletrobras	Petrobras (Fundo Apolo E BR Eletro)	BRL	30.01.2025	Selic	4.288.426	7,26%
	TOTAL PETROBRAS				**4.288.426**	**7,26%**
Furnas	CEF	BRL	16.05.2023	113,7% do CDI; IPCA + 7,68%	2.638.308	4,46%
	TOTAL CEF				**2.638.308**	**4,46%**
Eletrobras	Vibra Energia	BRL	30.01.2025	Selic	40.909	0,07%
	TOTAL VIBRA ENERGIA				**40.909**	**0,07%**
	OUTROS EMPRÉSTIMOS - MOEDA NACIONAL				**9.977.826**	**16,88%**
Eletrobras	Empréstimos em MN - RGR	BRL	31.12.2026	5%	1.035.419	1,75%
Eletrobras	Empréstimos em MN - Cigás	BRL	28.02.2025	-	550.067	0,93%
Chesf	Empréstimos em MN - BNB	BRL	Até 30.10.2032	2,94% a 8,62%; TFC + 2,7382% e TFC + 3,3467%	519.456	0,88%
Chesf	Empréstimos em MN - Safra	BRL	28.08.2024	CDI + 2,49%	100.645	0,17%
Eletronorte	Empréstimos em MN - Bradesco	BRL	15.06.2021	CDI + 2,62%	754.072	1,28%
Eletronorte	Empréstimos em MN - State Grid	BRL	28.07.2029	10%	337.096	0,57%
Eletronorte	Empréstimos em MN - BASA	BRL	Até 10.11.2032	2,94%	144.884	0,25%
Furnas	Empréstimos em MN - Itaú	BRL	Até 04/08/2026	CDI + 1,60% a 2,28%; IPCA + 7,68%	1.386.969	2,35%
Furnas	Empréstimos em MN - BNB	BRL	Até 15/09/2040	IPCA + 2,74% a 7,68%	1.175.462	1,99%
Furnas	Empréstimos em MN - Santander	BRL	15/09/2040	IPCA + 7,68%	859.855	1,45%
Furnas	Empréstimos em MN - State Grid	BRL	28.07.2029	10%	337.097	0,57%

Furnas	Empréstimos em MN - FIDC	BRL	18/11/2024	108% do CDI	269.395	0,46%
Furnas	Empréstimos em MN - Haitong	BRL	15/09/2040	IPCA + 7,68%	196.543	0,33%
Furnas	Empréstimos em MN - Bradesco	BRL	16/08/2028	CDI + 2,09%; IPCA + 7,68%	1.136.745	1,92%
Furnas	Empréstimos em MN - BASA, BTG, FINEP	BRL	Até 28.07.2029	122,84% do CDI; CDI + 2,30%; TJLP + 5%; 2,94% a 8,5%; IPCA + 7,68%	1.174.122	1,99%
OUTROS EMPRÉSTIMOS - MOEDA ESTRANGEIRA					**988.292**	**1,67%**
Eletrobras	BIRD e KfW	EUR/USD	Até 30/12/2042	Conversão da Moeda + taxa entre 2% e 4,5%	373.906	0,63%
CGT Eletrosul	KfW/CEF	EUR	20.06.2029	Conversão da Moeda (Dolar) + 6,27%	259.063	0,44%
Furnas	BID	USD	15.12.2031	SOFR	355.323	0,60%
TOTAL					**59.106.520**	**100,00%**

*Os saldos das dívidas com Santander, Bradesco, Banco do Brasil (BB), Itaú, Caixa Econômica Federal (CEF), Haitong, Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contemplam também recursos da linha BNDES Repasse, majoritariamente para a SPE consolidada Santo Antônio.

Demais Aspectos Relevantes aos Empréstimos:

Novas Captações no Período

Além da conclusão da 1ª Emissão de Notas Comerciais da Eletrobras no montante de R$ 6,0 bilhões destacada previamente, Furnas também realizou operações de captação de recursos ao longo do ano de 2022, as quais são apresentadas de modo consolidado na tabela a seguir:

Empresa	Contraparte (instituição financeira)	Finalidade da contratação	Moeda	Mês da Contratação	Contratação		Taxa de juros (a.a.)
					Valor total (R$)	Vencimento ou último pagamento	
Furnas	Itaú	Refinanciamento/ gestão de passivo	BRL	Abril/2022	500.000.000,00	02/05/2024	CDI + 1,60%
Furnas	Banco do Brasil	Refinanciamento/ gestão de passivo	BRL	Maio/2022	500.000.000,00	02/05/2024	CDI + 1,65%
Furnas	Banco do Brasil	Refinanciamento/ gestão de passivo	BRL	Maio/2022	1.500.000.000,00	28/06/2029	CDI + 2,00%

Garantias prestadas pela Eletrobras

As Empresas Eletrobras obtiveram sucesso em diversos leilões da ANEEL realizados em anos anteriores e, por conseguinte, são responsáveis pela execução de projetos nas áreas de geração e transmissão, individualmente ou em parcerias nas SPEs das quais fazem parte.

Assim sendo, de modo a compor a estrutura de financiamento para referidos projetos, foram negociadas operações de financiamento nos quais a Eletrobras concedeu garantia corporativa em parcela relevante, porém sempre limitada à proporção da participação

das controladas no capital do projeto nas situações em que se referirem a empreendimentos executados por SPEs.

A exposição total em garantias é, em parte, composta pelas garantias fornecidas para coligadase empreendimentos no formato de SPEs nos quais haja participação acionária da Companhia ou suas controladas. Em 31 de dezembro de 2022, estas garantias totalizam o montante de R$28.799.328 mil, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS			
Garantidora	**Empreendimento**	**Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022**	**Término da Garantia**
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	14.203.901	2042
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	3.310.366	2034
Eletrobras	Angra 3 (b)	3.255.476	2036
Eletrobras	Angra 3 (b)	2.907.853	2038
Eletrobras	Teles Pires	1.138.175	2036
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	909.306	2035
Eletrobras	Mata de Santa Genebra	738.527	2041
Eletrobras	UHE Sinop	576.744	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	545.002	2038
Eletrobras	Amazonas Energia (a)	377.367	2026
Eletrobras	Teles Pires	243.256	2032
Eletrobras	Angra I (b)	103.392	2027
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.659	2033
Furnas	Mata de Santa Genebra	94.201	2030
Chesf	UHE Sinop	75.335	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.335	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	72.087	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	68.765	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.581	2028
Garantias empresas não controladas		**28.799.328**	

(a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia, com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

(b) A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, estabeleceu que a Eletrobras e as suas subsidiárias permanecem obrigadas a manter a garantia oferecida a terceiros, em contratos firmados anteriormente à desestatização. Em decorrência de tal previsão, ficam mantidas em sua integralidade as garantias oferecidas pela Eletrobras em operações da Eletronuclear, mesmo após a conclusão do processo de capitalização e consequente alteração de controle da Eletronuclear. Tal situação se aplica aos contratos de dívida firmados pela Eletronuclear nos quais, no âmbito da estrutura de garantias vigentes, a Eletrobras figura diretamente como garantidora e/ou obrigada à prestação integral de suporte de acionista em caso Inadimplemento da tomadora.

Quanto às garantias fornecidas especificamente em empréstimos das controladas são apresentadas de forma segregada, por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido neste caso é de R$19.679.389 mil, em 31 de dezembro de 2022, e é apresentado no quadro abaixo:

EMPRESAS CONTROLADAS			
Garantidora	**Empreendimento**	**Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022**	**Término da Garantia**
Eletrobras	UHE Santo Antônio	9.934.931	2040
Furnas	UHE Santo Antônio	3.772.714	2038

Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	972.260	2029
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	674.190	2029
Eletrobras	UHE Santo Antônio	454.955	2024
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	305.787	2024
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	355.324	2031
CGT Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	315.084	2029
Eletrobras	UHE Simplício	279.937	2026
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	261.208	2028
Eletrobras	Diversos - Furnas	211.286	2023
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	348.907	2030
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	231.712	2034
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	199.707	2029
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	144.884	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	143.012	2031
Eletrobras	UHE Mauá	137.534	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 - 2014	132.489	2029
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	119.001	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	111.801	2024
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	98.401	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	93.826	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	64.411	2029
Eletrobras	UHE Passo de São João	59.822	2026
Eletrobras	UHE Batalha	58.982	2025
Eletrobras	Financiamento Corporativo	56.872	2023
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	45.842	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	27.957	2023
CGT Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	16.122	2029
Eletrobras	UHE Baguari	15.630	2026
Eletrobras	RS Energia	14.896	2027
CGT Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	12.101	2029
Eletrobras	RS Energia	7.805	2027
Garantias Empresas Controladas		**19.679.389**	

(c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a UHE Santo Antônio passou a constar na base de empreendimentos com garantias consolidadas, em decorrência da elevação da participação acionária detida por Furnas na SPE MESA para 72,36%. Com isso, ocorreram as devidas formalizações dos instrumentos aditivos contratuais de equalização das garantias à nova participação acionária detida por Furnas.

Empréstimos garantidos pela União Federal

Conforme citado previamente, nos termos da Lei n.º 14.182, de 12/07/2021, que dispôs sobre a desestatização da Companhia, as garantias providas pela União em dívidas da Eletrobras ou suas empresas controladas previamente ao processo de privatização serão mantidas.

Neste caso, a tabela a seguir apresenta a relação completa dos contratos existentes no grupo Eletrobras (Companhia e controladas) na data base de 31/12/2022 com garantia provida pela União Federal:

Empresa	Tipo de Garantia/Empréstimo	Saldo Devedor Total (Reais/mil)	Saldo Garantido
Eletrobras	Banco do Brasil (BB/CEF)	17.914	100,00%
Eletrobras	Banco Mundial (BIRD 7884)	139.563	100,00%

Eletrobras	KfW 13 MM	57.800	100,00%
Eletrobras	KfW 45 MM	176.542	100,00%
Furnas	BID	355.323	100,00%
	TOTAL	**747.143**	

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras não possuía outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras sob o aspecto de passivo financeiro que não as já indicadas neste item 2.1, alínea (f), item (i).

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e títulos, locais ou internacionais, da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real e quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras da Companhia dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos quirografários; (v) multas e penas pecuniárias; (vi) créditos subordinados; e (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.
Em 31 de dezembro de 2022, do saldo de empréstimos, financiamentos, bônus e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, 39,2% possuem garantias reais.

Exercício social 31/12/2022 – em R$ mil						
Tipo de obrigação	**Tipo de Garantia**	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Título de dívida	Garantia Real	527.552	1.034.064	766.392	3.781.954	6.109.962
Financiamento	Garantia Real	1.086.809	694.774	1.014.963	13.454.194	16.250.740
Empréstimo	Garantia Real	454.083	205.263	80.218	60.164	799.727
Financiamento	Quirografárias	605.444	474.482	359.204	773.990	2.213.120
Título de dívida	Quirografárias	858.948	11.465.225	3.246.991	6.879.817	22.450.980
Empréstimo	Quirografárias	3.460.796	5.232.972	1.757.087	831.136	11.281.991
Total		6.993.632	19.106.780	7.224.855	25.781.254	59.106.520

iii. Restrições contratuais

Contratos relevantes - Eletrobras na qualidade de devedora

A seguir são apresentados em nível mais detalhado, no âmbito de contratos da Companhia, restrições contratuais relevantes vigentes:

Loan and Programe Agreements - Kreditanstalt für Wiederaufbau: O *Loan and Programe Agreement* 2012 (KfW) prevê que uma mudança na situação legal, mudança no controle ou mudança nos objetivos comerciais do devedor é um evento de inadimplemento, desde que tal mudança, no julgamento razoável do KfW, possa ser materialmente prejudicial aos interesses do KfW. Ainda, o contrato prevê que a Companhia não poderá onerar ou vender os ativos financiados antes da quitação da dívida sem a prévia anuência do credor.

***Loan Agreement* n.º 7884 – Banco Mundial**: O contrato prevê hipótese de vencimento antecipado se ocorrer uma mudança na caracterização jurídica, titularidade ou controle

da Eletrobras que afete de forma relevante sua capacidade de cumprir as obrigações do contrato, na avaliação do credor.

Notes – Bônus 2025 e 2030 (emitidos em 2020): A Companhia pode ser obrigada a ofertar a recompra dos Bônus em circulação a 101% de seu valor principal (acrescido dos juros acumulados e não pagos) caso, em decorrência de eventual mudança de controle da Companhia, (i) uma das agências de classificação de risco (*rating*) (no caso de a classificação de risco (*rating*) da Companhia ser avaliada por uma ou duas agências de classificação de risco (*rating*)); ou (ii) duas das agências de classificação de risco (*rating*) (no caso de a classificação de risco (*rating*) da Companhia ser avaliada por três agências de classificação de risco (*rating*)), decidirem rebaixar a classificação de risco (*rating*) da Companhia em um ou mais níveis.

I**nstrumentos Particulares de Assunção de Dívida - Petrobras**: As obrigações decorrentes dos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida podem ser declaradas antecipadamente vencidas, nas seguintes hipóteses, entre outros:

(i) sucessão da devedora, ou qualquer modalidade de reorganização societária que importe em alteração do controle acionário da devedora, sem a prévia anuência dos credores, exceto quando resultante de um processo de desestatização em decorrência de lei de iniciativa do Poder Executivo, desde que tal lei não afete a liquidez de quaisquer garantias ofertadas nos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida ou em qualquer outro documento; e

(ii) não atingimento, pela devedora (1) da manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x vezes a partir do exercício social de 2020.

O item (ii) não se aplica aos contratos da Vibra Energia.

Debêntures da 2ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

(i) (a) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (b) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, caso ocorra um Evento de Alteração

de Risco (conforme definido na escritura) em decorrência de uma alteração de controle, a Companhia estará obrigada a realizar uma oferta para adquirir as debêntures por um valor equivalente ao valor nominal unitário das debêntures ou valor nominal unitário atualizado das debêntures, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios aplicáveis devidos até a data de aquisição (tudo conforme definido na escritura); e

(ii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 2ª emissão de debêntures da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x a partir do exercício social de 2020.

Debêntures da 3ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes da Escritura da Terceira Emissão de Debêntures da Companhia podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

(i) (a) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (b) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, caso ocorra um Evento de Alteração de Risco (conforme definido na escritura) em decorrência de uma alteração de controle, a Companhia estará obrigada a realizar uma oferta para adquirir as debêntures por um valor equivalente ao valor nominal unitário das debêntures ou valor nominal unitário atualizado das debêntures, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios aplicáveis devidos até a data de aquisição (tudo conforme definido na escritura); e

(ii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 3ª emissão de debêntures da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Notas Comerciais da 1ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes do Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais da Companhia podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

(i) (a) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (b) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias

relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas no termo, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.; e

(ii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 1ª emissão de notas comerciais da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia acompanha o atendimento do *covenant* financeiro (Dívida Líquida sobre Ebitda) descrito nos contratos acima, e entende que, em 31 de dezembro de 2022, atendeu tal cláusula restritiva.

Adicionalmente, destaca-se que, em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras encontra-se adimplente com todas as obrigações assumidas nos contratos celebrados em que figura na qualidade de devedora.

Demais contratos - Eletrobras na qualidade de devedora

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos realizados pela Companhia foram celebrados de acordo com as práticas adotadas no mercado para operações desse gênero. As obrigações assumidas (*covenants*) são as usualmente contidas nos contratos com empresas sujeitas ao mesmo tipo de risco de crédito à época das contratações.

Sendo assim, de modo geral, a Eletrobras está sujeita também a cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: requisitos para alteração de controle ou reestruturações societárias, conformidade às licenças e autorizações necessárias, limitação à venda significativa de ativos e demais eventos de inadimplemento usualmente contidos em instrumentos contratuais desta natureza.

Eletrobras na qualidade de garantidora

Conforme citado previamente, de modo a principalmente compor ao longo do tempo a estrutura de financiamento de projetos, foram negociadas operações de financiamento pelas controladas e/ou SPEs nas quais alguma das Empresas Eletrobras detenha participação acionária.

Nestes casos, observa-se que a Eletrobras concedeu garantia corporativa em parcela relevante destes contratos, porém importa mencionar, sempre limitada à proporção da

participação das controladas no capital do projeto nas situações em que se referirem a empreendimentos executados por SPEs.

Neste contexto a Eletrobras, enquanto garantidora, bem como as empresas beneficiárias das operações garantidas, têm a obrigação de cumprir com condições restritivas/*covenants* previstos em seus instrumentos, de modo a afastar o risco de inadimplemento contratual, o que poderia potencialmente gerar impactos financeiros relevantes à empresa beneficiária/tomadora, bem como, à própria Eletrobras enquanto garantidora das operações, para honrar com uma situação de vencimento antecipado dos compromissos.

Destaca-se que o risco quanto ao descumprimento destas obrigações é diligentemente acompanhado pelas Empresas Eletrobras de modo a, em caso de necessidade, tomar medidas de contorno tempestivas para mitigar potenciais eventos de inadimplemento e vencimento antecipado.

Sendo assim, dentro do contexto relativo ao cumprimento de *covenants* financeiros por empreendimentos que contam com garantias da Eletrobras e/ou de suas controladas, observa- se que no que concerne à apuração de fechamento do ano de 2022, as SPEs Chapadas do Piauí I e II não atingiram o nível mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") superior a 1,2, previsto em seus contratos de financiamento apurado em 31 de dezembro de 2022.

Nestes casos, nota-se primeiramente que tais sociedades não compõem o resultado consolidado do Grupo em face da participação acionária da Eletrobras não representativa de controle.

A Companhia provê garantias fidejussórias no âmbito de contratos de fiança bancária vinculados às dívidas (BNDES e Debêntures, neste último caso aplicável apenas à SPE Chapada do Piauí I) destas duas sociedades. Tais garantias providas pela Companhia perfazem em 31 de dezembro de 2022, na proporção da respectiva participação acionária da Eletrobras em Chapada do Piauí I e II, montantes de R$ 68,76 milhões e R$ 72,09 milhões.

Por fim, nota-se que, a exemplo do ocorrido em descumprimentos antecedentes do ICSD por estas empresas, que as SPEs têm realizado os esforços necessários quanto à devida formalização dos *waivers* por seus credores resultantes do descumprimento deste indicador financeiro.

Exceto conforme descrito acima, na data deste relatório e em 31 de dezembro de 2022, todas as obrigações assumidas nos contratos celebrados pelas SPE e/ou pelas controladas da Eletrobras nos quais a Eletrobras é garantidora estão sendo cumpridas.

g. *limites* dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, dos recursos decorrentes dos empréstimos e financiamentos contratados pela Chesf junto ao BNB, em 2018 e 2020, 41,7% do valor total financiado ainda estão disponíveis para saque, assim como 60,1% dos recursos obtidos por Furnas junto à FINEP, em 2019.

Empresa	Credor	Saldo a desembolsar (R$ mil)
Chesf	BNB	R$174.541,90
Furnas	Finep	R$32.848,94
Total		**R$207.390,84**

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Central Elétricas Brasileiras SA – Eletrobras					
Demonstrações de Resultado Consolidado (em milhares de reais)					
	31/12/2022	**AV%**	**31/12/2021**	**AV%**	**AH%**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**34.074.233**	**100,00%**	**34.626.834**	**100,00%**	**(1,60%)**
Custos Operacionais	(15.857.610)	(46,54%)	(9.678.430)	(27,95%)	63,84%
RESULTADO BRUTO	**18.216.623**	**53,46%**	**24.948.404**	**72,05%**	**(26,98%)**
Despesas Operacionais	(13.417.697)	(39,38%)	(20.023.861)	(57,83%)	(32,99%)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	365.178	1,07%	4.858.744	14,03%	(92,48%)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**5.164.104**	**15,16%**	**9.783.287**	**28,25%**	**(47,22%)**
Resultado Financeiro	**(4.373.595)**	(12,84%)	(1.441.954)	(4,16%)	203,31%
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**790.509**	**2,32%**	**8.341.333**	**24,09%**	**(90,52%)**
Resultado das Participações Societárias	2.369.777	6,95%	1.507.418	4,35%	57,21%
Outras Receitas e Despesas	186.924	0,55%	1.210.754	3,50%	(84,56%)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	**3.347.210**	**9,82%**	**11.059.505**	**31,94%**	**(69,73%)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.630.034)	(4,78%)	(1.437.671)	(4,15%)	13,38%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	934.421	2,74%	(3.822.971)	(11,04%)	(124,44%)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	2.651.597	7,78%	5.798.863	**16,75%**	(54,27%)
Parcela Atribuida aos Controladores	2.648.592	7,77%	5.731.106	16,55%	(53,79%)
Parcela Atribuida aos Não Controladores	3.005	0,01%	67.757	0,20%	(95,57%)
LUCRO LÍQUIDO DE IMPOSTOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	986.785	2,90%	(85.230)	**(0,25%)**	0,00%
Parcela Atribuida aos Controladores	986.785	2,90%	(84.965)	(0,25%)	0,00%
Parcela Atribuida aos Não Controladores	0	0,00%	(265)	(0,00%)	0,00%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.638.382**	**10,68%**	**5.713.633**	**16,50%**	**(36,32%)**
Parcela Atribuida aos Controladores	3.635.377	10,67%	5.646.141	16,31%	(35,61%)
Parcela Atribuida aos Não Controladores	3.005	0,01%	67.492	0,20%	(95,57%)

Demonstrações de Resultado Consolidadas

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 reduziu em R$552.601 mil, ou 1,60%, de R$34.626.834 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R$34.074.233 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente devido à redução da receita financeira contratual no montante de 2.045.371 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ocorreu devido à redução do indexador Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no exercício. Além disso, ocorreu o aumento das deduções da receita de

PIS e COFINS no montante de R$202.031 mil e encargos setoriais no montante de R$402.815 mil, totalizando uma redução R$604.846 mil da Receita Operacional Líquida. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de Suprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido à consolidação de MESA pela controlada Furnas, que adicionou o montante de R$ 2.442.856 mil na conta de Suprimento.

Custos Operacionais

Os custos operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 aumentaram em R$6.179.180 mil, ou 63,84%, de R$9.678.430 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$ 15.857.610 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os custos de depreciação e amortização aumentaram em R$1.179.011 mil ou 90,58 %, passando de um montante de R$ 1.301.681 mil no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2021 para R$2.480.692 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 devido aos novos contratos de geração celebrados em junho de 2022 para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021. Além disso, em 2021 ocorreu a extensão do prazo de concessão das usinas/complexos hidrelétricos objeto das resoluções ANEEL n.º 2.919/2021 e 2932/2021 que gerou um impacto de recuperação de custos somente para o ano de 2021 gerando uma variação de R$4.265.889 mil.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 reduziram em R$6.606.164 mil, ou 32,99%, de R$20.023.861 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$13.417.697 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente devido à redução das provisões operacionais no montante de R$8.171.120 mil, parcialmente compensado pela constituição de despesas referente ao plano de demissão voluntária no montante de R$1.260.370 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$1.441.954 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa líquida de R$4.373.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, gerando um aumento de R$2.931.641 mil, ou 203,31%. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento dos encargos de dívidas no montante de R$1.900.214 mil e ao reconhecimento dos encargos das obrigações com a conta de desenvolvimento energético (CDE) no montante de R$1.097.038 mil.

Resultado das Participações Societárias

O resultado das participações societárias sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial aumentou em R$862.359 mil, ou 57,21%, para R$2.369.777 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação com o montante de R$1.507.418 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é devido principalmente : (i) à variação positiva no

resultado de R$972.661 mil na participação nos resultados da MESA e (ii) variação positiva no resultado de R$141.460 mil na participação nos resultados na Eletronuclear (iii) à variação positiva no resultado de R$31.704 mil, na participação nos resultados da Interligação Elétrica Garanhus S.A – IE Garanhus de resultado R$64.695 mil em 31 de dezembro de 2021 para R$96.399 mil em 31 de dezembro de 2022, (iv) variação positiva no resultado de R$25.829 mil na participação nos resultados da CEB Lajeado S.A, passando de R$ 31.955 mil em 31 de dezembro de 2021 para R$57.784 mil em 31 de dezembro de 2022; (v) também foi reconhecido variação positiva no resultado de R$21.414 mil, em nossa participação nos resultados da Transnorte Energia S.A passando de um resultado negativo de R$11.117 mil em 31 de dezembro de 2021 para resultado positivo de R$10.237 mil em 31 de dezembro de 2022.

Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas apresentaram uma redução de R$1.023.830 mil ou 84,56%, passando de um montante de R$1.210.754 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um montante de R$186.924 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente devido ao saldo de receita do Reembolso de Ineficiência - CCC que zerou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R$621.968 mil. Além disso, houve uma constituição de despesa referente ao reconhecimento dos efeitos da Lei nº14.182/2021 no montante de R$355.062 mil.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL, considerando o imposto diferido e corrente, passou de uma despesa de R$5.260.642 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para uma despesa de R$695.613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 gerando uma redução de R$4.565.029 mil, ou 86,78%. A redução deve-se principalmente ao acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em decorrência da aquisição de controle da MESA.

Lucro Líquido do Exercício

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2022, um lucro líquido do exercício no valor de R$3.638.382 mil, em comparação ao lucro líquido de R$5.713.633 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, ou seja, uma variação negativa de R$2.075.251 mil ou 36,32%, conforme explicado nos itens anteriores.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa Líquidos	**(em milhares de reais)**	
Provenientes das Atividades Operacionais	9.275.733	8.226.163
Aplicados nas Atividades de Investimento	(28.801.652)	(2.259.603)

Provenientes (aplicados) nas Atividades de Financiamento	30.072.386	(6.060.508)
Total	**10.546.467**	**(93.948)**

Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa proporcionados por atividades operacionais aumentaram em R$1.049.570 mil, passando de R$8.226.163 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$9.275.733 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação se deve principalmente pelo acréscimo nos ativos operacionais referentes aos títulos e valores mobiliários no montante de R$4.236.510 mil. Esse valor foi parcialmente compensado pelo aumento no pagamento de encargos financeiros, que variou em R$1.035.208 mil, saindo de R$ 2.176.135 mil em 31 de dezembro de 2021 para R$3.211.343 mil em 31 de dezembro de 2022 e pelo decréscimo no ativo operacional de clientes que variou negativamente no montante de R$2.079.598 mil.

Atividades de Investimento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimento tiveram uma variação de R$26.542.049 mil, passando de um saldo negativo de R$2.259.603 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um saldo negativo de R$28.801.652 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente devido à aquisição de ativo intangível no montante de R$32.038.772 mil em 31 de dezembro de 2022, esse valor foi parcialmente compensado pelo saldo relacionados as operações descontinuadas, que saiu de um caixa consumido de R$1.503.660 mil no exercício social de 31 de dezembro de 2021 para um caixa gerado de R$3.079.754 mil no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2022.

Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nossos fluxos de caixa provenientes nas atividades de financiamento aumentaram em R$36.132.894 mil, passando de um caixa consumido de R$6.060.508 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa positivo de R$30.072.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido ao recebimento pela emissão de ações que impactou positivamente as atividades de financiamento em R$ 30.648.282 mil em 31 de dezembro de 2022. Além disso, também houve um aumento nos empréstimos e financiamentos obtidos, que variou R$3.671.303 mil, saindo de um valor de R$4.828.697 mil exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R$8.500.000 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; a maior parte desse aumento em empréstimos e financiamentos obtidos se deve às operações feitas por Furnas no primeiro semestre de 2022, que captou recursos num montante equivalente a R$ 2.500.000 mil.

2.2. Os diretores devem comentar:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais Operações com Energia Elétrica

As receitas da Eletrobras derivam da geração e transmissão de energia elétrica.

Geração: As receitas da atividade de geração derivam da comercialização da energia elétrica gerada pela Eletrobras para as empresas de distribuição, indústrias e consumidores Livres e também da operação e manutenção das usinas cujas concessões foram renovadas conforme Lei 12.783/13. As receitas provenientes da atividade de geração de energia elétrica são registradas com base na produção remetida às taxas especificadas pelos termos contratuais ou os índices reguladores vigentes. Para concessões de geração renovadas nos termos da Lei n.º 12.783/13, há uma receita fixa, denominada Receita Anual de Geração ("RAGs"), sendo que os métodos de exploração e de operação e manutenção devem ser divulgados separadamente. As RAGs são reajustadas anualmente e podem ser revistas a cada 5 (cinco) anos; e

Transmissão: As receitas da atividade de transmissão derivam da construção e exploração da infraestrutura de linhas de transmissão pela Eletrobras, bem como da operação e manutenção destas linhas para transporte de energia elétrica e são conhecidas como RAP, homologada pela ANEEL para cada ciclo tarifário. A RAP é obtida a partir das receitas recebidas de agentes setoriais que utilizam as instalações de transmissão da Eletrobras. O preço cobrado aos agentes setoriais que se conectam às redes de transmissão nesta atividade é regulado e conhecido por tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST"). A Eletrobras, enquanto transmissora de energia elétrica, não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Para concessões de transmissão renovadas nos termos da Lei n.º 12.783/13, os métodos de exploração e de operação e manutenção devem ser divulgados separadamente.

Outras Receitas Operacionais

As receitas operacionais provenientes de outras atividades não atribuíveis aos segmentos de geração ou transmissão são registradas pela Eletrobras em segmento "Administração". Estas incluem principalmente taxas pela administração da RGR, relativas aos contratos de financiamentos ainda geridos pela Eletrobras e que não foram transferidos para CCEE, conforme Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016, conforme alterada ("Lei n.º 13.360/16"), devido às contratações terem ocorrido antes da vigência da lei. A Eletrobras também obtém receitas operacionais junto a companhias de telecomunicações que utilizam certas partes de sua infraestrutura para montar linhas de telecomunicações. As receitas da Eletrobras também podem advir da prestação de

serviços de engenharia relacionados a obras de geração e transmissão de terceiros ou à eficiência energética.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Refletem as receitas provenientes da remuneração que a Eletrobras recebe a partir de aplicações em instrumentos financeiros, bem como dos juros, comissões e taxas obtidos em decorrência dos empréstimos que concede de acordo com as disposições da lei brasileira, que permite à Eletrobras atuar como financiadora de certas empresas prestadoras de serviço público controladas pela Eletrobras. Refletem ainda as receitas provenientes do acréscimo moratório sobre a energia elétrica pagos à Eletrobras, bem como o impacto de atualizações monetárias e outras receitas de natureza financeira da Eletrobras.

Receitas (despesas) monetárias e cambiais

As receitas (despesas) monetárias e cambiais referem-se principalmente a Itaipu, tendo em vista que as demonstrações financeiras de Itaipu são preparadas em dólares americanos, e representa a maior exposição da Eletrobras a riscos de moedas estrangeiras. Uma desvalorização do real em relação ao dólar americano aumenta nas receitas da Companhia, à medida que aumenta o montante da contribuição de Itaipu, embora o efeito dessa contribuição seja compensado. Uma valorização do real corresponde a uma redução das receitas daCompanhia ao implicar redução do valor de contribuição de Itaipu, embora tal efeito seja igualmente compensado por meio da depreciação do custo de construção de Itaipu.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras apresentou um lucro líquido consolidado de R$ 3.638.382 mil, inferior aos R$5.713.633 mil obtidos 31 de dezembro de 2021.

A Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 34.074.233 mil apresentou uma redução de R$ 552.601 mil ou 1,60% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando correspondeu ao montante de R$34.626.834 mil. Essa variação se deve principalmente pela redução do CCEE devido às condições hidrológicas favoráveis do país, que reduziu expressivamente a necessidade de importar energia elétrica oriunda do Uruguai e a redução do indexador Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no exercício.

No último exercício social (2022), a situação financeira e o resultado das operações da Eletrobras foram influenciados, dentre outros motivos, por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, variações nas taxas de câmbio, *impairments* e contratos onerosos, entrada em operação de projetos de geração, receitas de transmissão, o registro contábil das receitas financeiras relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2022, denominados

instalações da RBSE, com impacto na receita de transmissão, além de provisões para Empréstimo Compulsório e outras provisões operacionais os quais estão melhor detalhados abaixo.

Condições Macroeconômicas e Setoriais Brasileiras

O Produto Interno Bruto ("PIB") do país avançou em 2022 e encerrou o ano com crescimento de 2,9%, segundo o IBGE, ficando porém abaixo do avanço em 2021.

Já a inflação, medida pela variação do IPCA, encerrou 2022 em 5,79%, ficando acima da meta estabelecida pelo Banco Central (3,50%). Os setores que mais impactaram a alta do IPCA foram o de alimentos e bebidas com alta de 11,64%. O setor de energia elétrica residencial teve redução de 19% e a gasolina caiu 25,78%, com a então redução dos tributos federais sobre combustíveis.

Consumo de Energia Elétrica

CLASSE (Em GWh)	31.12.2022	31.12.2021	%
BRASIL	508.120	501.20	1,3
RESIDENCIAL	152.350	151.808	0,6
INDUSTRIAL	183.000	181.808	0,7
COMERCIAL	92.359	87.349	5,7
OUTROS	80.411	81.182	-0,9
Fonte: EPE – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica			

Provisão de Contingências Judiciais de Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía, de forma consolidada, aproximadamente 3.703 processos provisionados relativos a este tema (3.689 processos em 31 de dezembro de 2021).

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS, como também nos "Embargos de Divergência" em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a Companhia acredita que mesma solução deveria ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal ("STF"), que se encontram pendentes de julgamento, quanto à possível violação ao art. 97 da Constituição Federal, que prevê que a decisão em qualquer processo para declarar uma lei inconstitucional deve ser proferida pela composição do plenário do STJ. A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Eletrobras, a Companhia tem sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere ao período de aplicação dos juros remuneratórios de 6% ao ano após a assembleia geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Companhia pretende continuar a defender sua posição e entendimento nos processos em andamento e em processos futuros, mas reconhece que o litígio em questão é fundamentalmente incerto e imprevisível, de modo que a Companhia se esforça para que o provisionamento realizado reflita razoavelmente o que acredita ser o resultado provável, com base em sua análise do panorama jurídico em evolução.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção do juros pagos e juros remuneratórios). (quadro abaixo em R$/mil)

	31/12/2022
Principal	6.150.499
Correção dos juros pagos	39.902
Juros remuneratórios	4.040.093
Juros moratórios	13.081.861
Honorários advocatícios	1.028.103
Outras verbas	83.747
Total	24.424.205

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R$132.979 mil, perfazendo um montante total de R$24.424.205 mil, referente aos processos do Empréstimo Compulsório.

• Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário.

Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de

2022, a redução dessa obrigação no valor de R$1.300.130 mil, sendo que R$563.130 mil impactou positivamente o resultado a título de deságios obtidos em acordos que já foram assinados e R$736.999 mil em decorrência de pagamentos efetuados, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado.

Entretanto, a Companhia pode precisar alterar suas disposições se um ou mais tribunais se afastarem dos precedentes favoráveis que a Eletrobras tem seguido nesta matéria, o que poderia afetar adversamente sua condição financeira e os resultados das operações.

Ativo Contratual de Transmissão

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir (em R$/mil):

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
Receita de construção	480.112	605.344	143.735	265.116	1.494.307
Receita financeira	3.252.503	2.403.532	1.399.382	845.839	7.901.256
Remensurações regulatórias - Transmissão	19.874	228.155	21.890	95.259	365.178
Transferências	-	-	-	20.762	20.762
Amortização	(3.483.290)	(2.504.388)	(1.399.078)	(857.505)	(8.244.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxo previstos de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados monetariamente substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

Em 2022, as RAPs de 17 concessões da Eletrobras foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R$365.178 mil, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs para o ciclo 2022/2023 (em R$/mil):

Empresas Eletrobras	RAP homologada
Furnas	5.439.877
Chesf	4.230.451
Eletronorte	2.580.273
CGT Eletrosul	1.634.642
	13.885.243

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R$36.041.147 mil correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado no quadro a seguir (em R$/mil):

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Furnas	Total
23-24	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
24-25	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
25-26	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
26-27	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
27-28	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
Total	2.399.610	12.859.820	5.647.175	21.066.490	41.973.095

Mercado de Energia Elétrica

Segundo a EPE, o consumo do setor de energia elétrica atingiu 508.708.094 MWh até dezembro de 2022, 1,22% acima dos 502.565.791 Mwh registrados em 2021 e acompanhando o aumento do PIB. A classe comercial teve o maior aumento, de 5,4% em comparação ao consumo de 2021, em linha com o impacto do setor de serviços também no PIB. No que se refere ao setor de energia, o ano de 2022 também foi fortemente impactado pela queda dos preços de energia assim como pelo comportamento do GSF.

Impairment

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2021, 4,70% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,23% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,27% e 15,31%;

- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;

- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e

- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em R$/mil):

	31/12/2022		
	Geração	Administração	Total
Imobilizado	2.536.835	-	2.536.835
Intangível	83.917	69.071	152.988
	2.620.752	69.071	2.689.823

A movimentação de *impairment* nas UGC é como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2021	Efeitos da desconsolidação	Adições/ (Reversões)	Baixas	31/12/2022
UTN Angra 3	4.508.764	(4.508.764)	-	-	-
UTE Candiota	1.054.306	-	(11.113)	-	1.043.193
UTE Santa Cruz	279.379	-	287.874	-	567.253
UTE Candiota Fase B	305.778	-	(23.684)	-	282.094
UHE Batalha	148.953	-	(70.302)	-	78.651
Eólica Casa Nova I	257.579	-	(22.846)	-	234.733
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	(71.007)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	1.264	-	(1.264)	-	-
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	-	-	39.098	-	39.098
PCH Pedra	-	-	12.445	-	12.445
Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	-	31.914		31.914
Outros	200.925	-	(6.224)	-	194.701
	6.964.625	(4.508.764)	235.898	(71.007)	2.620.752

Abaixo destacamos as unidades geradoras de caixa que sofreram maior impacto após a avaliação do valor recuperável pela empresa em 31 de dezembro de 2022:

UTE Santa Cruz

O montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constituiu provisão no montante de R$31.914 mil.

PCH Funil e Pedra

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia observou indicativo de registro de provisão para as UGCs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas. Dessa forma, foi constituída uma provisão no montante de R$51.543 mil.

Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que não apresentaram perda estimada por irrecuperabilidade de ativos *(impairment)*

As UGC que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10% para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment* após a sensibilização das taxas de desconto.

Usina Termonuclear (UTN) - Angra 3

Após a reestruturação societária estabelecida pela Lei n.° 14.182/22 (vide nota 1.2), a Companhia deixou de consolidar o montante de R$4.508.765 mil referente ao *impairment* registrado na usina Angra 3.

O valor provisionado pela coligada Eletronuclear decorre, substancialmente, da ausência da homologação da tarifa do empreendimento, sendo considerada a tarifa de referência aprovada em 2018 e atualizada pela inflação.

Adicionalmente, a Eletronuclear assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras em Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico, com previsão de entrada em operação no ano de 2027.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A desvalorização do real em relação ao dólar americano e o fato de a Eletrobras deter relevante parcela de seus recebíveis indexados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar americano, impactou positivamente a receita decorrente das variações cambiais, e geraram um ganho de R$446.852 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No tocante às atualizações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras apresentou uma perda de R$1.097.622 mil.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Eletrobras, quando relevante

Inflação e Taxa de Juros

A situação financeira e o resultado das operações da Eletrobras são afetados pela inflação e por variações na taxa de juros.

A maioria dos custos e despesas da Eletrobras é denominada em reais e está atrelada aos Índices de medição da inflação, tais como o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em taxas cambiais.

Abaixo uma descrição dos principais saldos atrelados a inflação e taxa de juros e seu impacto no resultado (quadro em R$/mil):

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado		
		Saldo em 31/12/2022	Cenário I - Provável 2023¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
	Impacto no resultado	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.329.336)	(508.697)	(635.871)	(763.045)
	Ressarcimento AIC	505.992	59.454	74.318	89.181
	Impacto no resultado	(3.823.344)	(449.243)	(561.553)	(673.864)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
	Impacto no resultado	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
IGPM	Arrendamentos	(753.168)	(33.238)	(41.548)	(49.857)
	Financiamentos e empréstimos a receber	270.158	11.922	14.903	17.884
	Impacto no resultado	(483.010)	(21.316)	(26.645)	(31.973)
	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(36.659.454)	(1.737.174)	(2.171.467)	(2.605.761)
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.649.296)	(1.168.051)	(1.460.064)	(1.752.077)
	Direito de ressarcimento	2.446.405	115.927	144.909	173.891
	Financiamentos e empréstimos a receber	10.961	519	649	779
	Impacto no resultado	(58.851.384)	(2.788.779)	(3.485.973)	(4.183.168)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais			(5.449.844)	(6.812.303)	(8.174.764)

(¹) Premissas adotadas:	31/12/2022	Provável	+25%	+50%
CDI	13,65%	11,65%	14,56%	17,48%
SELIC	13,75%	11,75%	14,69%	17,63%
TJLP	7,20%	7,15%	8,93%	10,72%
IGPM	5,44%	4,41%	5,52%	6,62%
IPCA	5,58%	4,74%	5,92%	7,11%

<u>Variações na Taxa de Câmbio</u>

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de Hedge Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o hedge dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.
Abaixo segue a composição dos saldos em moeda estrangeira (em R$/mil):

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2023¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
USD	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.400.514)	(7.307.464)	66.807	(1.743.358)	(3.553.522)
	Valores a receber - ENBpar	242.264	1.264.059	(11.554)	301.572	614.698
	Financiamentos e Empréstimos a Receber	16.125	84.133	(767)	20.075	40.916
	Ativo financeiro - Itaipu	74.638	389.438	(3.560)	92.910	189.380
	Impacto no resultado	(1.067.487)	(5.569.834)	50.926	(1.328.801)	(2.708.528)
EURO	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
	Impacto no resultado	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				50.329	(1.388.134)	(2.826.596)
(¹) Premissas adotadas:			31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	USD		5,22	5,17	6,46	7,76
	EURO		5,57	5,58	6,98	8,38

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Os principais insumos da Eletrobras são a energia comprada para revenda e o combustível para a produção de energia elétrica.

A energia comprada para revenda pela Eletrobras foi de R$ 3.117.655 mil no exercício de 2022 em comparação a R$ 4.259.957 mil no exercício de 2021, uma diminuição da despesa de 26,81% ou R$ 1.142.302 mil.

Já o gasto com combustível para a produção de energia correspondeu a R$ 2.085.996 mil no exercício de 2022, comparado a R$ 1.889.722 mil no exercício de 2021 um aumento de 10,39 % ou R$ 196.274 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, a variação dos preços desses insumos e produtos citados acima não foram relevantes para o resultado operacional e financeiro da companhia.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Ênfase - Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 20.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, da controlada indireta Madeira Energia S.A. e as controladas em conjunto Teles Pires Participações S.A., Paulista Lajeado S.A., Enerpeixe S.A., Vamcruz I Participações S.A., Chapecoense e Foz do Chapecó Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2022. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas, havendo circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. A opinião dos auditores não está ressalvada em função desse assunto.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais no exercício social encerrado em 2022.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação Eletronuclear

O controle societário anteriormente detido pela Eletrobras na Eletronuclear foi transferido para a ENBpar mediante as seguintes operações: (i) aporte de capital no montante de R$3.500.000 mil realizado pela ENBpar; (ii) integralização de capital, pela Eletrobras, no montante de R$6.232.330 mil, demonstrado no quadro abaixo; e (iii) adesão pela Eletrobras ao programa de conversão facultativa das ações ordinárias (ON) em preferenciais (PN) na proporção de 1:1. (quadro abaixo em R$/mil)

Integralização de capital social na Eletronuclear	
Integralização do AFAC	3.665.521
Capitalização dos dividendos a receber	2.512.286
Aporte de caixa e equivalentes de caixa	54.523
Investimentos em participações societárias	6.232.330

	ELETRONUCLEAR					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	37.651.030	99,98	10.528.730	99,85	48.179.760	99,95
Outros	7.137	0,02	15.969	0,15	23.106	0,05
Total	37.658.167	100,00	10.544.699	100,00	48.202.866	100,00

Após a restruturação societária, as ações ordinárias detidas pela Eletrobras na Eletronuclear passaram de 99,98% para 35,90% e as preferenciais para 99,99%, perfazendo uma participação total de 67.95% sendo minoritariamente participante nas ações ordinárias da Companhia, conforme quadro abaixo:

	ELETRONUCLEAR					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	79.488.850	35,90	221.396.243	99,99	300.885.093	67,95
ENBPar	141.916.224	64,10	-	-	141.916.224	32,04
Outros	7.137	0,00	15.969	0,01	23.106	0,01
Total	221.412.211	100,00	221.412.212	100,00	442.824.423	100,00

Em razão da perda do controle, os ativos, passivos e as participações de não controladores na Eletronuclear passaram a não compor o balanço consolidado da Companhia. Em função da participação societária mantida, a Eletronuclear se tornou uma coligada da Eletrobras. A participação remanescente foi reconhecida pelo valor justo, na rubrica de investimentos.

Combinação de Negócios: aquisição de controle da Madeira Energia S.A (MESA)

Em razão das divergências entre a SAESA e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), em novembro de 2015, a SAESA, buscando declarar a responsabilidade do CCSA em relação aos custos de recomposição de lastro aos contratos de compra e venda de energia celebrados pela SAESA no âmbito da antecipação do cronograma contratual, instaurou processo de arbitragem contra o CCSA na "International Chamber of Commerce - ICC". Em fevereiro de 2022, a Corte Internacional de Arbitragem proferiu sentença desfavorável, gerando obrigações de desembolsos à SAESA.

Para atender as obrigações financeiras decorrentes da perda imposta à Santo Antônio Energia S.A (SAESA), controlada integral da MESA, Furnas, em junho de 2022, integralizou 5.494.950.237 ações ordinárias no valor de R$681.374 mil, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R$901.177 mil, totalizando o montante de R$1.582.551 mil. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%.

Em 08 de julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA, com esse ato, Furnas, que detém 72,36% do capital social, passou a ter os direitos de dirigir as atividades relevantes da Companhia, se tornando, portanto, a controladora da MESA.

A assunção do controle por Furnas, a partir do distrato do Acordo de Acionistas, se configura combinação de negócios, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios.

Com a finalidade de classificar a contraprestação da combinação de negócios, R$1.582.551 mil, valor correspondente a integralização do capital social, o patrimônio da MESA foi avaliado a valor justo, conforme quadro abaixo: (quadro em R$/mil)

Balanço Patrimonial - MESA	Valor contábil 30/06/2022	Ajustes a valor justo	Valor justo (100,00%)	Valor justo - participação atual (72,36%)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.762.742	-	1.762.742	1.275.591
IR e CSLL diferidos	2.077.704	-	2.077.704	1.503.510
Outros Ativos	758.493	-	758.493	548.876
Imobilizado e intangível	18.991.316	1.213.000	20.204.316	14.620.651
	23.590.255	1.213.000	24.803.255	17.948.628
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	19.979.063	-	19.979.063	14.457.649
Outros Passivos	2.687.907	58.026	2.745.933	1.987.067
	22.666.970	58.026	22.724.996	16.444.716
Ativos (passivos) líquidos	923.285	1.154.974	2.078.259	1.503.912

Apesar do valor líquido de R$1.503.912 mil, destacado acima, o laudo de avaliação da Companhia demonstrou a necessidade de registro de provisão para perda, pois o valor adicionado ao ativo, resultado dos investimentos adicionais, foi inicialmente considerado parcialmente irrecuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o investimento em MESA estava com o saldo zero e com provisão para passivo a descoberto no montante de R$705.864 mil,

relativa ao processo de arbitragem, que foi assumida pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Companhia foi impactado em R$250.551 mil, referente a provisão para perda do investimento, reconhecida na rubrica perdas estimadas de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de investimento em MESA é de R$604.377 mil.

A Eletrobras estuda os planos que poderão permitir a recuperabilidade completa do valor investido, considerando, inclusive, possíveis alterações no plano de negócios da investida.

c) eventos ou operações não usuais

Venda de Participação acionária na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)

Em abril de 2022, a Eletrobras realizou a venda da totalidade de sua participação acionária, que correspondia a 32,66%, na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. Pela venda das ações, a Eletrobras recebeu o montante de R$1.101.896 mil gerando o reconhecimento positivo no resultado no montante de R$453.624 mil. A venda dessas ações está contemplada no Plano de Alienação de participações societárias minoritárias da Eletrobras e está no escopo da iniciativa de venda de participações nas empresas coligadas.

Captação de recursos - Furnas

No primeiro semestre de 2022, ocorreu a captação de recursos por parte da controlada Furnas do montante de R$ 2.500.000 mil. Os recursos obtidos por meio dessas captações foram destinados ao cumprimento do programa de investimentos, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da controlada. A captação foi realizada por meio de 3 operações junto às seguintes instituições:

(i) Banco Itaú, no valor de R$ 500.000 mil, taxa de juros de CDI + 1,60% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos;

(ii) Banco do Brasil, no valor de R$ 500.000 mil, taxa de juros de CDI + 1,65% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos; e

(iii) Banco do Brasil, no valor de R$ 1.500.000 mil, taxa de juros de CDI + 2,0% a.a., realizada em junho de 2022 e prazo de pagamento em 7 anos, mediante eventual identificação de necessidade de seu desembolso pela Controlada.

Os recursos obtidos por meio dessas captações serão destinados ao cumprimento do programa de investimentos de 2022, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da Controlada.

Plano de Demissão Voluntária – PDV 2022

Em novembro de 2022, a Companhia lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2022), que abrangeu empregados aposentados pela previdência oficial e aposentáveis até 30

de abril de 2023, considerando critérios do INSS. O montante total reconhecido no resultado com o lançamento do plano foi de R$ 1.260.370 mil.

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R$ 1.260.370 mil, conforme demonstrado abaixo:

CONSOLIDADO		
Desligamentos	Quantidade de funcionários	Valor
2022	821	(373.883)
2023[1]	1.673	(886.487)
	2.494	(1.260.370)

[1] Valores estimados para 2023.

Emissão Notas Comerciais

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais escriturais no valor unitário de mil reais, em série única, para distribuição pública, no montante total de R$6.000.000 mil na data de emissão. As notas comerciais terão prazo de vencimento de 18 meses contados da data de emissão e juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI + 1,35%.

Capitalização Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu sua oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R$42,00 (US$8,63 sob a forma de ADS que corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil), perfazendo o montante total de R$30.756.468 mil, sendo:

a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R$26.362.364 mil de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de American Depositary Shares (ADS), representados por American Depositary Receipts (ADR), sendo:
   - no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
   - no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do U.S. Securities Act of 1933.
b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R$2.931.664 mil de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil, que foi paga diretamente pelos adquirentes ao BNDESPAR; e
c) em julho de 2022, a Companhia realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações representando o valor de R$4.394.104 mil, conforme previsto na então vigente Instrução da CVM n.º 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma

distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Companhia incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado passando a ser da iniciativa privada.

Desta forma, o processo de oferta pública de ações, após emissão do lote suplementar de ações, acrescentou o montante, líquido dos gastos com emissão de ações, de R$ 30.648.282 mil no caixa da Eletrobras, conforme os itens (a) e (c) anteriormente descritos, conforme demonstrado abaixo: (quadro em R$/mil)

Subscrição de ações	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.186)
Impacto no capital social	30.648.282

Capitalização Eletrobras – Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e
b) Tucuruí, Sobradinho, Itumbiara, Curuá-Una e Mascarenhas de Moraes.

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração, cotas, para produção independente de energia ("PIE"), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Companhia no montante de R$75.021.259 mil, originado pelo direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia efetuou pagamento à União, a título de bônus de outorga, firmou compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021, bem como realizou os créditos da aquisição de combustível e das indenizações de Tucuruí e Curuá-Una, conforme detalhado abaixo: (quadro em R$/mil)

Bônus de outorga (a)	26.622.905
Obrigações com a CDE (b)	33.735.216
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas (c)	6.693.921
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una (d)	5.062.717
Reembolso aquisição de combustível – Lei nº 12.111/2009 (e)	2.906.500
Ativo Intangível	75.021.259

a) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R$26.622.905 mil. Os recursos obtidos pela oferta pública de ações (oferta primária) foram utilizados exclusivamente para essa finalidade;
b) obrigações ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R$33.735.216 mil;
c) obrigação, ao longo dos próximos 10 anos no montante total de R$6.693.921 mil, de financiar o desenvolvimento dos projetos que vão compor os seguintes programas:
   - revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, pela controlada Chesf;
   - redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, pela controlada Eletronorte; e
   - revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, pela controlada Furnas.
d) créditos no montante de R$5.062.717 mil são relativos às indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una. Essas usinas tiveram novos contratos de concessão assinados; e
e) créditos no montante de R$2.906.500 mil são relativos ao reembolso de combustível das distribuidoras que anteriormente eram controladas pela Eletrobras, que foram comprovadas e não reembolsadas, eficiência econômica e energética de que trata a Lei nº 12.111/2009. Esses ativos estavam registrados na conta de Direito de Ressarcimento e foram compensados com os valores a pagar a título de bônus de outorga nos termos definidos pela Lei nº 14.182/2021.

O montante relativo ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, registrado no ativo intangível, está demonstrado abaixo (em R$/mil):

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo intangível
Xingó	11.267.333
Complexo Paulo Afonso	10.590.724
Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.693.535
Boa Esperança	876.032
Sobradinho	874.546
Funil - BA	28.489
Pedra	7.124
Valor adicionado Chesf	28.337.783
Tucuruí	25.542.126
Coaracy Nunes	582.030
Curuá-Una	160.582
Valor adicionado Eletronorte	26.284.738
Marimbondo	4.416.843
Furnas	4.025.234
Estreito (Luís Carlos B. de Carvalho)	3.177.816
Itumbiara	2.958.106
Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	2.476.008
Corumbá I	1.431.622
Porto Colômbia	1.322.485
Funil - RJ	590.624
Valor adicionado Furnas	20.398.738
Valor adicionado consolidado	75.021.259

Capitalização Eletrobras – Impactos no resultado

Com a assinatura dos novos contratos de concessão e nos termos da resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) n º 15/2021, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos às concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão. De acordo com os cálculos do CNPE, foi considerada indenização para as UHE Tucuruí e Curuá-una. Para as UHEs Sobradinho, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, não foram previstos valores a indenizar.

Adicionalmente, os novos contratos de concessão não incluíram remuneração para os ativos de modernização que se encontravam registrados como ativo financeiro de indenização a receber e que haviam sido objeto de consulta pública da ANEEL em outubro de 2019.

A seguir os efeitos no resultado da Companhia por regime de exploração do empreendimento (quadro em R$/mil):

Usinas Hidrelétricas	Valor contábil líquido	Indenização Líquida de Tributos	Resultado
Usinas não cotistas			
Curuá-Una	630	17.741	17.111
Tucuruí	2.990.633	4.576.672	1.586.039
Impacto Eletronorte	2.991.263	4.594.413	1.603.150
Usinas cotistas			
Boa Esperança	98.219	-	(98.219)
Apolônio Sales (Moxotó)	38.250	-	(38.250)
Paulo Afonso I	92.612	-	(92.612)
Paulo Afonso II	107.093	-	(107.093)
Paulo Afonso III	66.259	-	(66.259)
Paulo Afonso IV	20.832	-	(20.832)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	15.150	-	(15.150)
Xingó	28.174	-	(28.174)
Funil - BA	12.626	-	(12.626)
Pedra	8.067	-	(8.067)
Usinas não cotistas			
Sobradinho	131.948	-	(131.948)
Impacto Chesf	619.230	-	(619.230)
Usinas cotistas			
Corumbá I	(4.497)	-	4.497
Estreito	479.561	-	(479.561)
Funil - RJ	8.110	-	(8.110)
Furnas	566.098	-	(566.098)
Marimbondo	15.844	-	(15.844)
Porto Colômbia	1.912	-	(1.912)
Usinas não cotistas			
Itumbiara	62.492	-	(62.492)
Mascarenhas de Moraes	209.462	-	(209.462)
Impacto Furnas	1.338.982	-	(1.338.982)
Impacto líquido	4.949.475	4.594.413	(355.062)

Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, relacionado aos créditos escriturais dos Empréstimos Compulsórios sobre o consumo de energia elétrica, convertidos em ações preferenciais da Companhia em Assembleia Geral de Acionistas. As principais reivindicações dos credores referem-se aos critérios de correção monetária, utilizados pela Companhia, na forma da legislação de regência do tributo, ao termo final de incidência dos juros remuneratórios de 6%, pagos em julho de cada ano, bem como sua cumulação com juros moratórios. Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras possuía 3.703 processos provisionados relativos a estes temas.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção do juros pagos e juros remuneratórios). (quadro abaixo em R$/mil)

	31/12/2022
Principal	6.150.499
Correção dos juros pagos	39.902
Juros remuneratórios	4.040.093
Juros moratórios	13.081.861
Honorários advocatícios	1.028.103
Outras verbas	83.747
Total	24.424.205

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R$132.979 mil, totalizando R$24.424.205 mil, referente aos processos do empréstimo compulsório.

Nulidade parcial de aditivo - Fator K de correção analítica de preços

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$350.000 mil, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela empresa. O fator K refere-se a cobrança de um índice de reajuste de preços em face a necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

A Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R$2.067.368 mil.

Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)

Em outubro de 2022 foi publicado acordão referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf, no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco de perda provável, pelo valor estimado de R$611.987 mil.

Empréstimo Compulsório - Caso Decoradora Roma

Em maio de 2022, o Superior Tribunal de Justiça ("STJ") julgou os Embargos de Declaração com efeitos infringentes, interpostos pela Eletrobras, nos Embargos de

Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp) 790.288, conhecido por "Caso Roma", endossando a tese já contida no leading case que pacificou os temas relativos à devolução do Empréstimo Compulsório sobre a Energia Elétrica ("ECE") – RESP 1.003.955/RS, no sentido de que o termo final dos juros remuneratórios incidentes sobre os créditos do ECE devem fluir tão somente até as assembleias de conversão destes créditos em ações preferenciais da Companhia. Esta decisão consagrou a vedação de cumulação dos juros remuneratórios com os juros moratórios.

Neste contexto, à luz do repositório favorável de decisões aderentes ao "Caso Roma", houve a reclassificação do risco no contingenciamento de possível para remoto referente a estas teses jurídicas no montante R$14.396.540 mil.

Empréstimo Compulsório – Demais processos

Em demanda de Empréstimo Compulsório que discutia a conversão pelo valor patrimonial, consolidou decisão desfavorável ao pleito autoral, confirmando a tese da Companhia, ocorrendo a redução dos valores classificados como de risco possível, no montante aproximado de R$4.460.000 mil, uma vez que a classificação de risco no âmbito deste processo foi alterada para remota.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("EBITDA")

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de resultado financeiro líquido, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 ("RCVM 156"). Nos termos da RCVM 156, o EBITDA é calculado utilizando-se o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA não é uma medida de acordo com o *Generally Accepted Accounting Principles* do Brasil ("Princípios Contábeis Geralmente Aceitos", em português, ou "BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Eletrobras ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Eletrobras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Eletrobras pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização LTM (*Last twelve-month*) ("EBITDA LTM")

O EBITDA LTM é uma divulgação adicional e deve ser considerada em conjunto com o EBITDA, sendo correspondente a mesma definição do EBITDA ajustado para um período de 12 meses findo em data especificada.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos financiamentos, empréstimos e debêntures circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários (circulante) e financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas

contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Dívida Líquida/EBITDA

(em milhares de R$)	**Exercício social (31/12/2022)**
EBITDA	11.397.858
EBITDA Ajustado	17.780.377
Dívida Líquida	34.762.659
Dívida Líquida/EBITDA	**1,96**

Reconciliação do EBITDA

(em milhares de R$)	**Exercício social (31/12/2022)**
Lucro Líquido do Exercício	3.638.382
(+) Provisão Imposto de Renda	695.613
Contribuição Social	
(+) Resultado Financeiro	4.373.595
(+) Depreciação e Amortização	2.690.268
EBITDA	**11.397.858**

Reconciliação do EBITDA Ajustado

(em milhares de R$)	**Exercício social (31/12/2022)**
EBITDA	11.397.858
Ajuste Resultado da operação descontinuada	-986.785
Ajuste Outras Receitas e Despesas	-186.924
Ajuste Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-365.178

Ajustes de Provisões	6.181.043
Ajustes PMSO	1.753.277
Outros Ajustes	-12.914
EBITDA Ajustado	**17.780.377**

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(em milhares de R$)	**Exercício social (31/12/2022)**
Passivo circulante	
Financiamentos, empréstimos e debêntures	7.524.770
Passivo não circulante	
Financiamentos, empréstimos e debêntures	51.581.752
Dívida Bruta	**59.106.522**
Ativo circulante	
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.739.126)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(12.193.654)
(-) Financiamentos e empréstimos	(692.839)
Ativo não circulante	
(-) Financiamentos e empréstimos	(328.806)
(-) Saldo Líquido - Itaipu	(389.438)
Dívida Líquida	**34.762.659**

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para acorreta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Eletrobras entende ser importante a sua inclusão neste item. A administração da Eletrobras acredita que o EBITDA é uma medida prática para, ao lado de outros indicadores, auxiliar na avaliação de seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo setor, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A administração da Eletrobras acredita que o EBITDA, medido a partir do montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, seja uma boa aproximação do potencial de geração bruta de recursos e, por isso, um importante indicador de seu desempenho operacional.

Dívida Bruta

A Companhia utilizada Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas.

Dívida Líquida

A Companhia utiliza a Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, afim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A seguir estão descritos os eventos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022:

2.6.1. Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão

O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Eletrobras. A Companhia poderá utilizar as ações em tesouraria para atender aos Planos de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Remuneração Baseado em Ações Restritas, aprovados na 184ª AGE. Adicionalmente, a Companhia poderá, observados os limites referidos no art. 4º, incisos I e II da Resolução CVM 77, utilizar as ações em tesouraria para saldar obrigações decorrentes de seus passivos relativos a demandas judiciais que discutem diferença de correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório de Energia ("ECE") ou constitucionalidade do tributo.

A quantidade máxima de ações que poderão ser adquiridas são 202.111.946 ações ordinárias e 27.552.681 ações preferenciais B, que representam 10% do total de ações em circulação de cada classe e espécie.

O prazo máximo para liquidação das operações com ações emitidas pela Companhia no âmbito deste Plano de Recompra é de até 18 meses, contados a partir de 03 de janeiro de 2023, e encerrando-se em 02 de julho de 2024. A recompra de ações somente será realizada se compatível com a situação financeira da Companhia e se houver recursos disponíveis, conforme disposto na Resolução CVM n.º 77/2022.

2.6.2. Incorporação de Ações

Os acionistas da Companhia reunidos na 185ª AGE aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão das seguintes subsidiárias da Companhia: (i) Chesf; (ii) CGT Eletrosul; (iii) Furnas; e (iv) Eletronorte, ensejando o o direito dos aqueles acionistas titulares de ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia ("Ações PNA") de retiram-se mediante o reembolso de suas ações.

Nos termos do aviso aos acionistas divulgado pela Companhia em 7 de março de 2023, dentro do prazo de exercício do direito de retirada (o qual encerrou em 2 de março de 2023, foi exercido o direito de retirada por determinados acionistas titulares de 4.361 ações PNA e o montante total desembolsado pela Companhia a título de reembolso aos acionistas dissidentes em questão foi de R$212 mil.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a assembleia geral da Eletrobras poderá deliberar, por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Eletrobras. De acordo com o estatuto social da Eletrobras, sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações, que atualmente é de 20% do capital social; (ii) no mínimo 25% do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da reserva legal de que trata o caput deste artigo, será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia; e (iii) até 75% do lucro líquido ajustado será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% do capital social integralizado. Além disso, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações a Companhia, por deliberação da assembleia geral de acionistas, poderá aprovar proposta de sua administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital, por ela previamente aprovado.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou lucro líquido de R$3.635.377 mil. A 63ª Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras a ser realizada em 27 de abril de 2022 deliberará proposta de destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido do exercício, correspondentes a R$182 milhões deverá ser destinado à reserva legal. Conforme previsto no artigo 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% do lucro líquido do exercício social poderá ser destinado à reserva estatutária de investimentos. Desta forma, a administração propôs que o montante de R$2.590 milhões, correspondente a 71,25% do lucro líquido do exercício seja destinado à reserva

	estatutária de investimentos. Por fim, foi submetida proposta de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, de forma que seja retido o lucro acumulado equivalente a R$248 milhões.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a proposta (i) de retenção de lucro para reserva legal e reserva estatutária de investimentos perfaz o percentual de 76,25% do lucro líquido apurado no exercício; (ii) a proposta de retenção de lucro nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações perfaz o percentual de 100% do lucro acumulado.
b. regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, observada a política de distribuição de dividendos. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). O estatuto social da Eletrobras <u>não</u> prevê que a ação preferencial de classe especial (golden share) terá prioridade na distribuição de dividendo, mas prevê que as ações preferenciais classe "A" e "B" terão prioridade na distribuição de dividendos, nos seguintes termos: (i) As ações preferenciais da classe "A", que são subscritas até 23 junho de 1969, e as decorrentes de bonificações a elas atribuídas terão prioridades na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de oito por cento ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente; e (ii) as ações preferenciais da classe "B", que são subscritas a partir de 23 de junho de 1969, terão prioridade na distribuição de dividendos, este incidentes à razão de seis por cento ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente.

	As ações preferenciais da Eletrobras de classe "A" e "B" participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias e com a ação preferencial de classe especial na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos descritos nos itens (i) e (ii) acima, sendo assegurado à cada ação preferencial da classe "A" e "B" da Eletrobras o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária. O dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais deverá ser distribuído sempre que apurado lucro líquido.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, apesar de não tê-lo feito no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Eletrobras serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social. De acordo com seu estatuto social, a Eletrobras deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Eletrobras poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a assembleia geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Eletrobras, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de investimentos ou retenção nos

	termos de orçamento de capital aprovado nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Eletrobras possui política de distribuição de dividendos formalmente aprovada pelo conselho de administração da Companhia, a qual encontra-se disponível para consulta no site de relação com investidores da Eletrobras (https://ri.eletrobras.com/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos detidos pela Eletrobras estão registrados no balanço patrimonial. A Eletrobras não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Eletrobras que não aparecem no balanço patrimonial ou divulgados em notas explicativas como é o caso das ações judiciais com classificação de risco possível.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas *demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.*

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O total dos investimentos realizados pelas Empresas Eletrobras, em 2022, foi de R$5.639 milhões, o que corresponde a 108% do orçamento do ano. Deste total, R$3.960 milhões correspondem a gastos corporativos e R$1.679 milhões em parcerias, com destaque para o aporte realizado na usina Santo Antonio Energia, como decorrência do processo de aquisição do controle da referida sociedade. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R$3.227 milhões em Geração, R$2.000 milhões em Transmissão e R$413 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2021, observa-se um acréscimo de 41 % no total do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 7 % no segmento de Transmissão.

Investimentos Realizados

(Em R$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2022	%2022	Realizado 2022	Realizado 2021	Realizado 2020
Geração	**2.429**	**133%**	**3.227**	**2.287**	**1.802**
Implantação Corporativa	160	132%	371	1.258	1.082
Ampliação Corporativa	589	62%	367	244	222
Manutenção	861	96%	829	674	424
SPEs	819	203%	1.660	111	74
Transmissão	**2.292**	**87%**	**2.000**	**1.863**	**1.051**
Implantação Corporativa	1	100%	1	1	14
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.386	85%	1.182	1.163	631
Manutenção	819	97%	797	191	366
SPEs	86	22%	19	508	40
Outros(1)	**495**	**83%**	**413**	**528**	**269**
SPES Outros G T	**15**	**0%**	**0**	**0**	**0**
Total	**5.231**	**108%**	**5.639**	**4.678**	**3.122**
Eletronuclear	243	**192%**	465	(2)-	(2)-

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R$ 3.227 MILHÕES

CGT Eletrosul realizou R$ 236 milhões em ampliação do Sistema de Geração sendo R$ 230,5 milhões referentes ao Parque Eólico Coxilha Negra e o restante da CGH Cachoeira Branca.

Em SPEs temos como principal destaque o aporte feito em Santo Antonio, no total de R$1.583 milhões, não previstos no PNG de 2022, e feito para cobrir dispêndios com perda arbitral na SAESA.

CGT Eletrosul e Furnas aportaram um total de R$46 milhões na SPE Teles Pires Participações Ltda para a SPE honrar serviço da dívida relativo à emissão de debêntures.

Os investimentos em manutenção das Usinas da Chesf, como Sobradinho e Paulo Afonso, dentre outras, somaram R$348 milhões

Em relação à Eletronuclear, havia sido previsto orçamento apenas para o mês de janeiro de 2022, dada a previsão que havia em 2021 para a privatização, transferência do controle da Eletronuclear para a Enbpar. Porém, a privatização acabou ocorrendo em junho de 2022. Nesse sentido, houve realização total, pela própria Eletronuclear, de R$464 milhões, maior que o orçamento total previsto de R$242 milhões, para implantação de Angra III e Manutenção de Angra I e II. Contudo, dado que a Eletronuclear acabou sendo consolidada até junho de 2022, pela Eletrobras, a realização dos investidores pela referida empresa também foi consolidada até a mesma data.

Desconsiderando o total de investimentos da Eletronuclear, no ano de 2022, as Empresas Eletrobras realizaram um total de R$382 milhões de investimentos em geração, o que corresponde a 59% do orçamento neste segmento para as Empresas, a exceção de Eletronuclear.

Em contrapartida, houve frustrações de investimentos no segmento de Geração da ordem de R$785 milhões (expurgando o aporte na Santo Antônio Energia).

Como principais frustrações nos investimentos de Geração, destacamos o montante de R$51 milhões referentes à UTE Santa Cruz, devido ao atraso na aprovação do pleito de aditamento do contrato para conclusão da implantação do Ciclo Combinado, tendo sido prorrogado para 2023.

Em SPEs, houve frustrações de R$ 482 milhões referentes à não realização de aporte por Furnas na SPE Holding Brasil Ventos devido à prorrogação para 2023 do processo de compras de aerogeradores para o Parque Eólico Itaguaçu da Bahia.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R$ 2.000 MILHÕES

Os investimentos em ampliação e reforços e melhorias corresponderam a 60% do Investimento Corporativo no segmento, com maiores destaques para:

- R$607 milhões em manutenções da Chesf com destaque para melhorias com a finalidade de maximização do resultado da revisão tarifária de 2023;

- R$410 milhões em reforços e melhorias da Chesf, com realização de 84% de seu orçamento anual;

- R$266 milhões em reforços e melhorias de Furnas realizando 76% de seu orçamento; e

- R$145 milhões em reforços e melhorias da Eletronorte para antecipação de entregas e melhora na execução do orçamento planejado.

Destaca-se os investimentos para manutenção da Chesf devido ao pagamento de tributos (DIFAL), não previstos no PDNG, aliada a uma melhoria no processo de execução dos projetos de manutenção.

Em contrapartida, houve frustrações de investimentos no segmento de Transmissão da ordem de R$ 292 milhões.

Do total frustrado no segmento de Transmissão, R$225 milhões referem-se a investimentos corporativos, com destaques para:

- R$83 milhões em reforços e melhorias de Furnas justificados pelo atraso nos processos por causa da adequação ao novo regime (realização de 76% do valor orçado)

- R$81 milhões em manutenção de Furnas por deságios em contratações, negativa de desligamento da ONS e adequações dos processos de contratação ao novo regime;

- R$75 milhões em reforços e melhorias da Chesf (realização de 84% do valor orçado) devido principalmente a atrasos em entregas de equipamentos.

Em SPES, a SPE Transnorte Transmissora de Energia previa aportes de R$ 86 milhões para o início das obras da LT Manaus / Boa Vista, porém houve atrasos devido a ações civis públicas relacionadas ao licenciamento ambiental cujo acordo judicial deu-se ao final de setembro. Por este motivo, tivemos uma frustração de R$ 67 milhões em relação ao valor orçado para o ano.

Ambiental

No segmento Ambiental do Investimento Corporativo, houve realização de R$53 milhões em Furnas, que possui diversos programas ambientais relativos ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. Na Chesf, houve realização de R$18 milhões relacionado à Usina de Itaparica referentes às obras dos perímetros irrigados do Projeto Jusante e relativos aos pagamentos de depósitos judiciais das verbas de manutenção temporária.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nos investimentos corporativos, R$3.727 milhões foram realizados com recursos próprios e R$233 milhões com recursos de captação financeira. Já nas SPEs, de um total de R$1.679 milhões, R$ 840 milhões foram aportados mediante captação de recursos em instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Dentre as operações já realizadas, sete ocorreram no ano de 2022. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2022 com um total de 74 SPEs, ou seja, uma redução de 104 SPEs em relação a dezembro de 2016.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva das Empresas Eletrobras e investidas.

c) novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços iii. projetos em desenvolvimento já divulgados iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1974 pelo Sistema Eletrobras, que permanece como principal mantenedor do Centro.

A missão da instituição é contribuir para o permanente aprimoramento e adequação do serviço de energia elétrica, efetivando novos padrões de qualidade e economicidade mediante ações de pesquisas, desenvolvimento, inovação, promoção e transferência de tecnologia, serviços tecnológicos de alta complexidade, constituindo-se em centro de excelência do Setor Elétrico Brasileiro. Em 2022, a Eletrobras aplicou quase R$203 milhões para patrocinar tais ações e pesquisas tecnológicas, dos quais cerca de 55% da contribuição veio da Holding (R$111,8 milhões). Os aportes do Sistema Eletrobras representaram 73% do total de ingresso de recursos no CEPEL – a diferença proveio da contribuição dos demais associados, da comercialização de produtos e serviços tecnológicos e de projetos com parceiros.

Em 2022 foram desenvolvidos 58 projetos de P&D+I para as empresas Eletrobras além de serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios. Na tabela a seguir detalha-se a distribuição dos recursos investidos por área de atuação.

Áreas de Atuação do Cepel	Distribuição dos recursos aportados pelo Sistema Eletrobras
Sistemas eletroenergéticos	15,0%
Equipamentos elétricos e sistemas inteligentes	4,0%
Automação, supervisão e controle de sistemas	17,5%
Transição energética, meio ambiente e sustentabilidade	28,2%
Tecnologias em gestão de ativos	25,7%
Eficiência energética e certificação	0,1%
Materiais e mecatrônica	9,4%
Total	**100%**

No contínuo aperfeiçoamento das soluções que oferece a seus fundadores, demais associados, clientes e parceiros, o Cepel, no ano que se encerrou, promoveu diversas intervenções nos programas e *softwares* que desenvolve, pelas atualizações de funções,

rotinas e sistemas, além da busca constante por desenvolver interfaces gráficas que facilitem o uso dessas ferramentas.

Na área de Transição Energética destacam-se os projetos alinhados ao Programa Sustentabilidade 4.0. O Projeto AAEXp – ACV – Pegadas vem desenvolvendo Metodologias para o Cálculo de Pegada de Carbono e Pegada Hídrica de Empreendimentos da Eletrobras. No âmbito do Projeto Mudclima destacamos em 2022 o desenvolvimento do Índice de Vulnerabilidade Climática (tendências observadas), Índice de Vulnerabilidade Indígena e Índice de Vulnerabilidade de Ecossistemas (parcialmente) e a aplicação dos Índices de Vulnerabilidade desenvolvidos em um estudo de caso: UHE Belo Monte (bacia do rio Xingu). No âmbito do Projeto Emisfera destaca-se o estudo sobre Aplicação de Preço Interno de Carbono nas Empresas Eletrobras e debate sobre o assunto do Comitê de Meio Ambiente e GT3D das Empresas Eletrobras, além da Realização de Serviço Tecnológico de Aplicação de Modelo para estimativa de emissões de GEE de 12 aproveitamentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras.

Na área de renováveis destacam-se os desenvolvimentos do Projeto CALCP90, com a finalização do cálculo de incertezas da produção energética de parques eólicos. Foi desenvolvido o app Wind O&M visando o monitoramento e melhoria da operação e manutenção de parques eólicos, com funcionalidades como curva de potência, alarmes e downtime e KPI's. Ainda na linha da melhoria da operação e manutenção de parques eólicos, o Projeto Artilleros desenvolveu um novo servidor do SOMA Eólico que permitiu uma maior agilidade no atendimento das ocorrências, menor downtime, maior produção energética e maior faturamento. Na área de geração solar fotovoltaica destaca-se em 2022 a finalização do Projeto Cresp Fotovoltaico, com entrega do Projeto Básico da Planta Tecnológica e vários estudos sobre tecnologias para a planta e sobre seu desempenho. Na linha do Hidrogênio Verde, foi finalizado em 2022 o Projeto H2V Eletrobras, com a apresentação dos resultados e discussões referentes às análises técnico-econômicas e de sensibilidade acerca de uma planta conceitual de produção de H2V.

A crescente participação de fontes renováveis não controláveis (eólica, solar) na matriz energética tem justificado aprimoramentos nos modelos de análise energética, permitindo formular cenários de geração, levando em conta, inclusive, sua distribuição horária da geração. Nesse sentido, os modelos NEWAVE e DECOMP dispõem de versões que consideram a incerteza das fontes intermitentes, como a geração eólica, e a modelagem individualizada das usinas hidrelétricas, além da incorporação de restrições hidráulicas, que conferem uma maior precisão no cálculo da política de operação e na formação de preços. Esses desenvolvimentos atendem as empresas Eletrobras e entidades setoriais, inclusive entes governamentais e paragovernamentais, como EPE, ONS e CCEE. Em 2022 foi concebida e implementada, no modelo DESSEM, a modelagem das restrições de *unit commitment* hidráulico, que conferem uma representação ainda

mais acurada das usinas hidrelétricas. Em julho foi lançada a primeira versão de manuais da plataforma Libs, ambiente que reunirá as rotinas utilizadas na ampla gama de modelagem desenvolvida pelo Cepel para o Sistema Elétrico brasileiro. A Libs trará benefícios importantes aos processos de revisão, atualização e processamento desses modelos matemáticos. Os modelos de planejamento e operação elétrica, como ANAREDE, ANAFAS, ANATEM e FLUPOT, entre outros, também estão sendo modificados para comportar representações mais detalhadas de geradores. Na área de formação de pessoal, 31 profissionais das empresas Eletrobras foram treinados no uso dos modelos de planejamento e operação de sistemas eletroenergéticos durante o Ciclo de Cursos 2022.

Na área de análise de investimentos em projetos de geração incorporou-se ao modelo ANAFIN a possibilidade de se avaliar projetos híbridos, que consideram mais de uma tecnologia de geração, e projetos de produção de hidrogênio, em particular de hidrogênio verde.

No Sistema ECOMERC, ferramenta de apoio para a área de comercialização da Eletrobras, foram realizados avanços no módulo PLDPro, com destaque para a inclusão de nova funcionalidade para elaboração de cenários de carga, com ajuste automático dos arquivos e conversão dos dados entre os modelos NEWAVE e DECOMP. Também merece destaque a disponibilização do módulo SazOpt, para a sazonalização da garantia física de UHEs para fins de MRE, tendo sido utilizada pelas empresas Furnas, Eletronorte e Chesf.

Na área de Automação, Supervisão e Controle, destacam-se a evolução do projeto de modernização dos centros de controle da Chesf, trabalho que está redefinido toda a arquitetura de centros de controle da transmissão da empresa, atualizando as instalações da plataforma SAGE e otimizando a arquitetura antiga para uma moderna configuração baseada em apenas dois centros completamente sincronizados e redundantes. Ainda na Chesf, foi iniciada a implantação da plataforma SINAPE para a coleta automática e centralizada de oscilografias e ferramental para análise de perturbações e localização de faltas. Merecem ainda destaque, no âmbito da Eletronorte, o projeto de modernização dos centros de controle, a modernização do SAGE nas usinas da empresa, a implantação da plataforma SINAPE e a 1ª fase da integração do SAGE com o assistente virtual Enia desenvolvido pela Eletronorte. Em Furnas, foi desenvolvido o projeto MIDAS que utiliza técnicas de IA para a o auxílio à operação em tempo real no tratamento de alarmes, além da atualizaçãos do SAGE e SAGE-PDC em várias instalações. Na CGT Eletrosul, foram atualizadas as plataformas SINAPE e, para dezenas de suas subestações e seus centros de controle (COSE, COR e COG) fornecidas as atualizações para as versãoes atuais do SAGE. Na Eletrobras holding, seguiu-se com o suporte e atualização da plataforma RIO, baseada no SAGE, para a coleta e apresentação de dados operativos de toda a rede de transmissão e geração do grupo Eletrobras.

Na área de Tecnologia em Gestão de Ativos, destacou-se o início da implantação do Sistema SOMA para o monitoramento online da condição dos geradores de Furnas, nas Usinas Hidrelétricas de Furnas e de Simplício, e as implantações piloto do SOMA-TR para o monitoramento online da condição de Transformadores de Potência, na subestação de Biguaçu - Eletrosul, na subestação de Utinga - Eletronorte, e na UTE Santa Cruz de Furnas. Na Eletronorte, o Sistema DIANE implantou o novo módulo de inspeções e análises de ensaios termográficos, e a automação das análises dos ensaios de análises de gases dissolvidos em óleo mineral isolantes, aprimorando o Centro de Monitoramento de Gestão de Ativos da empresa. O Sistema IMA-DP, destinado à avaliação dielétrica de equipamentos de alta tensão, lançou três novos produtos: a nova versão do IMA-DP Autônomo, com recursos para separação de múltiplos modos de falha; o IMA-DP SE, para monitoramento de equipamentos de subestações, e o IMA-DP Acústico, sem similar no Brasil, para o monitoramento de subestações isoladas a gás. O projeto GAMMA apresentou à DT Eletrobras, no escopo do GT Vida Útil, uma metodologia inovadora para a determinação do fim de vida útil econômica de transformadores de potência. Finalmente, em relação à segurança do trabalho, o projeto CAMPEM aprovou, juntamente com Furnas, a invenção de anteparos para a proteção de trabalhadores em torres de transmissão contra exposição a elevados campos eletromagnéticos. Os "Anteparos de Campo" são eficientes, de fácil instalação e utilização, possuem baixo custo de produção e necessitam de pouca manutenção. Atualmente a patente está sendo requerida junto ao INPI e já existem empresas interessadas na produção e comercialização do produto.

Outro produto lançado foi o Soma-Turbodiag. Trata-se de sistema de monitoramento que possibilita estimar a vida remanescente das turbinas de usinas termelétricas, gerando benefícios tais como redução de gastos e paradas de manutenção. A metodologia desenvolvida e validada pelo Cepel, por meio da sua infraestrutura laboratorial de metalografia, teve deferida a patente em 2022.

Em seu complexo de laboratórios, o Cepel atendeu demandas dos mais importantes fabricantes de equipamentos do setor elétrico nacional, realizando ensaios dielétricos, envolvendo classes até de Ultra Alta Tensão. Esses serviços compreenderam ensaios inéditos no Brasil, como os de impulso de alta tensão em pá para aerogeradores, e ensaios de alta corrente e potência, para fins de desenvolvimento e homologação de equipamentos. Além disso, o Cepel tem realizado serviço tecnológico pioneiro no mercado de energia solar e eólica, que consiste na classificação da agressividade atmosférica, segundo critérios normatizados, visando à definição de procedimentos de ensaio em campo e em laboratório.

Em 2022, foi iniciada a operação do novo laboratório de Smart Grids na Unidade Adrianópolis, inaugurado em dezembro de 2021. No laboratório, foram realizados ensaios e pesquisa experimentais em inversores de potência utilizando as bancadas

Hardware-in-the-loop (HIL) e Power Hardware-in-the-loop (PHIL), em que é possível verificar o desempenho de equipamentos em condições representativas das existentes em campo, além da avaliação de conformidade de Recursos Energéticos Distribuídos (RED), como geração distribuída, armazenamento distribuído, veículos elétricos plugáveis, gerenciamento pelo lado da demanda, entre outros.

Ações da área de laboratórios e serviços tecnológicos do Cepel que merecem ser citadas:

- Inspeção, caracterização e avaliação de processos corrosivos em ferragens de linhas de transmissão e estruturas de subestações.

- Finalização dos projetos de P&D Uso de Ester Natural Isolante em Transformadores e Otimização de Revestimentos para Aplicação em Isoladores para Eletrobras e suas Empresas.

- Investigações fundamentadas em ensaios de materiais e equipamentos realizados nos laboratórios do Cepel, com a finalidade de identificar possíveis causas de falhas de equipamentos de usinas e subestações das empresas Eletrobras.

- Ensaios dielétricos e de potência em equipamentos elétricos classe 550 kV, tais como chaves seccionadoras, cadeia de isoladores e transformadores de corrente, para fabricantes fornecedores de equipamentos para as empresas Eletrobras.

- Estudos visando à introdução da tecnologia de linhas de transmissão em ultra alta tensão em corrente alternada inédita no país (1.000 kVca), utilizando a infraestrutura laboratorial singular que o CEPEL dispõe.

- Avaliação da interferência eletromagnética em sistemas de iluminação e salas de controle em ambientes de subestações.

Cumpre destacar ainda a continuidade dos trabalhos de perícia técnica para investigação da causa raiz de falhas em equipamentos, bem como ensaios em materiais e componentes utilizados nos sistemas de transmissão, geração e distribuição de todo o país. Nestas atividades, são aplicadas, inclusive, soluções desenvolvidas e validadas nos laboratórios do Cepel para realizar medições de transitórios de tensão e investigações sobre falhas de equipamentos em campo. São atividades que requerem a multidisciplinaridade de que o Centro dispõe, seja o conhecimento de seu corpo técnico qualificado, seja a infraestrutura laboratorial diversificada.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A estratégia empresarial da Eletrobras foi desenvolvida tendo como princípio a sustentabilidade, premissa que determina as diretrizes da empresa, transversal a toda a sua estratégia e aos demais processos da Companhia e na sua maneira de fazer negócios.

A realização de uma adequada gestão ambiental é essencial à continuidade das operações da Eletrobras e do modelo de geração de valor, uma vez que os negócios da Eletrobras dependem diretamente de recursos naturais. Por isso, a Companhia atua de forma proativa na conciliação de suas atividades com a preservação do meio ambiente em todas as fases dos projetos da Companhia e se mantém em conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários.

As peças estratégicas da Companhia, contemplam propostas nesse sentido, a fim de capturar oportunidades adequadas ao contexto atual e aos diferenciais competitivos da Eletrobras, trazendo foco para recalibrar e materializar a aspiração futura da Eletobras capitalizada de ser "Green Major": Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões. Para isso, há as diretrizes que foram criadas para nortear a visão de curto, médio e longo prazo, entre elas a "Diretriz Referência em ESG". Detalhes do tema são apresentados no Anexo E à Proposta da Administração para a 63ª AGO (correspondente à Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia), mais especificamente, no item 8.1, c), "i", referente aos "***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***".

.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Responsabilidade Social

Em 2022, foram lançados três editais públicos (Cultural, Socioesportivo e Eventos do Setor Elétrico) sendo 61 projetos selecionados que reforçam o compromisso da Eletrobras com o fomento à cultura e ao esporte, o incentivo às atividades do setor elétrico brasileiro. Além disso, os projetos selecionados no edital de projetos socioambientais, que conjugam a conservação do meio ambiente com à inclusão social, iniciaram suas atividades.

Foi dada continuidade ao Projeto "Direitos Humanos nas Empresas Eletrobras e Cadeia de Valor", parte de nosso Plano Diretor de Negócios e Gestão. O projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos impactos de Direitos Humanos junto aos públicos de relacionamento das Empresas Eletrobras, incluindo as comunidades que vivem em territórios onde atua, e cadeia de valor.

Destaca-se nesse ano a execução de dois projetos de direitos humanos (DH), como parte da gestão corporativa de riscos: a *due diligence* de direitos humanos em SPEs e de fornecedores de nível 1 críticos.

As ações propostas no projeto de Direitos Humanos são desenvolvidas pelo Subcomitê de Direitos Humanos, integrante do Comitê Integrado de Comunicação das Empresas Eletrobras. Juntas, as empresas planejam e executam as ações. Periodicamente são realizados encontros de alinhamento e acompanhamento do projeto, que, em sua terceira fase, possui 7 subprojetos com os seguintes destaques em 2022:

1) Due diligence de direitos humanos de operações próprias: com destaque para a primeira avaliação impactos de direitos humanos (AIDH) independente da Eletrobras, a ser realizada no Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, na Bahia, por consultoria contratada em 2023;

2) Due diligence de direitos humanos de fornecedores de nível 1;

3) Due diligence de direitos humanos de sociedades de propósito específico – SPEs, com destaque para GT criado para acompanhamento da TNE, SPE responsável pela implantação da linha de transmissão Manaus – Boa Vista, que passará sobre a terra indígena Waimiri Atroari;

4) Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: em 2022, após validação pela Childhood das ações realizadas no ano, todas as Empresas Eletrobras foram certificadas pelo Programa Na Mão Certa, o que ratifica o compromisso das empresas com a causa. O projeto passará a ser um processo das Empresas Eletrobras.

5) Treinamento da força de trabalho em direitos humanos, com destaque para as EaDs produzidas em parceria com a FGV e Pacto Global e lançadas para toda a força de trabalho em 2022;

6) Certificação do sistema de gestão de responsabilidade social na norma SA8000;

7) Sensibilização dos Diretores, Conselheiros e Indicados das Empresas Eletrobras para Diretorias e Conselhos das Controladas, SPEs e Outras Participações da Companhia: Em 2022, foi lançado o Programa de sensibilização com a realização de palestra inaugural com o tema: "Direitos Humanos e Empresas: desafios e oportunidades da indústria de energia à luz dos critérios ESG", com a especialista Juliana Ramalho (escritório Mattos Filho), visando orientar os participantes sobre temas relevantes da Agenda ESG que precisam desenvolvidos nas empresas, permitindo à companhia a ampliação do alcance de seus compromissos e práticas, bem como monitorar melhor questões sensíveis que podem impactar as empresas. O programa prevê ações que buscam o fortalecimento institucional e versam sobre Direitos Humanos, temas socioambientais (gênero, raça, diversidade, energia limpa etc.) dentre outros temas afetos à sustentabilidade.

Como reconhecimento dos avanços da agenda de direitos humanos da Eletrobras, a gerência de Responsabilidade Social foi convidada a participar de alguns eventos internacionais sobre o tema no ano:

- Em setembro, o seminário de encerramento do projeto de pesquisa "Climate change and environmental justice", parceria entre a Clínica de Direitos Humanos da PUC-PR e a Universidade da Connecticut, no campus desta última, em Hartford, CT, EUA; e

Em novembro, a plenária de abertura do 11º Fórum de Empresas e Direitos Humanos da ONU, a convite da coordenação do GT de Empresas e Direitos Humanos da ONU, em Genebra, Suíça; a Eletrobras foi a única empresa representada na plenária de abertura.

Projetos Sociais

Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Descente e Crescimento Econômico e 5 – Igualdade de Gênero, houve o apoio ao projeto social Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro com início da execução em janeiro de 2022 até abril de 2023.

Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro

Visa potencializar o empreendedorismo de 60 artesãs e costureiras vinculadas a projetos e instituições parceiras da Eletrobras e a inclusão de mulheres residentes nos bairros do Centro, Zona Portuária e entorno destas áreas. Além de capacitação online, o projeto, celebrado no final de 2021, mas com início efetivo em 2022, incluiu a criação de círculos das artesãs de modo a estimular a troca de experiências e possíveis negócios; consultoria de criação e design de produtos; e organização de vendas, via redes sociais.

de 2022, destacamos 2 eventos: a realização da feira denominada "Arte Delas", promovida pelas próprias artesãs na Praça da Harmonia, Zona Portuária do município, o que demonstra a evolução e maturidade do grupo; e a formatura das participantes na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com a presença de seus familiares. Valor total investido: R$ 248,3 mil.

Socioambientais

Em 2022, foram iniciados os projetos do 1º Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras, que teve por objetivo selecionar projetos que unissem a proteção do meio ambiente e o impacto social nas localidades de atuação, incluindo a proteção

da fauna e da flora brasileira, em articulação com a inclusão social de públicos em vulnerabilidade socioeconômica.

Os projetos foram contratados em 2021 e seguem sua execução nos anos de 2022 e 2023.

Projeto Alimergia Continuidade

Como continuidade desse trabalho, em 2022, o projeto Alimergia Continuidade, vem desenvolvendo ações do Centro Territorial de Cooperação e Educação Ambiental combinando recomposição florestal de áreas degradadas com espécies nativas, aumento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, promovendo práticas agrícolas, pecuárias e florestais de baixo carbono. A iniciativa também viabiliza atividades de mobilização social e de formação, voltadas aos temas "agroecologia" e "sustentabilidade", para as comunidades locais.

A Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (Cooperbio), com o apoio da Eletrobras, está realizando o projeto para a implantação de agroflorestas do bioma Mata Atlântica nas regiões de Erval Seco, Seberi e Ametista do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. As atividades tiveram início em janeiro de 2022 e seguirão até o fim de 2023 beneficiando 900 pessoas diretamente.

Projeto Kayapó

A Eletrobras deu continuidade a sua participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e 10 aldeias. Decorrente de compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esse projeto é realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e o Instituto Kabu, que representa os chamados Kayapó do Oeste as instituições representativas dos Kayapó.

Os principais resultados foram: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis, e a valorização cultural da etnia Kayapó.

Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R$ 11 milhões de 2018 a 2023, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu.

Programa Eletrobras de Voluntariado

Ao longo do ano, o programa de voluntários desenvolveu ações e campanhas, dentre elas:

- Campanhas de Doação de Sangue – Foram realizadas 2 campanhas em alusão ao Dia Nacional (14/06) e Dia Internacional (25/11) do Doador de Sangue.
- Campanha de Destinação do Imposto de Renda principalmente para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do município do Rio de Janeiro.
- Campanha do Agasalho
- Campanha da Solidariedade – atendimento às demandas das instituições parceiras do Programa, como insumos de costura, roupas, materiais de higiene.

- Campanha de Natal – Destinou 38 kits com brinquedo, roupas e calçados para crianças e adolescentes da Creche das Mães Trabalhadoras de São Gonçalo.

Outra ação de destaque foi a participação de crianças e adolescentes do projeto Pequenas Vozes do Carmelo, projeto integrante da Rede Centro do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no Salão de Leitura Carioca – Ler, patrocinado pela empresa. Os voluntários acompanharam 30 beneficiados entre crianças e adolescentes do projeto que puderam participar das atividades promovidas no evento em 2 turnos (manhã e tarde).

Comitê de Gênero, Raça e Diversidade

Trabalhando pelo fim da violência contra as mulheres, o Comitê de Gênero Raça e Diversidade promoveu a palestra sobre Paternidade Responsável por ocasião da data de comemoração do Dia dos Pais.

Em 2022, com a inscrição integrada de todas as empresas do grupo, a Eletrobras recebeu pela terceira vez consecutiva o Selo Bloomberg Gender-Equality Index como reconhecimento dos compromissos e práticas em prol da equidade de gênero. No próximo ano, buscaremos a implementação de ações que atendam aos gaps identificados nos critérios ainda não atendidos, inclusive, a paridade salarial entre trabalhadoras e trabalhadores que exercem a mesma função.

Patrocínios

Em 2022, lançamos o 9° Edital Cultural das Empresas Eletrobras, no qual foram aprovados projetos inscritos no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nas áreas de Arte Cênicas, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Música e Museus e Memória. O edital contou com a participação de cinco Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, CGT Eletrosul, Chesf e Eletronorte. Valor investido: até R$ 10.500.000,00. Deste lançamento do Edital, foi homologado o resultado do edital no total de R$9.539.500,00 e desse valor homologado, os projetos contratados em 2022 somam R$8.439.049,69, conforme apresentado a seguir:

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022			
Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R$)
Eletrobras Holding	Homem com H	Paris Ações Culturais	400.000,00
Eletrobras Holding	People vs. Tesla	Rumo Empreendimentos Culturais Ltda	120.000,00
Eletrobras Holding	Festival Internacional de Harpas	Carpex Empreendimentos e Produções Ltda.	280.000,00
Eletrobras Holding	Alargar o Instante	8 Produção Cultural Ltda	200.000,00
Furnas	Banda na Praça	Ada Caroline de Assis Lessa	150.000,00
Furnas	Festival Vale do Café - 18ª Edição	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda	510.000,00
Furnas	Atlântida - Uma Comédia Musical	Lúdico Produções Artísticas Ltda	300.000,00
Furnas	Turnê Regional PianOrquestra	Gaia Produções Artísticas e Culturais Ltda.	150.000,00
Furnas	Festival de Inverno	Instituto Dell'Arte	200.000,00
Furnas	Limbo	Mollica Rosa Filmes Ltda.	150.000,00
Furnas	Plano Anual de Atividades do Instituto Baccarelli 2023	Sociedade de Concertos de São Paulo	250.000,00
Furnas	Orquestra Sinfônica Brasileira - Temporada 2023	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	800.000,00

Furnas	Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso	Instituto Telemar	480.000,00
Furnas	Ação Social pela Música - ASM Ciclo 8	Ação Social pela Música do Brasil	200.000,00
Furnas	Festival das Montanhas e Águas de Minas	Associação Livre de Cultura e Esporte	230.000,00
Furnas	Museu Nacional	Sarau Agencia de Cultura Brasileira Eireli EPP	250.000,00
Furnas	Quinteto Villa-Lobos: 60 Anos de Música Brasileira	Caseiras Produções Culturais Ltda.	330.000,00
CGT Eletrosul	Histórias Eletrizantes Circulação 2022/2023	Associação Cultural Casa da Árvore	165.049,69
Chesf	Acessibilidade em Museus: Preservação do Patrimônio Cultural e Difusão do Acervo entre Pessoas com Deficiência Fundação R$	Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES	276.000,00
Chesf	A Mãe Terra (YWYYZAR)	Ágapa Criação e Produção Cultural Ltda ME	800.000,00
Chesf	Série Arte, Natureza e Sustentabilidade	CassoliProduções Ltda	698.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Concertos Ecoar	Associação dos Amigos em Prol da Educação, Cultura e Arte de Porto Seguro - Bahia - Ecoar	200.000,00
Total			8.439.049,69

Além dos projetos selecionados pelo Edital Cultural, a holding contratou, por escolha direta o projeto incentivado *Rio Innovation Week* - 2ª edição" por R$ 1,3 milhão.

Patrocínios Incentivados do Edital Socioesportivo contratados em 2022				
Empresa contratante		**Projeto**	**Contratado**	**Valor contratado (R$**
Eletrobras		Esportivamente – Ano III	Instituto Incluir	300.000,00
Eletrobras	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo		200.000,00
Furnas	Futsal Feminino como forma de Empoderamento	Associação Desportiva de Futsal do Distrito Federal		250.000,00
Furnas	Esporte e Cidadania Judô de Ouro - Ano II	Fundação Antônio Francisco Lisboa - O Aleijadinho		201.538,99
Furnas	Excelência no Esporte VI	Olympico Club		250.000,00
Furnas	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo		200.000,00
Chesf	Fazer o Impossível Tornar-se Possível - Ano II	Associação Paraibana dos Deficientes Visuais - APADEVI		250.000,00

Chesf	Xadrez na Escola - Ano II	Clube de Xadrez Camelense	200.000,00
Chesf	Jogada de Futuro - Ano II	Lovefutbol Brasil	250.000,00
Chesf	Desvendando Talentos	Instituto de Desenvolvimento de Talentos - IDT	230.000,00
		Total:	**2.331.538,99**

Ainda em 2022, foram contratados 27 projetos selecionados pelo Edital de Eventos do Setor Elétrico de 2022, projetos de relevância técnico-científica que fomentam o desenvolvimento tecnológico das empresas envolvidas e a troca de experiências nas diversas áreas do negócio em que atuam. O edital contou com a participação das Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, Chesf e Eletronorte e foi lançado com investimento no valor de até R$1,6 milhão.

Indicadores Sociais Externos da Eletrobras

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados- Consolidado – R$			
1	Categoria Projetos e Ações sociais	**2022**	**2021 sem Itaipu**
1.1	Educação	854.979	262.964
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	-	40.500
1.3	Infraestrutura	-	
1.4	Geração de Trabalho e Renda	368.011	2.564.562
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.800	61.070
1.6	Meio Ambiente	2.030.163	797.657
1.7	Cultura	27.000	
1.8	Promoção da cidadania	864.437	10.000
1.9	Desenvolvimento Territorial e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/07)	81.800	2.566.677
SUBTOTAL CATEGORIA PROJETOS E AÇOES SOCIAIS		**4.230.190**	**6.303.430**
2.1	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	1.999.910	966.825,5
2.2	Doação para o Fundo do idoso(Lei 12.213/2010)	2.191.114	
2.3	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	138.000	1.296.018,97
SUBTOTAL DOAÇÕES		**4.329.024**	**6.020.932**
3.1	Investimento na mobilização de voluntários	67.230	80.739
3.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	44.792	116.189
3.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	69.434	44.962
SUBTOTAL VOLUNTARIADO		**181.456**	**241.890**
4.1	Patrocínios Incentivados Culturais	9.560.050	8.344.000
4.2	Patrocínios Incentivados Esportivos	2.144.911	3.265.769
SUBTOTAL DE PATROCÍNIOS INCENTIVADOS		**11.704.961**	**11.609.769**
4.1	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	1.785.300	837.070
4.2	Outros Patrocínios (Patrocínios Culturais Não Incentivados)	68.597	-
SUBTOTAL PATROCÍNIOS NÃO INCENTIVADO		**1.853.897**	**837.070**
Total de Investimentos		**22.299.528***	**25.013.091****

Publicidade e Comunicação

Produto	2022	2021	2020
Publicidade Institucional Eletrobras	2.711.705,23	28.722.881,18	1.616.314,77

Publicidade Oficial (Legal)	835.481,17	807.884,23	3.716.181,86
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)			649.976,32
TOTAL			**5.982.472,95**

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

ANEXO B – Informações exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM 81 (proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022)

(nos termos do artigo 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R$3.635 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não ocorreu declaração de qualquer dividendo ou juros sobre o capital próprio antecipados.

Portanto, caso a Proposta da Administração seja aprovada, a distribuição de dividendos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 será conforme segue:

Espécie e classe	R$*	Por ação
Preferencial classe "A"	292.596,41	2,05245833093666
Preferencial classe "B"	418.134.932,52	1,49365168200000
Preferencial classe especial (*golden share*)	0,22	0,22005370163724
Ordinária	444.974.508,36	0,22005370163724
Total	863.402.037,50	-

[1]Os valores unitários de dividendo por ação desconsideram as ações em tesouraria em 13 de março de 2023. A Companhia possui Programa de Recompra de Ações vigente, nos termos do fato relevante divulgado em 3 de janeiro de 2023. Em função disso, até a realização da 63ª Assembleia Geral Ordinária, os valores unitários de dividendos poderão sofrer alterações.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	(R$ mil[1])
Lucro Líquido do exercício	3.635.377
Reserva Legal	(181.769)
Lucro Líquido Ajustado	3.453.608
Dividendo Total a ser Distribuído	863.402
Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído	23,75%
Percentual do Lucro Líquido Ajustado do Exercício Distribuído	25%

[1]*exceto percentuais*

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável. A distribuição de dividendos nos termos ora propostos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não tem por base lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. *o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe*

No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não ocorreu declaração de qualquer dividendo ou juros sobre o capital próprio antecipados. Portanto, o valor bruto do dividendo a ser declarado, caso a Proposta da Administração seja aprovada, será conforme segue:

Espécie e classe	R$	Por ação
Preferencial classe "A"	292.596,41	2,05245833093666
Preferencial classe "B"	418.134.932,52	1,49365168200000
Preferencial classe especial (*golden share*)	0,22	0,22005370163724
Ordinária	444.974.508,36	0,22005370163724
Total	**863.402.037,50**	

[1]Os valores unitários de dividendo por ação desconsideram as ações em tesouraria em 13 de março de 2023. A Companhia possui Programa de Recompra de Ações vigente, nos termos do fato relevante divulgado em 3 de janeiro de 2023. Em função disso, até a realização da 63ª Assembleia Geral Ordinária, os valores unitários de dividendos poderão sofrer alterações.

b. *a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio*

O pagamento dos dividendos, caso aprovado, será realizado em dinheiro, mediante depósito na conta corrente dos acionistas, conforme informado por cada um deles ao Banco Bradesco S.A. ("Escriturador"), responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia.

Para os acionistas cujas ações estejam custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), o pagamento será realizado diretamente à B3, por meio da sua Central Depositária, que será responsável por repassar os valores aos acionistas por intermédio dos agentes de custódia.

Caso aprovados, os dividendos serão pagos no prazo de até 60 dias contados da data da eventual aprovação, a ser oportunamente divulgada, observado o disposto no artigo 205, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

c. *eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Os dividendos não serão atualizados monetariamente ou remunerados entre a data de declaração e a data de efetivo pagamento. Essa posição está em linha com o fato de que, em razão da privatização, a Eletrobras não está mais sujeita ao Decreto n.º 2.673, de 16 de junho 1998 (o que já foi refletido no Estatuto Social da Companhia em razão da reforma estatutária aprovada pela 183ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2022).

d. *data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

Farão jus aos dividendos a serem declarados na 63ª AGO prevista para 27 de abril de 2023, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes "A", "B" e especial, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

Assim, caso a 63ª AGO seja realizada em primeira convocação, ou seja, 27 de abril de 2023, as ações ordinárias e as preferenciais (incluindo as ações preferenciais classe "A", classe "B" e de classe especial (*golden share*)) de emissão da Companhia serão negociadas sem direito aos dividendos (*ex*-dividendos) a partir do dia 28 de abril de 2023, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. *informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*

Não houve declaração de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio com base em lucros apurados em Balanços semestrais ou em períodos menores.

b. *informar a data dos respectivos pagamentos*

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. *lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores*

	2022	2021	2020	2019[1]
Lucro/Prejuízo líquido (R$ mil)	3.635.377	5.646.141	6.338.688	11.195.036[(a)]
Lucro/Prejuízo líquido por ação (R$)	1,6	3,6	4,0	7,1[(b)]

[1]*Conforme reapresentado.*

[(a)]O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reapresentado, em razão do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/Número 04/2020, sendo o lucro adicional de R$182.523, tratado, nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2020, como lucro acumulado de exercício anterior e ajustado no Patrimônio Líquido.

[(b)]O lucro por Ação foi calculado com base na composição do capital social após aumento homologado em 17 de fevereiro de 2020. Se calculado sobre o capital vigente em 31 de dezembro de 2019, seu valor seria R$8,3.

b. *dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe*

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Dividendos (R$ mil)	**2021**	**2020**	**2019**
Dividendos distribuídos	1.340.958	1.507.139	2.540.567
Ação Ordinária	922.531	1.216.367	2.050.357
Ação preferencial classe "A"	293	153	330
Ação preferencial classe "B"	418.135	290.619	489.880
Juros sobre o capital próprio distribuídos Dividendos (R$ mil)	-	-	-

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Dividendos por ação (R$)	**2021**	**2020**	**2019**
Ação ordinária	0,71578248571496	0,94376677536411	1,59085138596
Ação preferencial classe "A"	1,99153557854615	1,03814345290052	2,24782042102
Ação preferencial classe "B"	1,49365168208243	1,03814345290052	1,74993652455

Cabe destacar que até junho de 2021 os dividendos pagos pela Companhia eram atualizados monetariamente ou havia remuneração entre a data de declaração e a data de efetivo pagamento, tendo em vista que a Eletrobras estava sujeita ao Decreto n.º 2.673, de 16 de junho 1998. Entretanto, a partir de junho de 2021 os dividendos deixaram de ser atualizados monetariamente ou ter remuneração entre a data de declaração e a data de efetivo pagamento, visto que em razão da privatização, a Eletrobras não está mais sujeita ao Decreto n.º 2.673, de 16 de junho 1998 (o que já foi refletido no Estatuto Social da Companhia em razão da reforma estatutária aprovada pela 183ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2022).

Nos períodos referidos acima, não foram distribuídos juros sobre o capital próprio.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. *identificar o montante destinado a reserva legal*

O montante proposto para destinação à reserva legal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 é de R$182 milhões, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício social.

b. *detalhar a forma de cálculo da reserva legal*

	2022 (R$ mil)
Lucro Líquido do exercício	3.635.377
(-) Reserva Legal (5%)	(181.769)
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da Reserva Legal	3.453.608

Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, a 5% (cinco por cento) do exercício será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante de reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder de 30% (trinta por cento) do

capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. *descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos*

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Dividendo Mínimo").

O Dividendo Mínimo será distribuído entre os acionistas da Companhia observadas as seguintes condições:

(i) os titulares de ações preferenciais da classe "A" terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente;
(ii) os titulares de ações preferenciais da classe "B" terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente;
(iii) aos titulares de ações preferenciais classe "A" e classe "B", será assegurada ainda a participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias e com a ação preferencial de classe especial, na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos itens (i) e (ii) acima, observado o disposto no item (iv) abaixo.
(iv) aos titulares de ações preferenciais classe "A" e classe "B", ainda, será assegurado o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

b. *informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi apurado lucro líquido de R$3.635 milhões que após os ajustes da reserva legal (-R$ 182 milhões), totalizou um lucro líquido ajustado de R$3.454 milhões.

Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondente a R$ 863 milhões deverá ser distribuída aos acionistas da Companhia, incluindo a parcela a

ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe "A", classe "B" e de classe especial (*golden share*), no prazo de 60 dias contados da eventual aprovação, conforme previsto no §3° do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, ainda o disposto nos §§1º ao 5º do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.

Isto posto, a Companhia propõe a seguinte destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Cálculo do dividendo obrigatório referente 2022 e destinação do lucro líquido	(R$ mil)
Lucro Líquido do Exercício	**3.635.377**
(-) Reserva Legal (5% do Lucro Líquido)	(181.769)
(+) Realização da Reserva de Reavaliação	-
(+) Dividendos Prescritos	-
(=) LL ajustado 2022	**3.453.608**
(-) Dividendo Obrigatório de 2022 (25% LL Ajustado)	**(863.402)**
(=) Saldo a Destinar de 2022	**(2.590.206)**
(+) Lucros acumulados	248.093
(=) Saldo Total a Destinar	**2.838.299**
(-) Reserva Estatutária de Investimento (até 75% LL de 2022)	(2.590.206)
(-) Retenção de Lucros (Art. 196 – Orçamento de capital)	(248.093)
Saldo	**-**

Sobre a proposta acima, esclarecemos:

- Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, correspondentes a R$ 182 milhões deverá ser destinado à Reserva Legal;

- Conforme previsto no artigo 50, §1°, do Estatuto Social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social seja pago a título de dividendos obrigatórios. Desta forma, a Administração propõe que os valores de dividendos obrigatórios de R$ 863 milhões sejam declarados e pagos aos acionistas da Companhia, incluindo a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe "A", classe "B" e de classe especial (*golden share*), no prazo de até 60 dias contados da eventual aprovação, conforme previsto no §3° do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, ainda o disposto nos §§1º ao 5º do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia;

- Os ajustes de lucros acumulados são decorrentes do ganho resultante da alienação das ações da Companhia Energética de São Paulo;

- Conforme previsto no artigo 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social poderá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R$2.590 milhões, correspondente a 71,25% do lucro líquido do exercício seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.

- Por fim, conforme previsto acima, a Administração da Companhia submete ainda à aprovação da Assembleia Geral a Proposta de Orçamento de Capital constante do **Anexo C** à presente Proposta da Administração, de forma que seja retido o lucro acumulado equivalente a R$248 milhões.

c. *identificar se eventual parcela não paga é cumulativa*

Não aplicável, uma vez que o Estatuto Social da Companhia não prevê dividendos cumulativos.

d. *identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais*

Apuração dos dividendos total	
Classe	**R$**
Preferencial classe "A"	292.596,41
Preferencial classe "B"	418.134.932,52
Preferencial classe especial (*golden share*)	0,22

e. *identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

Apuração dos dividendos unitários	
Classe	**R$/ação**
Preferencial classe "A"	2,05245833093666
Preferencial classe "B"	1,49365168200000
Preferencial classe especial (*golden share*)	0,22005370163724

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. *descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos do artigo 50, inciso I, do Estatuto Social da Companhia: "*Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral, observada a seguinte destinação:* [...] *no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da reserva legal de que trata o caput deste artigo.*" Além disso, observa-se o detalhado na resposta ao item 9, subitem "a", acima.

b. *informar se ele está sendo pago integralmente*

Sim. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi apurado lucro líquido de R$3.635 milhões que após os ajustes da reserva legal (-R$ 182 milhões), totalizou um lucro líquido ajustado de R$3.454 milhões.

Assim, tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, correspondente a R$863 milhões e deverá ser distribuída aos acionistas da Companhia, , incluindo a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe "A", classe "B" e de classe especial (*golden share*), no prazo de até 60 dias contados da eventual aprovação, conforme previsto no §3° do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, ainda o disposto nos §§1º ao 5º do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.

c. *informar o montante eventualmente retido*

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. *Informar o montante da retenção*
b. *descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*
c. *justificar a retenção dos dividendos*

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. *identificar o montante destinado a reserva*
b. *identificar a perda considerada provável e sua causa*
c. *explicar por que a perda foi considerada provável*
d. *justificar a constituição da reserva*

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. *informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar*
b. *informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. *descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

Nos termos do artigo 50, inciso II, do Estatuto Social da Companhia: "*Depois de*

constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral, observada a seguinte destinação: [...] *até 75% (setenta e cinco por cento do saldo do lucro líquido do exercício será destinada à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado."*

b. *identificar o montante destinado a reserva*

Conforme previsto no Art. 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro deverá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R$2.590 milhões, equivalente a 71,25% (setenta e um virgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.

c. *descrever como o montante foi calculado*

O montante de R$2.590 milhões destinado à reserva de investimentos corresponde a 71,25% (setenta e um vírgula vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício .

Distribuição do Resultado	R$ (mil)
Lucro Líquido do exercício	3.635.377
Constituição de reserva Estatutária para investimentos (71,25% do LL)	2.590.206

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. *identificar o montante da retenção*

Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Neste sentido, a Administração da Companhia, propõe que seja retida parcela do lucro acumulado equivalente a R$248 milhões, conforme detalhado no **Anexo C** à Proposta da Administração para a 63ªAGO.

b. *fornecer cópia do orçamento de capital*

De acordo com a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2023, o orçamento de capital da Eletrobras no valor total de R$248 milhões justifica-se, dentre outras razões, pela conjuntura macroeconômica atual, que traz desafios à captação de recursos a custos atrativos, dentre outras obrigações advindas da capitalização da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia está propondo a retenção de R$248 milhões com base no

artigo 196 da Lei n.º 6.404/1976. Conforme apresentado pela Eletrobras, a aplicação do capital se refere ao reforço de capital de giro consolidado da Companhia, adequando-o ao fluxo de caixa, velocidades e prazos de realização de ativos e liquidação dos passivos, neutralizando eventuais pressões sobre pontualidade e adimplemento de obrigações, inclusive considerando o esforço de redução do endividamento (financiamentos bancários).

APLICAÇÕES DE CAPITAL E FONTES DE RECURSOS	
	R$ milhões
Aplicações de Capital	**4.994**
Fontes de Recursos	**9.380**
Geração operacional de caixa após impostos	4.205
Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	4.927
Retenção de Lucros do art. 196 da LSA	248

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. *informar o montante destinado a reserva*
b. *explicar a natureza da destinação*

Não aplicável.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

ANEXO C – Proposta de Retenção e Orçamento de Capital para o ano de 2023

Eletrobras

13.03.2023

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

ELETROBRAS

Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2023

O orçamento de capital da Eletrobras no valor total de R$248 milhões para o exercício de 2023 justifica-se, dentre outras razões, pela conjuntura macroeconômica atual, que traz desafios à captação de recursos a custos atrativos, dentre outras obrigações advindas da capitalização da Companhia. Nesse contexto, a Companhia está propondo a retenção de R$248 milhões com base no artigo 196 da Lei n.º 6.404/1976. Conforme apresentado pela Eletrobras, a aplicação do capital se refere ao reforço de capital de giro consolidado da Companhia, adequando-o ao fluxo de caixa, velocidades e prazos de realização de ativos e liquidação dos passivos, neutralizando eventuais pressões sobre pontualidade e adimplemento de obrigações, inclusive considerando o esforço de redução do endividamento (financiamentos bancários).

APLICAÇÕES DE CAPITAL E FONTES DE RECURSOS	
	R$ milhões
Aplicações de Capital	**4.994**
Fontes de Recursos	**9.380**
Geração operacional de caixa após impostos	4.205
Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	4.927
Retenção de Lucros do art. 196 da LSA	248

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

ANEXO D – Principais características da nova Proposta de Remuneração para os administradores da Eletrobras

(a) Período a que se refere a presente proposta de remuneração:

A proposta de remuneração dos administradores ora apresentada para apreciação dos Senhores Acionistas refere-se ao período correspondente ao intervalo entre os meses de abril de 2023 (inclusive) e março de 2024 (inclusive).

(b) Valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados:

Na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 22 de dezembro de 2022, a remuneração global dos Administradores da Companhia para o período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023 foi atualizada para o valor de R$35.905.159,55, sendo que, para o mesmo período, tem-se a previsão de realização do montante global de R$34.614.022,03.

R$	Aprovado 184ª AGE/22 (A)	Realizado[1] (abr/22 a mar/23) (B)	Diferença entre Aprovado e Realizado (C) = (B)-(A)
Diretoria	30.511.963,99	29.356.427,36	1.155.536,62
Conselho de Administração	2.877.437,44	2.866.063,37	11.374,08
Conselho Fiscal	489.198,60	467.633,20	21.565,40
Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho	2.026.559,51	1.923.898,10	102.661,41
Total	35.905.159,55	34.614.022,03	1.291.137,51

[1]Considerando que a outorga de ações restritas possui prazo de até 31 de março de 2023 para ocorrer, comunicamos que, para fins de comparação, foi considerado o montante de R$17 milhões (totalidade do montante previsto).

(c) Eventuais diferenças entre os valores da presente proposta e da proposta anterior e os constantes da Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia:

De modo a oferecermos transparência aos acionistas, apresentamos tabela abaixo que evidencia que a proposição dos valores para a 63ª AGO é baseada, com pontuais refinamentos, nos patamares/sistemáticas de remuneração fixa, ICP e ILPs aprovados na 184ª AGE:

Grupo	Componente	Aprovado na 184ª AGE (período de abril de 2022 a março de 2023	Proposto na 63ª AGO (período de abril de 2023 a março de 2024	Comparação 184ª AGE (2022) e 63ª AGO (2023)	Observações
Diretoria Estatutária	Nº de Membros Remunerados	Até 10 (1 Presidente e 9 Vice-Presidentes)	Até 12 (1 Presidente e 11 Vice-Presidentes) [1]	Quantidade Atualizada	Quantidade atualizada em linha com a reestruturação organizacional
	Remuneração Fixa mensal Presidente (maior remuneração dos administradores)	R$300.000,00	R$300.000,00	Mesmos Patamares	-
	Remuneração Fixa mensal Vice-Presidentes (média)	R$110.000,00	R$110.000,00	Mesmos Patamares	-
	Remuneração Variável Anual (RVA)[2] e "PHANTOM SHARES"[3]	Até 12 honorários	Até 12 honorários	Mesmos Patamares	A RVA 2022 (pagamento em 2023), que consistia em modelo aplicável às estatais, será descontinuada em 2023, conforme informado na 184ª AGE.

	Incentivo de Curto Prazo (ICP) – Programa de Bônus (maior máximo de remuneração entre os administradores)	Não aplicável	Até 24 remunerações, com efeitos apenas a partir de abr/23 (conforme informado na 184º AGE)	Mesma Sistemática	Os valores serão pagos pela 1ª vez até mar/24, e constarão no montante global proposto para a 63ª AGO
	Incentivo de Longo Prazo (ILP) – Plano de Opções de Ações	Outorga a prevista partir de abr/23	Outorga prevista a partir de abr/23, de até 11.517.645 opções (quantidade total para os 5 anos), com valor total estimado de R$75.453.996,00. Portanto, para o período de abr/23 a mar/24, será apropriado nesta AGO 1/5 do valor, ou R$ 15.090.799,00.	Mesma Sistemática	Dado que as outorgas ocorrem a partir de abr/23, os valores referentes ao valor justo das opções de compra referentes à apropriação entre abr/23 e mar/24 constarão pela 1ª vez no montante global proposto para a 63ª AGO
	Incentivo de Longo Prazo (LP) – Plano de Ações Restritas	Outorga prevista a partir de dez/22, de até 1.930.502 ações restritas. A 1ª transferência estava prevista para 31.03.2023, de 386.100 ações restritas, no valor estimado de R$ 17 milhões (cotação de R$ 44,03 em 18.11.22)	Ajuste da Quantidade informada na 184ª AGE: outorga em mar/23 de até 1.684.524 ações restritas. A 1ª transferência ocorre em 31.03.2023, de 336.905 ações restritas, e a 2ª transferência em 31.03.2024, de 336.905 ações restritas, no valor estimado de R$10.875.286,94 (cotação de R$32,28 em 14.03.23)	Mesma Sistemática, com ajuste na quantidade	Plano Específico para 2023. Os valores referentes ao valor das ações restritas referentes à 2ª transferência constarão do montante global proposto para a 63ª AGO
Conselho de Administração	Nº de Membros Remunerados	Até 9	Até 9	Mesma Quantidade	-
	Remuneração Fixa Conselho de Administração (maior remuneração dos conselheiros)	R$200.000,00	R$85.000,00	Redução da Remuneração Fixa	Com vistas a compatibilizar de forma ainda melhor o foco em longo prazo e o alinhamento com os acionistas: redução da remuneração fixa e aumento da remuneração de longo prazo em ações restritas (que apenas serão transferidas em abril de 2028)
	Remuneração Fixa Conselho de Administração (média, sem a maior remuneração dos conselheiros)	R$60.000,00	R$60.000,00	Mesmos Patamares	-
	Remuneração por Participação em Comitês	Remuneração Adicional por Participação em Comitê	Remuneração Adicional por Participação em Comitê	Mesmos Patamares	-
	Incentivo de Longo Prazo – Plano de Ações Restritas	Outorgas[4] previstas de até 681.354 ações, previstas a partir de dez/22, sendo única transferência das 681.354 ações em 30.04.2028, no valor estimado de R$30 milhões (cotação de R$44,03 em 18.11.22)	Ajuste na Quantidade: Outorgas[4] de até 725.905 ações em mar/23, sendo única transferência das 725.905 ações em 30.04.2028, no valor estimado de R$23,4 milhões (cotação de R$32,28 em 14.03.23)	Mesma Sistemática, com ajuste na quantidade	Como a outorga ocorrerá em março, será apropriado no montante global da 63ª AGO valor de R$ 11,7 milhões, correspondente à metade do total de ações, visto que até o final do período desta AGO (março de 2024) faltará metade do tempo para cumprimento do mandato (abril de 2025).
Conselho Fiscal	Número de Membros Remunerados	Até 5	Até 5	Mesma Quantidade	-
	Remuneração Fixa do Conselho de Fiscal	R$12.900,00	R$12.583,00	Mesma Sistemática	Remuneração fixada em remuneração fixa média mensal dos membros da Diretoria Estatutária

[1]Considerando a aprovação da revisão do estatuto realizado na 183ª AGE, são previstas até 16 posições de diretoria (1 Presidente e 15 Vice-Presidentes). Para fins de Proposta de Administração na 184ª AGE, foram estimadas 10 posições de diretoria (1 Presidente e 9 Vice-Presidentes). Porém, agora, na 63ª AGO, com a reestruturação da estrutura de gestão da Eletrobras e de suas subsidiárias integrais em estágio mais avançado, há previsão de 12 posições de diretoria (1 Presidente e 11 Vice-Presidentes)

[2]O pagamento da RVA ocorre de maneira diferida, em 5 anos, sendo o valor máximo de até 12 remunerações para a RVA 2022. Considerando o diferimento, o pagamento da RVA 2022 em 2023 será de até no máximo 7,2 remunerações (60% do valor a ser distribuído). O mecanismo será extinto em 2023, conforme informado na 184ª AGE;

[3]A Remuneração Baseada em Ações "*Phantom Shares*" consiste nas parcelas diferidas da RVA 2022. Considerando o diferimento, o pagamento da RVA 2022 em 2022 em diante será de até 4,8 remunerações (12 – 7,2 remunerações). O mecanismo será extinto em 2023, conforme informado na 184ª AGE;

[4]A transferência das ações para os Conselheiros de Administração se dará apenas em abril de 2028, e o prazo de maturidade para Opções de Compra possuem prazo de maturidade de no mínimo 3, 4 e 5 anos. Portanto, não há recebimento dos valores estimados citados no ciclo 2023/2024, mas sim, a apropriação da despesa no período.

[5]O Valor de 11.517.645 opções de compra corresponde ao valor total do Plano, ao longo de 5 anos, de R$75.453.996,00. Considerando o último prazo de maturidade de no mínimo 5 anos, a apropriação para o período desta AGO se dará na razão de 1/5 do valor total do Plano, correspondendo a R$15.090.799,00.

Ademais, importante mencionar que o novo modelo de remuneração da Eletrobras privatizada, aprovado na 184ª AGE, realizada em 22 de dezembro de 2022, **previa programas de incentivos**

de curto (ICP) e longo prazo (ILP) que apenas seriam implementados penas a partir de abril de 2023, razão pela qual, não fizeram parte do montante global do período até março de 2023, mas farão parte do montante global do período de abril de 2023 a março de 2024.

Logo, a diferença entre os dois períodos diz respeito, em especial, àqueles eventos previstos anteriormente e que serão implantados agora, fazendo com que o novo modelo de remuneração da Eletrobras privatizada possa funcionar em sua plenitude, conforme apontado abaixo:

- Aplicação dos patamares de remuneração fixa definidos na 184ª AGE para 12 meses (abr/23 a mar/24), em vez de 3 meses (jan/23 a mar/23);
- Aplicação dos patamares citados acima para 12 posições (em vez de 10 posições conforme calculado na 184ª AGE), dado que hoje há estágio mais avançado da nova estrutura organizacional e de gestão;
- Implantação do Programa de Bônus (ICP), o qual já havia sido mencionado na 184ª AGE que teria início a partir de abril de 2023;
- Implantação do Programa de Opções de Compra (ILP), o qual já havia sido mencionado na 184ª AGE que teria início a partir de abril de 2023;
- Implantação do Programa de Ações Restritas com a outorga respectiva em março de 2023, em linha com o Plano aprovado na 184ª AGE em dezembro de 2022.

Abaixo, para fins de comparação e para prosseguirmos com a transparência aos acionistas, apresentamos tabela que compara o montante global aprovado na 184ª AGE com o proposto na 63ª AGE, e apresenta as diferenças e as explicações de cada um dos componentes (os quais frisamos já estavam contemplados no modelo aprovado, mas com data de início a partir de abr/23):

Posições	Aprovada 184ª AGE Abr22/Mar23	Proposto 63 AGO Abr22/Mar23	Diferença	Explicações
Quantitativo Diretoria	10 posições	12 posições		
Honorários Fixos	7.483.005	18.120.000	10.636.994	12 meses dos patamares da 184ª AGE (em vez de 3) / 2 posições adicionais de VPs
Benefícios	1.077.262	1.497.819	420.556	Adequação dos Benefícios ao Mercado (Plano de Saúde)
Previdência	1.582.879	2.083.800	500.920	-
RVA 2022 (encerramento)	-	6.268.382	6.268.382	-
RVAs 2018 a 2021	3.368.817	-	-3.368.817	-
ICP (Bônus)	-	29.329.300	29.329.300	Mecanismo previsto na 184ª AGE para iniciar a partir de abr/23
ILP (Stock Options)	-	15.090.799	15.090.799	Mecanismo previsto na 184ª AGE para iniciar a partir de abr/23
ILP (Ações Restritas)	17.000.000	10.875.287	-6.124.713	2ª Transferência das Ações Restritas em mar/24, conforme previsto na 184ª AGE
Total Diretoria	30.511.964	83.265.387	52.753.423	-
Conselho de Administração	2.377.437	8.679.924	6.302.487	12 meses dos patamares da 184ª AGE (em vez de 3), e redução patamar Chairman
ILP Ações Restritas CA	-	11.716.107	11.716.107	½ do Valor das Ações Restritas, que serão transferidas apenas em abr/28
Conselho Fiscal	489.199	755.000	265.801,40	12 meses dos patamares da 184ª AGE (em vez de 3)
Comitês de Assessoramento	2.526.560	2.100.000	-426.559,51	12 meses dos patamares da 184ª AGE (em vez de 3)
Total Conselhos e Comitês	5.393.196	23.251.031	17.857.835	-
Total	35.905.160	106.516.418	70.611.258	-

[1]No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorrerá em 2023 e a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorrerá em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações

Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Vale destacar que as informações constantes do Formulário de Referência referem-se ao exercício social da Companhia, findo em 31 de dezembro de cada ano, enquanto as propostas de remuneração, para a assembleia geral de acionistas, referem-se ao intervalo entre 2 assembleias gerais ordinárias subsequentes, abrangendo os meses de abril de um exercício a março do exercício seguinte.

O Anexo E à Proposta de Administração da Eletrobras para a 63ª AGO contém as informações referentes à remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, nos termos da Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS

(Companhia aberta)

CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

ANEXO E – Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia (informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores e membros dos comitês de assessoramento

Este Anexo E inclui, nas tabelas dos itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17, colunas segregadas detalhando a remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, que também é objeto de aprovação em assembleia geral de acionistas da Companhia.

Tais colunas, contudo, não constam nos respectivos itens do Formulário de Referência da Companhia disponibilizado no sistema Empresas.net, pois se tratam de tabelas padrão e com campos estruturados, nas quais não é possível inserir as colunas referentes à remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário.

Desta forma, no Formulário de Referência da Companhia a ser disponibilizado oportunamente no Empresas.net, os detalhes sobre a remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário constarão apenas na seção 8.20.

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Até 17 de junho de 2022, a estratégia de remuneração dos administradores da Eletrobras e de suas controladas era definida exclusivamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cujas orientações eram de aplicação cogente para todas as empresas estatais. Isso porque, até tal data, a Companhia era uma empresa estatal federal, sob controle da União Federal, e possuía uma série de limitações para a fixação de remuneração de seus administradores.

Foi neste contexto que houve a aprovação, pela 62ª AGO (Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2022), do montante global da remuneração dos administradores da Eletrobras, bem como dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia para o período compreendido entre abril de 2022 até março de 2023.

Embora tenha sido amparada pela Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021 (promulgada antes da realização da 62ª AGO em 22 de fevereiro de 2022), a desestatização da Eletrobras apenas se materializou em junho de 2022, com a liquidação da operação do aumento do seu capital social e diluição da participação societária da União Federal, seguida do pagamento das novas outorgas pelas Empresas Eletrobras – portanto, posteriormente à data da 62ª AGO.

Após esse marco, a Companhia passou a ser uma companhia aberta sem controlador definido, o que impôs à sua administração novos desafios associados à sua reestruturação e ao destravamento das alavancas de valor associadas à desestatização. Nesse novo contexto, passou a fazer parte do papel da alta administração da Companhia atuar para capturar todas as sinergias e oportunidades de crescimento desde então possíveis, porém não menos desafiadoras, diante do seu novo regime jurídico, conforme destacado na Proposta da Administração para a 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022).

Nessa conjuntura, o modelo de remuneração da administração anteriormente vigente mostrou-se ainda mais defasado, implicando o risco de perda de talentos e dificuldade de atração de novos, em comprometimento ao planejamento anteriormente retratado e à expectativa do mercado de grandes alavancas de valor que poderiam ser destravadas.

Assim, na 184ª AGE, em linha com o novo modelo de remuneração dos administradores da Eletrobras privatizada que contemplou revisão da remuneração fixa e criação dos mecanismos de incentivos de curto e longo prazo, foram aprovados os instrumentos que

o compõem, embasado no estudo elaborado pela consultoria Korn Ferry, que foi recomendado pelo Comitê de Pessoas e aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de novembro de 2022 ("Modelo de Remuneração dos Administradores da Companhia" ou "Modelo").

Contemplando patamares remuneratórios alinhados a empresas de porte e contexto similar, consubstanciados em incentivos de curto e longo prazo, o Modelo de Remuneração dos Administradores da Companhia visa à solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar talentos e estruturada para assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos administradores (adicionalmente a outros beneficiários do Modelo), da Companhia e de seus acionistas, uma vez que:

(iii) a Companhia passa a ter a possibilidade de reter os atuais profissionais chave e atrair novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os administradores (e demais beneficiários) poderão capturar o crescimento de valor acionário, o que configura grande estímulo para o alto desempenho, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; e

(iv) os acionistas, que, diante da atuação dos profissionais em prol do célere destravamento das alavancas de valor da capitalização e da consequente maximização de valor da Companhia, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Companhia e a maximização do retorno de seus investimentos a médio e longo prazo.

Para tal, a remuneração dos administradores da Companhia passou a ser fixada utilizando como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação dos administradores, os novos níveis de desafios exigidos, bem como a comparação com empresas de porte similar e em especial com Companhias que passaram ou estão em estágio similar de transformação.

Dessa forma, a 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022) aprovou (i) novo montante global de remuneração para o período (com encerramento em março 2023); (ii) Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações; e (iii) Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas, que instrumentalizam o Modelo de Remuneração dos Administradores da Companhia.

O Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas encontra-se disponível para consulta no *website* de relação com investidores da Companhia (https://ri.eletrobras.com) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O processo de definição da remuneração é recomendado ao Conselho de Administração pelo Comitê de Pessoas, sendo calcado nas práticas de mercado e em alinhamento às diretrizes e aos desafios da Companhia.

Anualmente de forma ordinária, e extraordinariamente caso necessário (como é o caso referente aos exercícios de 2022 e 2023, tendo em vista a conclusão do processo de capitalização), é verificada a aderência do modelo de remuneração. Para esta revisão, por orientação do Conselho de Administração e de seu Comitê de Pessoas, justamente com o intuito de poder contar com os melhores profissionais na condução do citado processo de transformação, aliando atuais e novas competências, a Eletrobras contratou a Korn Ferry, consultoria de renome para definir um modelo de remuneração alinhado às melhores práticas e em consonância com os desafios da organização, conforme apresentado na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022).

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Os administradores poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) benefícios; (iii) remuneração variável (cujo programa será descontinuado até o final de 2023); e (iv) incentivos de curto prazo e (v) incentivos de longo prazo. O objeto de aprovação contido nesta Proposta da Administração, referente a fixação do montante para o período entre abril de 2023 e março de 2024, advém do novo modelo de remuneração da Eletrobras privatizada, conforme aprovado na 184ª AGE, ocorrida em dezembro de 2022:

o **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

<u>Diretoria Estatutária</u>

• **Salário ou pró-labore**: os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus a remuneração fixa mensal como retribuição direta ao exercício da função.

Os patamares de remuneração fixa propostos na 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 14 de abril de 2023) são iguais aos patamares mencionados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

• **Benefícios Diretos e Indiretos**: os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus a benefícios diretos e indiretos, que visam contribuir para a qualidade de vida de seus membros, os quais incluem seguro de vida e assistência à saúde, também concedidos com o objetivo de compensar diretamente os membros pelo exercício da função.

• **Incentivo de Curto Prazo (ICP)**: os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus à remuneração baseada em programas de incentivo de curto prazo (ICP), pagos por meio de bônus, os quais são baseados em metas de atingimento de resultados da Companhia, com indicadores específicos desdobrados do Plano Estratégico da Companhia. Assim, busca-se alinhar os interesses da Diretoria Estatutária com o crescimento e aumento de rentabilidade da Companhia.

Conforme comunicado na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022), o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) dos Administradores vigente até então será descontinuado até o final de 2023, sendo substituído pelo programa de bônus citado acima.

Os patamares de remuneração variável (que englobam ICP) contemplados na proposta da remuneração da 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 14 de abril de 2023) estão em linha com os patamares mencionados 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

• **Incentivo de Longo Prazo (ILP)**: os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus à remuneração baseada em programas de incentivo de longo prazo (ILP), os quais são baseados em Opções de Ações, com métricas e indicadores específicos desdobrados do Plano Estratégico da Companhia, com previsão de outorga a partir de abril de 2023, e, em alguns casos específicos, em Ações Restritas, que terão as primeiras outorgas a serem realizadas no final de março de 2023.

As condições, requisitos, regramentos e limites do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações são iguais aos aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

Da mesma forma, as condições, requisitos, regramentos e limites do Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas são iguais aos aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia entende que a remuneração baseada em ações configura ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar seus talentos e estruturada para assegurar alinhamento entre os interesses dos beneficiários, da Companhia e de seus acionistas com a maximização do retorno de investimentos a médio e longo prazo.

Adicionalmente, também conforme comunicado na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022), para 2023, em função de

parcelas diferidas ainda remanescentes, ainda permanece ativo o programa de Remuneração Baseada em Ações (com liquidação em caixa) – "*Phantom Shares*", que diz respeito às parcelas diferidas do programa de RVA referente ao exercício de 2022. De todo o modo, o programa de Remuneração Baseada em Ações (com liquidação em caixa) – "*Phantom Shares*" será descontinuado até o final de 2023, sendo substituído pelos programas de remuneração baseados em Opções de Ações e Ações Restritas citados acima.

- **Benefícios Pós-Emprego**: os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefícios pós-emprego na forma de contribuições da Companhia à previdência complementar.

Conselho de Administração

• **Remuneração Fixa Anual**: os Conselheiros de Administração da Eletrobras farão jus à remuneração fixa mensal como retribuição direta ao exercício da função.

Os patamares de remuneração fixa contemplados na proposta da remuneração da 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 14 de abril de 2023) são iguais aos aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022), com exceção do Presidente do Conselho, o qual, com vistas a compatibilizar, de forma ainda melhor, o foco em longo prazo e o alinhamento com os acionistas, foi realizado o seguinte ajuste: redução da remuneração fixa e aumento da remuneração de longo prazo em ações restritas (que apenas serão transferidas em abril de 2028).

• **Remuneração por Participação em Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração**: os membros do Conselho de Administração farão jus à remuneração fixa mensal adicional em razão da participação em cada um dos Comitês, de forma a compensar diretamente os membros pelo tempo e esforços dedicados a tal função.

Os patamares de remuneração por participação em comitê de assessoramento) contemplados na proposta da remuneração da 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 14 de abril de 2023) são iguais aos aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

• **Incentivo de Longo Prazo (ILP)**: os membros do Conselho de Administração farão jus à remuneração baseada em programa de incentivo de longo prazo (ILP), o qual será baseado em Ações Restritas.

As condições, requisitos, regramentos e limites do Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas estão em linha com os patamares aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia entende que a remuneração baseada em ações configura ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar seus talentos e estruturada para assegurar alinhamento entre os interesses dos beneficiários, da Companhia e de seus acionistas com a maximização do retorno de investimentos a médio e longo prazo.

Importante mencionar que justamente por conta de aspectos atinentes a eventual conflito de interesses e a melhores práticas, comunicamos que houve cuidadosa análise do mecanismo de ILP que seria aplicado ao Conselho de Administração e determinou-se que as Ações Restritas, e não as Opções de Ações, eram mais adequadas devido ao perfil de risco do citado Colegiado. Portanto, informamos que, no que se refere aos ILPs, os Conselheiros de Administração apenas farão jus às Ações Restritas, e não farão jus às Opções de Compra de Ações.

A quantidade de ações prevista a tal grupo, foi expressa, de antemão, desde o anexo 05 da Proposta de Administração da 184ª AGE, como forma de boa governança e para remover qualquer ambiguidade ou discricionariedade quanto ao valor que seria concedido aos membros do Conselho. Lembramos que transferência de propriedade das ações para Conselheiros de Administração ocorrerá de modo único, somente em 2028 (como um período adicional de "lock-up" de três anos após o término do mandato do Conselheiro, como forma de governança adicional e de mitigação de riscos para eliminar conflitos de interesse).

Nesse sentido, objetivou-se com o ILP de Ações Restritas para membros do Conselho de Administração, que foi projetado de forma semelhante na melhor forma possível, sem ônus indevido, a "Deferred Share Units" em outros mercados internacionais (visto como a melhor prática de governança para concessões de Conselheiros), reforçar a mentalidade de longo prazo e de geração de valor ao acionista, uma vez que os ganhos percebidos pelo administrador serão totalmente atrelados ao resultado de longo prazo da companhia a partir de 2028. Logo, se a tomada de decisão de agora não privilegia resultados a partir de 2028, quando o Conselheiro nem mais estará na companhia, haverá significativa perda no montante do seu ILP.

Em função de tal separação, comentamos que os Conselheiros de Administração, em linha com as melhores práticas de mercado, fazem jus às Ações Restritas apenas de acordo com o valor claramente divulgado na Proposta da Administração. Portanto, diante do aprimoramento dos mecanismos para mitigação de risco, da remoção de qualquer ambiguidade ou critério em relação ao valor do prêmio a ser concedido futuramente (portanto, removendo qualquer critério de concessões futuras), e dos recursos adicionais de governança do período de retenção e "lock-up", podemos afirmar que a combinação destas práticas elimina quaisquer conflitos de interesse que os Conselheiros possam ter na administração do Plano.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que os membros do Conselho de Administração terão a capacidade de definir metas, gatilhos e desafios que comporão os programas dos demais participantes (que não são os Conselheiros). E, portanto, pretende-se que métricas rigorosas e gatilhos financeiros e/ou operacionais sejam definidos, sendo que o exercício das opções apenas ocorra caso haja cumprimento de tais resultados, o que reforça a cultura de pagamento por performance de longo prazo.

Conselho Fiscal

• **Remuneração Fixa Anual**: a remuneração dos membros do Conselho Fiscal continuará a ser fixada em um décimo da remuneração fixa média mensal dos membros da Diretoria Estatutária (Presidente e Diretores), excluídos os valores referentes ao adicional de férias e aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos membros.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

• **Remuneração por Participação em Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração**: os integrantes dos Comitês de Assessoramento farão jus à remuneração fixa mensal em razão da participação em cada um dos Comitês, de forma a compensar diretamente os membros pelo tempo e esforços dedicados a tal função.

Os patamares de remuneração fixa (que englobam remuneração por participação em comitê de assessoramento) contemplados na proposta da remuneração da 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 27 de abril de 2023) são iguais aos aprovados na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 dezembro de 2022).

o ***sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais***

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2022 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	100,00%	100,00%	56,19%	N.A.	98,63%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	8,95%	N.A.	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	1,37%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	20,68%	N.A.	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	9,45%	N.A.	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	4,74%	N.A.	0,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100%**	**N.A.**	**0,00%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2021 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	100,00%	100,00%	54,48%	N.A.	100,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	12,45%	N.A.	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	6,19%	N.A.	0,00%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	8,37%	N.A.	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	6,77%	N.A.	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	11,74%	N.A.	0,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**N.A.**	**100,00%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2020 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	88,94%	88,05%	57,31%	N.A	83,33%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	10,00%	N.A	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	11,06%	11,95%	19,59%	N.A	16,67%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%

Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	7,04%	N.A	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	N.A	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	6,06%	N.A	0,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**N.A**	**100,00%**

o ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

Com a empresa privatizada e considerando o novo modelo de remuneração da 184ª AGE, em linha com as melhores práticas de mercado, segundo o qual o maior percentual da remuneração total se dará nos incentivos de curto e longo prazo, definiu-se que os patamares de remuneração fixa dos administradores se posicionarão no P50 (percentil 50%) de mercado, e, baseado em metas, gatilhos e desafios da Companhia, o pacote total remuneratório foi definido entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%).

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, mas sim uma verificação dos patamares da Companhia frente a empresas de porte e complexidade similar.

o ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Com o novo modelo de remuneração, no que se refere à remuneração fixa, será utilizado o P50 (percentil 50%) de mercado, e em complemento, ao agregar remuneração de curto e longo prazo, o pacote total remuneratório foi definido entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%). **Portanto, o pacote total entre P75 e P90 apenas será alcançado caso o desempenho seja proporcional e direcionado para P75 e P90 de mercado.**

Os incentivos de curto e longo prazo se basearão em metas de rentabilidade, sustentabilidade, excelência e geração de valor no longo prazo, bem como, gatilhos e desafios da Companhia, de modo que, caso cumpridos, e a depender do grau de cumprimento, haja retribuição correspondente.

Logo, se desdobram do, ao mesmo tempo que suportam o novo Plano Estratégico 2023-2030, que é orientado para captura de oportunidades adequadas ao contexto e aos diferenciais competitivos da Eletrobras, trazendo foco para recalibrar e materializar a aspiração da Eletrobras capitalizada, que é ser *Green Major*: Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões.

Quatro diretrizes foram criadas para nortear esta visão de longo prazo:

- Transformação e Resiliência Operacional - Liderar a oferta de produtos e serviços de qualidade para clientes e garantir a segurança de nossos colaboradores, meio ambiente e ativos;

- Referência em ESG - Ser referência de mercado local e internacional em práticas ESG, liderando descarbonização da economia, buscando a excelência em governança corporativa e cuidado com as comunidades;

- Inovação e Tecnologia - Perseguir soluções que assegurem competitividade dos negócios, assentada na digitalização de processos operacionais e corporativos e adaptabilidade a novas tecnologias;

- Crescimento Sustentável - Crescer de maneira sustentável e renovável em Transmissão, Geração e Comercialização em novas geografias, modelos de negócios e tecnologias.

Todas essas diretrizes têm como objetivo principal a Criação de Valor através da Maximização da geração de valor para acionistas, colaboradores e clientes, contribuindo de forma assertiva para o aprimoramento do ambiente de negócios do país (regulação e políticas setoriais),

Para mensurar o alcance da estratégia, foram escolhidos indicadores de topo, combinando segurança, crescimento, valor e ESG, os quais foram separados pelo alcance: indicadores de médio/longo prazo e indicadores de curto prazo.

No horizonte 2023-2024 (curto prazo), os indicadores e viabilizadores serão:

- Diretriz Transformação e Resiliência Operacional
    - Indicador Frequência de acidentes com afastamento;
    - Indicador PMSO (pessoas, material, serviços e outros) Recorrente;
    - Indicador Negociação de contingências;
    - Viabilizador Implementar ações do Programa Energia, Segurança e Saúde Operacional;
    - Viabilizador Efetivar a nova estrutura organizacional com os processos críticos ao seu pleno funcionamento;
    - Viabilizador Definir e implementar nova política de remuneração e incentivo ao desempenho por toda empresa;
    - Viabilizador Definir estrutura de capital alvo de empresas Eletrobras e implementar primeira onda de otimizações;
    - Viabilizador Implementar plano de otimizações tributárias, alavancando benefícios fiscais e executando iniciativas estruturantes de curto prazo (Ex. captações centralizadas e negociação de compulsórios).

- Diretriz Referência em ESG
    - Indicador Emissões relativas (tCO2e/GWh) – Escopo 1, 2 e 3.
    - Viabilizador da implementação dar nova governança das subsidiárias e captura de otimização tributárias/estrutura de capital, em vistas às mudanças societárias e estruturais da Eletrobras;
    - Viabilizador Planejar e implementar as ações necessárias para alcançar a ambição Net Zero da empresa;
    - Viabilizador Estruturar programas e lançar pilotos com elevado impacto social junto às comunidades, alavancando fundos setoriais e a expertise em tornar energia elétrica acessível.
- Diretriz Crescimento Sustentável
    - Viabilizador Implementar processo de aprovação de projetos de expansão, incluindo metodologia e balizadores.

Logo, o Programa de Bônus (ICP) suportará a ambição de curto prazo da Companhia, em que cada indicador mencionado anteriormente possuirá meta definida e quantificada, com pesos que variam em função da atuação de cada Diretor Estatutário. Assim, quanto maior for a performance de curto prazo o Executivo trouxer para a Companhia e aos acionistas, maior será o seu Bônus.

As metas dizem respeito à inteligência competitiva da Companhia, razão pela qual não são divulgadas.

No horizonte 2025-2030 (médio /longo prazo), os indicadores serão:

- Diretriz Transformação e Resiliência Operacional
    - Indicador Frequência de acidentes com afastamento;
- Diretriz Crescimento Sustentável
    - Crescimento em capacidade instalada renovável (GW);
    - Crescimento de linhas de transmissão (mil Km);
- Diretriz Referência em ESG
    - Emissões relativas (tCO2e/GWh) – Escopo 1, 2 e 3.
- Todas Diretrizes
    - O indicador ROCE (*Return on capital employed*) abrangerá todas as Diretrizes, exceto a Diretriz Referência em ESG.

- O indicador TSR (*Total Shareholder Return)* abrangerá todas as Diretrizes.

Logo, o Programa de Opções de Compra de Ações (ILP) suportará a ambição de médio e longo prazo da companhia, onde cada indicador mencionado anteriormente possuirá meta definida e quantificada, com pesos que variam em função da atuação de cada Diretor Estatutário. Assim, quão maior a performance de longo prazo o Executivo traga para a Companhia e aos acionistas, maior será a sua retribuição.

As metas dizem respeito à inteligência competitiva da Companhia, razão pela qual não são divulgadas. De todo o modo, um dos "gatilhos" para pagamento do Plano de Opções de Compras será o indicador "*Total Shareholder Return*".

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A principal finalidade do novo modelo de remuneração aplicável à Companhia pós-privatização, é promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como possibilitar atração e retenção de talentos. Para tal, a composição da remuneração dos administradores da Eletrobras passa a ser fixada utilizando como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação dos Administradores, os novos níveis de desafios exigidos, bem como a comparação com empresas de porte similar e em especial com companhias que passaram ou estão em estágio similar de transformação.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Com a adoção do novo modelo de remuneração, todos os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Comitê Fiscal, dos Comitê Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração continuarão a ser remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Caso haja remuneração recebida em subsidiária/controlada, por indicação da Eletrobras ou no interesse desta, tais valores serão compensados da remuneração anual do administrador recebida na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/12/2023 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**	**Total**
Número total de membros	9,00	10,75	5,00	4,75	29,50
Número de membros remunerados	9,00	10,75	5,00	4,75	29,50
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	7.065.000,00	16.399.175,42	739.262,50	0,00	24.203.437,92
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.321.660,68	0,00	0,00	1.321.660,68
Participações em comitês	1.908.263,67	0,00	0,00	2.030.000,00	3.938.263,67
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	3.761.029,30	0,00	0,00	3.761.029,30
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	2.181.174,24	0,00	0,00	2.181.174,24
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções[1]	11.716.106,70	41.061.508,57	0,00	0,00	52.777.615,27
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	-
Total da remuneração	20.689.370,37	64.724.548,21	739.262,50	2.030.000,00	88.183.181,07

[1]Com relação ao previsto para o exercício de 2023, o campo "remuneração baseada em ações" considera **(i)** a 1ª e a 2ª transferência no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado na 184ª AGE; **(ii)** a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções, também aprovado na 184ª AGE; e **(iii)** o modelo de remuneração baseada em ações anteriormente em vigor, que será descontinuado em 2023, de "Phantom Shares". No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorrerá em 2023 e a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorrerá em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração***	**Total**
Número total de membros	9,58	6,33	4,92	5,00	25,83
Número de membros remunerados	7,00	6,33	4,92	5,00	23,25
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	459.824,38	4.542.661,99	376.226,10	1.958.530,80	7.337.243,27
Benefícios diretos e indiretos	0,00	723.545,97	0,00	0,00	723.545,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	27.201,80	27.201,80
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	1.671.703,65	0,00	0,00	1.671.703,65
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	764.147,14	0,00	0,00	764.147,14
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções**	0,00	382.939,69	0,00	0,00	382.939,69
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. A remuneração baseada em ações paga no exercício de 2022 ocorreu no âmbito do modelo conhecido como "*Phantom Share*", sem entrega de ações escriturais.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. Conforme modelo de remuneração que existiu até o final de 2022, não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foram remunerados ao longo de todo o exercício somente pela participação no Comitê.	
Total da remuneração	**459.824,38**	**8.084.998,45**	**376.226,10**	**1.985.732,60**	**10.906.781,53**

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**	**Total**
Número total de membros	10,25	5,83	5,00	4,83	25,92
Número de membros remunerados	7,42*	5,83	5,00	4,83	23,08
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	489.995,11	3.510.603,79	326.421,60	1.902.676,40	6.229.696,90
Benefícios diretos e indiretos	-	802.357,47	-	-	802.357,47
Participações em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	398.855,46	-	-	398.855,46
Descrição de outras remunerações fixas	-	FGTS	-	-	FGTS
Remuneração variável					
Bônus	-	539.105,56	-	-	539.105,56
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	436.363,19	-	-	436.363,19
Cessação do cargo	-	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções**	-	756.459,43	-	-	756.459,43
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. A remuneração baseada em ações paga no exercício de 2021 ocorreu no âmbito do modelo conhecido como "*Phantom Share*", sem entrega de ações escriturais.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. Não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foram remunerados ao longo de todo o exercício somente pela participação no Comitê.	-
Total da remuneração	**489.995,11**	**6.443.744,91**	**326.421,60**	**1.902.676,40**	**9.162.838,02**

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**	**Total**
Número total de membros	11,00	6,00	4,42	4,67	26,08
Número de membros remunerados	8,00*	6,00	4,42	4,67	23,08
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	517.922,28	3.616.698,55	288.520,43	1.814.905,21	6.238.046,47
Benefícios diretos e indiretos	-	631.236,10	-	-	631.236,10
Participações em comitês	-	-	-	-	-
Outros	64.413,74	1.236.097,59	39.170,52	362.981,26	1.702.663,11
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS/FGTS	Encargos INSS	Encargos INSS	-
Remuneração variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	444.333,11	-	-	444.333,11
Cessação do cargo	-	-	-	-	
Baseada em ações, incluindo opções**	-	382.506,64	-	-	382.506,64
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. A remuneração baseada em ações paga no exercício de 2020 ocorreu no âmbito do modelo conhecido como "*Phantom Share*", sem entrega de ações escriturais.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. Não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foram remunerados ao longo de todo o exercício somente pela participação no Comitê.	-
Total da remuneração	**582.336,02**	**6.310.871,99**	**327.690,95**	**2.177.886,47**	**9.398.785,43**

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 (estimado)					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**	**Total**
Número total de membros	9,00	10,75	5,00	4,75	29,50
Número de membros remunerados[1]	-	10,75	-	-	10,75
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração [2]	-	3.761.029,30	-	-	3.761.029,30
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas[2]	-	3.761.029,30	-	-	3.761.029,30
Participação nos resultados			-	-	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-	-

[1]Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.

[2]Informações referentes à parcela paga à vista através do RVA (que será descontinuado em 2023). O Programa de Bônus (ICP) será pago no 1º trimestre de 2024.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**	**Total**
Número total de membros	9,58	6,33	4,92	5,00	25,83
Número de membros remunerados[1]	-	6,33	-	-	6,33
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.575.071,59	-	-	3.575.071,59
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.575.071,59	-	-	3.575.071,59
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	1.671.703,65	-	-	1.671.703,65
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	-	-	-

[1]Corresponde ao número de diretores a quem foi efetivamente atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

[2] Informações referentes à parcela paga à vista através do RVA.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**	**Total**
Número total de membros	10,25	5,83	5,00	4,83	25,92
Número de membros remunerados[1]	-	5,83	-	-	5,83
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	539.105,56	-	-	539.105,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	539.105,56	-	-	539.105,56
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	539.105,56	-	-	539.105,56
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração [2]	-	2.116.920,46	-	-	2.116.920,46
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas[2]	-	2.116.920,46	-	-	2.116.920,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social [2]	-	-	-	-	-

[1]Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem foi efetivamente atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

[2] Para o exercício social de 2021, a RVA da Eletrobras estava sendo enquadrada como Participação nos Resultados.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário**	**Total**
Número total de membros	11,00	6,00	4,42	4,67	26,08
Número de membros remunerados [1]	-	6,00	-	-	6,00
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração [2]	-	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas [2]	-	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social [2]	-	-	-	-	-
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	439.413,91	-	-	439.413,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	439.413,91	-	-	439.413,91
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	382.506,64	-	-	382.506,64

[1]Corresponde ao número de diretores a quem foi efetivamente atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Eletrobras no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

[2] Para o exercício social de 2020, a RVA da Eletrobras estava sendo enquadrada como Participação nos Resultados.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Enquanto estatal, os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras faziam jus à Remuneração Variável Anual ("RVA"), a partir do cumprimento de metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Economia. Na Eletrobras, desde 2019, o pagamento de RVA vinha sendo realizado por meio de instrumento baseado em ações, no modelo conhecido como "*Phantom Shares*", não havendo entrega de ações escriturais. O modelo da Companhia possuía diferimento de 5 anos, e incluía penalização no montante a receber caso haja redução no lucro líquido superior a 20% em relação ao ano base.

Até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os valores eram pagos no ano seguinte integralmente através de "*Phantom Shares*". A partir do exercício social de 2021, cujos valores foram pagos em 2022, o plano estabeleceu que 60% da RVA seria realizado através de pagamento à vista a título de bônus e 40% do valor total da RVA seria pago de forma diferida entre o 2º e o 5º ano de aniversário do plano referente ao exercício social de 2021, utilizando o mecanismo de "*Phantom Shares*". Para 2023, em função de parcelas diferidas ainda remanescentes, ainda permanecerá ativo o programa de Remuneração Baseada em Ações (com liquidação em caixa) – "*Phantom Shares*", que diz respeito às parcelas diferidas do programa de RVA referentes ao exercício de 2022. De todo o modo, o programa de Remuneração Baseada em Ações (com liquidação em caixa) – "*Phantom Shares*" será descontinuado até o final de 2023, sendo substituído pelos Programas baseados em opções de ações e em ações restritas, nos termos do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e o Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas, aprovados pela 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022).

Plano de Opções de Compra de Ações

a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opção"), administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por comitê indicado para tal fim.

b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado em 22 de dezembro de 2022 na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem recebidas pelos beneficiários do Plano de Opções não poderá exceder o limite de 1,1% do capital social total da Companhia na data de sua aprovação. Para efeito deste limite, serão consideradas todas as ações correspondentes às opções efetivamente exercidas ou exercíveis pelos Beneficiários, independentemente do modelo de liquidação dessa opção. As ações correspondentes às opções que forem

canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite previsto acima e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura outorga nos termos do Plano de Opções.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número total de opções a serem outorgadas aos beneficiários do Plano de Opções não poderá resultar na efetiva entrega de ações da companhia que excedam o limite de 1,1% do capital social total da Companhia em 22 de dezembro de 2022, data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

e) condições de aquisição de ações

A outorga de opções de ações será realizada, necessariamente, mediante celebração de Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações entre a Companhia e os beneficiários, o que poderá se dar a qualquer tempo, enquanto vigente o Plano de Opções.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Programa do Plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2023 (observando data limite estabelecida na 184ª AGE, que era de março de 2023), sendo que o Preço de Exercício da opção de compra de ações ordinárias será de, no mínimo, R$42,00 (quarenta e dois reais), que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia, em oferta pública de distribuição de ações, concluído em 10 de junho de 2022 conforme comunicado da mesma data.

A seu critério, o Conselho de Administração poderá modificar e/ou atualizar monetariamente o preço de exercício das opções, respeitado o limite mínimo estabelecido no parágrafo anterior, sendo que, de acordo com o programa vigente, o preço de exercício é atualizado monetariamente pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde 10 de junho de 2022 até a data do recebimento de cada notificação de exercício pela Companhia, observado os demais ajustes previstos.

Ademais, o preço de exercício poderá, ainda, a critério do Conselho de Administração, conforme previsto nos respectivos Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações, ser acrescido de sobretaxa (spread). Na primeira outorga, a sobretaxa a ser aplicada será a variação do IPCA no período descrito acima, acrescida de juros de 5% a.a. ("*Spread*").

Futuramente, é intenção do Conselho de Administração outorgar opções de compra de ações pelo preço de exercício que será definido como o maior valor entre os seguintes valores: (i) R$42,00 atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde 10 de junho de 2022 até a data do recebimento, pelo administrador, de cada notificação sobre exercício da opção, acrescido de eventual S*pread*; ou (ii) valor correspondente (no mínimo) à média das cotações das ações ordinárias nos pregões da B3 realizados no período de 40 dias anteriores à data da outorga das opções de compra. Esclarece-se, ainda, que não haverá desconto em relação ao preço médio apurado no referido período de 40 dias.

O Conselho de Administração poderá também determinar se o preço de exercício será ajustado por dividendos, juros sobre capital próprio, ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções, e tais condições serão previstas no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções tornar-se-ão maduras, isto é, poderão ser exercidas conforme prazos e regras previstos no correspondente programa do Plano de Opções, observados os requisitos mínimos, de forma a atender aos objetivos de: (i) retenção dos Beneficiários; e (ii) geração sustentável de valor a longo prazo.

Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o prazo de maturidade das opções outorgadas obedecerá aos seguintes requisitos mínimos: (i) 1/3 das opções terá prazo de maturidade não inferior a 3 anos; (ii) 1/3 das opções terá prazo de maturidade não inferior a 4 anos; e (iii) 1/3 das opções terá prazo de maturidade não inferior a 5 anos.

O prazo máximo de exercício das opções é de 120 dias a contar da data em que tais opções se tornam exercíveis, ou seja, após o fim do seu respectivo prazo de maturidade.

Em qualquer caso, as opções de compra de ações não poderão ser exercidas em período de vedação de negociação de ações da Companhia, conforme Política de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras e legislação em vigor. Caso o prazo máximo de exercício das opções se encerre durante um período de vedação, referido prazo será automaticamente prorrogado pelo prazo de 5 (cinco) dias contados do final do período de vedação.

h) forma de liquidação

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações pela Companhia aos Beneficiários. A liquidação do preço de exercício deverá ocorrer de acordo com uma das duas opções a seguir, conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério:

(i) caso exista saldo suficiente de reserva de capital em montantes adequados, a liquidação do preço de exercício ocorrerá da seguinte forma:

a Companhia emitirá e entregará ao beneficiário apenas o número de ações correspondente à diferença entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicado pelo número total de opções exercidas pelo participante e dividido pelo preço de liquidação: $N_{ações} = (P_{Liquidação} - P_{Exercício}) * N_{Opções/\ P_Liquidação}$

Onde:

$N_{ações}$ = número de ações a transferir

$P_{Liquidação}$ = preço de liquidação

$P_{Exercício}$ = preço de exercício das opções

$N_{Opções}$ = número de opções maduras exercidas pelo beneficiário

Nesta hipótese, não haverá desembolso de recursos pelo beneficiário para a subscrição ou compra de ações.

(ii) caso não haja referido saldo, a liquidação do preço de exercício ocorrerá de acordo com o disposto abaixo:

o beneficiário deverá efetuar o pagamento do preço de exercício dentro do prazo de 90 dias, prorrogáveis por decisão do Conselho de Administração, por 90 dias, contados do recebimento da comunicação de exercício.

Nenhuma opção será entregue ao beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

i) restrições à transferência das ações

Após o exercício das opções e efetivo recebimento das ações por parte do beneficiário, fica o Beneficiário impedido de alienar tais ações pelo período de 180 dias, definido como o período de "Lock-up".

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções possui vigência de 3 anos e, a qualquer tempo, o Plano de Opções poderá ser extinto ou modificado por decisão da Assembleia Geral de Acionistas. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às Companhias abertas, à legislação trabalhista ou aos efeitos fiscais do Plano de Opções poderá levar à sua revisão integral.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário, caso se desligue da Companhia ou de sua controlada, por iniciativa própria e/ou por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia perderá, a partir da data de desligamento, o direito de exercer as opções de compra dos prazos de maturidade remanescentes, independentemente do atingimento de metas.

O Beneficiário que for desligado em decorrência da prática de ato que configure justa causa para a rescisão de contratos de trabalhos, nos termos da legislação trabalhista, de qualquer ato em violação às normas legais ou infralegais, ao Estatuto Social da Companhia, Código de Conduta e demais normas internas da Companhia, ou ao Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações, perderá, a partir da data de desligamento, o direito de exercer as opções de compra, independentemente do atingimento do prazo de maturidade. O Conselho de Administração poderá estabelecer critérios para o exercício das opções nos casos cujo prazo de maturidade não tenha sido atingido nos casos: (i) em que o beneficiário tenha alcançado as respectivas metas; (ii) de falecimento, incapacidade ou aposentadoria.

<u>Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas</u>

a) termos e condições gerais

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano de Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas"), administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por comitê indicado pelo Conselho de Administração para tal fim.

b) data de aprovação e órgão responsável

Aprovado em 22 de dezembro de 2022 na 184ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

c) número máximo de ações abrangidas

O número total de ações a serem recebidas pelos beneficiários do Plano de Ações Restritas não poderá exceder o limite de 0,2% do capital social total da Companhia na data de sua aprovação, sem prejuízo do prazo máximo para celebração dos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas não prevê a entrega de opções.

e) condições de aquisição de ações

A outorga de Ações Restritas será realizada, necessariamente, mediante celebração de Contrato de Outorga de Ações Restritas, observado o programa aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de janeiro de 2023.

O Contrato de Outorga de Ações Restritas especificará, entre outros itens, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga, bem como os prazos, os termos e as condições de transferência das Ações Restritas pela Companhia aos beneficiários.

Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade das ações restritas ao respectivo beneficiário ocorrerá de modo fracionado, em partes iguais, observados os seguintes marcos temporais: 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027.

Caso o beneficiário seja membro do Conselho de Administração, uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade da totalidade das ações restritas se dará em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028, que correspondente ao período de 3 anos posteriores ao término do prazo de gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela 182ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de agosto de 2022).

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas prevê que, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contratos de Outorga de Ações Restritas, as ações restritas serão transferidas pela Companhia ao beneficiário sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas prevê que, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contratos de Outorga de Ações Restritas, as ações restritas serão transferidas pela Companhia ao beneficiário sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade das Ações Restritas ao respectivo Beneficiário ocorrerá de modo fracionado, em partes iguais, observados os seguintes marcos temporais: 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027. Caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração, a transferência de propriedade da totalidade das Ações Restritas se dará em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028.

h) forma de liquidação

Não aplicável, pois não haverá entrega de opções.

i) restrições à transferência das ações

Os direitos de recebimento das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas são pessoais e intransferíveis. Contudo, as ações ordinárias que forem transferidas ao beneficiário não terão período de restrição à negociação, além do que já é estabelecido pela legislação, regulamentações aplicáveis e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações Restritas permanecerá vigente até 30.04.2028, podendo ser extinto e/ou modificado a qualquer momento por decisão da Assembleia Geral de Acionistas. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, à legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações poderá levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento de ações, ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das ações restritas outorgadas a cada beneficiário.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário, caso se desligue da Companhia ou de sua controlada, por iniciativa própria, por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia, por conduta ético-profissional inadequada e/ou por infração a qualquer norma interna da Companhia, perderá, a partir da data de desligamento, o direito de recebimento das ações restritas dos marcos temporais remanescentes e, como consequência, a Companhia estará impossibilitada de lhe transferir a propriedade das ações restritas correspondentes.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N.º total de membros	N.A.	10,75
N.º de membros remunerados	N.A.	10,75
Preço médio ponderado de exercício:	N.A.	5,11 para o ano 3; 6,42 para ano 4; e 8,13 para o ano 5[1]
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	Para o Plano de Opções ao longo de pelo menos 5 anos, é possível outorgar até 25.313.506 opções, sendo o valor total do Plano estimado em R$165.832.959. Ficou aprovada, por enquanto, para a Diretoria Estatutária previsão de outorga de até 11.517.645 opções (início das outorgas a partir de abr/2023), sendo o valor total desta outorga em R$75.453.996. Portanto, para o período de abr/23 a mar/24, será apropriado 1/5 do valor, ou R$15.090.799.
(b) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A.	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	N.A.	1,1%

[1]Valor Justo das Opções em 5,11 para o ano 3; 6,42 para ano 4; e 8,13 para o ano 5.

Não houve remuneração baseadas em ações sob a forma de opções de compra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de opções de compras de ações – exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N.º total de membros	N.A.	10,75
N.º total de membros remunerados	N.A.	10,75
Data de outorga	N.A.	A partir de abr/23
Quantidade de opções outorgadas	N.A.	Para o Plano de Opções ao longo de, pelo menos, 5 anos, é possível outorgar até 25.313.506 opções, sendo o valor total do Plano em R$165.832.959,00. Ficou aprovada, por enquanto, para a Diretoria Estatutária previsão de outorga de até 11.517.645 opções (início das outorgas a partir de abr/2023), sendo o valor total desta outorga em R$75.453.996,00. Portanto, para o período de abr/23 a mar/24, será apropriado 1/5 do valor, ou R$15.090.799,00.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	No mínimo 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	120 (cento e vinte) dias contados do final do Prazo de Maturidade de cada Lote de Opções
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	180 (cento e oitenta) dias do respectivo recebimento de cada Ação
Valor justo das opções na data de outorga	N.A.	5,11 para o ano 3; 6,42 para ano 4; e 8,13 para o ano 5[1]
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N.A.	Valor total do Plano de Opções estimado em R$165.832.959 ao longo de pelo menos 5 anos. Ficou aprovada, por enquanto, para a Diretoria Estatutária valor estimado em R$75.453.996,00 ao longo de 5 anos.

[1] Valor Justo das Opções em 5,11 para o ano 3; 6,42 para ano 4; e 8,13 para o ano 5.

Não foram outorgadas opções de compra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Eletrobras não possuem opções em aberto com relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, uma vez que as outorgas no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações somente ocorrerão a partir de abril do exercício corrente (2023).

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Eletrobras não possuem opções exercidas nos últimos 3 exercícios, uma vez que as outorgas no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações somente ocorrerão a partir de abril do exercício corrente (2023).

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração Variável Anual (RVA) – "*Phantom Shares*"

Em 2020, houve pagamento pela primeira vez da Remuneração Variável Anual (RVA) na Eletrobras, referente ao exercício social de 2019, a qual foi realizada por meio de instrumento baseado em ações, no modelo conhecido como "*Phantom Shares*", sem a entrega de ações escriturais aos Diretores Estatutários. Dessa forma, não havia outorga de opções ou entrega de ações de emissão da Companhia, não resultando, portanto, em diluição aos acionistas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o montante pago aos diretores e ex-diretores a título de RVA foi de R$382.506,64.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o montante pago a diretores e ex-diretores no âmbito de tal modelo de Phantom Shares foi de R$756.459,43, e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R$382.939,69.

Para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023 há montante previsto para pagamento aos diretores no âmbito de tal modelo de Phantom Shares de até R$4.220.135,42.

Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

O programa de Remuneração Baseada em Ações Restritas foi aprovado pela da 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022), de modo que não houve a entrega de quaisquer ações restritas aos respectivos beneficiários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

A tabela abaixo contém a previsão do número de ações a serem entregues no exercício social corrente (2023).

Ações a serem entregues diretamente aos beneficiários Previsão para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração[1]	**Diretoria Estatutária**
N.º total de membros	9	10,75
N.º de membros remunerados	9	10,75
Diluição potencial em caso de entrega de todas as ações aos beneficiários[2]	0,2%	

[1] No caso do Conselho de Administração, a transferência ocorre apenas em 2028, e portanto, não há recebimento de valor em 2023, mas sim, a apropriação da despesa no período.
[2] Diluição máxima relativa ao total do capital social.

8.10. Em relação a cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente (2023) – Ações Restritas		
	Conselho de Administração[1]	**Diretoria Estatutária**
N.º total de membros	9	10,75
N.º de membros remunerados	9	10,75
Data de outorga	a partir de dez/22[2]	a partir de dez/22[2]
Quantidade de ações outorgadas	Até 725.905 ações (1ª e única transferência ocorrerá apenas em 30.04.2028)	Até 1.684.524 ações, sendo 5 transferências de 336.905 ações)
Prazo máximo para entrega das ações	30.04.2028	31.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	30.04.2028	31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027
Valor justo das ações na data da outorga	R$32,28 (cotação em 14.03.23)	R$32,28 (cotação em 14.03.23)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R$23.432.213 para total de ações outorgadas até 2028, sendo R$11.716.107 inserido no período de abr/23 a mar/24, que é o valor correspondente à metade do total de ações, visto que até o final do período desta AGO (março de 2024), faltará metade do tempo para cumprimento do mandato (abril de 2025) do Conselho.	R$54.376.435 para o total de ações outorgadas ao longo de 5 anos, sendo R$10.875.287 inserido no período de abr/23 a mar/24, referente à 2ª transferência.

[1] No caso do Conselho de Administração, conforme indicado nos campos "prazo máximo para entrega das ações" e "prazo de restrição à transferência das ações", a transferência da propriedade das ações ocorrerá somente em 2028 e apenas a outorga está prevista para ocorrer em 2023, de modo que não haverá recebimento de qualquer valor neste exercício.

[2] Apesar de possível a partir de dez/22, a previsão é que as outorgas aconteçam no final de março. A outorga de ações restritas está prevista para março, em data posterior à aprovação desta Proposta de Administração.

Não houve outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Eletrobras.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Eletrobras não possuem ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. modelo de precificação

Enquanto estatal, considerando o modelo praticado pela Companhia, as etapas para pagamento da RVA, que incluem precificação das "*Phantom Shares*", válidas para as parcelas diferidas seguem as seguintes etapas: calcula-se a cotação média da ação unitária da empresa considerando os últimos 60 pregões do exercício social anterior ao Programa de RVA, considerando a média das cotações das ações ordinárias e preferenciais, ponderada por meio do peso do capital; em seguida, divide-se o montante de RVA que cada dirigente terá direito pela cotação média da ação, para obter o número de ações de referência; posteriormente, o montante a ser pago para cada uma das parcelas diferidas entre o Ano +2 e Ano +5 será pago em espécie, calculado por meio do número de ações de referência correspondente, multiplicado pela cotação média da ação unitária da empresa considerando os últimos 60 pregões do exercício social referente ao ano da parcela diferida; adicionamos que que serão expurgados os valores discrepantes da amostra de 60 pregões, considerando 90% de confiança para a distribuição normal.

Com a empresa privatizada e a aprovação do novo modelo de remuneração, que possui remuneração baseada em opções de compra de ações e em ações restritas, o preço de exercício das opções foi estabelecido em, no mínimo, R$42,00, que diz respeito ao *pricing* da oferta pública de distribuição de ações para fins de consecução do processo de capitalização, conforme comunicado ao mercado em 10 de junho de 2022.

No que tange aos Planos de Ação, o Modelo de precificação utilizado foi um modelo de Black & Scholes, considerando as características gerais do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação de Black & Scholes, grosso modo, necessita de 6 principais premissas para estimar o valor das opções de compra outorgadas, saber: (i) preço da ação na data-base da outorga; (ii) preço de exercício; (iii) taxa livre de risco; (iv) volatilidade esperada para a ação; (v) expectativa de distribuição de dividendos; e (vi) prazo da outorga até o exercício.

O preço da ação foi definido com base no preço de fechamento da Eletrobras (ELET3) na data-base de 28.02.2023.

O preço de exercício foi definido considerando o valor mínimo de R$42,00 (que corresponde ao preço de referência utilizado no aumento de capital da Companhia), corrigido pelo IPCA acrescido de spread de 5% entre a data do aumento de capital da companhia e a data do exercício.

A volatilidade foi obtida considerando o desvio padrão anualizado dos retornos diários das ações da Eletrobras (ELET3) e de outras empresas de capital aberto que atuam no setor elétrico brasileiro.

Os prazos de vencimento foram estimados com base no prazo mínimo estabelecido pela Proposta de Aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações.

A taxa livre de risco foi estimada com base na curva referencial futura da DI x Pré da B3, que considera a estrutura a termo da taxa de juros.

Não foi considerada a distribuição de dividendos na precificação, uma vez que a proposta prevê que o preço de exercício será corrigido pelas distribuições de dividendos e JCSP que podem gerar impactos nos preços futuros da Eletrobras.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Considerando que a Eletrobras é uma empresa de capital aberto, com cotações diárias e que a janela de exercício é um período de apenas 4 meses, consideramos o preço de exercício como o preço de cotação das ações no primeiro dia imediatamente após o período de maturação ("*vesting period*") da ação.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada considerando o desvio padrão anualizado dos retornos diários das ações da Eletrobras e de outras empresas de capital aberto do setor elétrico brasileiro. As janelas temporais utilizadas nas leituras das volatilidades coincidem com os prazos em anos entre a outorga e a data de vencimento/exercício esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi considerada expectativa de pagamento de dividendos no modelo, uma vez que a Proposta de Aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações prevê que o preço de exercício será corrigido por eventuais distribuições de dividendos.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2022	Sociedade Emissora de Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade
Conselho de Administração	Companhia	Ações Preferenciais Classe B	4.364.579
Diretoria Executiva	Companhia	Ações Preferenciais Classe B	50.000
Diretoria Executiva	Companhia	Ações Ordinárias	20.000
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A
Total	-	-	4.434.579

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

Exercício Social encerrado em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Nº de membros	0,00	6,33	6,33
Nº de membros remunerados[1]	0,00	6,33	6,33
Nome do Plano	Fundação Eletrobras de Seguridade Social		
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não disponível	Não disponível
Condições para se aposentar antecipadamente	-	- Ter 60 (sessenta) meses de efetiva filiação como participante da Eletros; - Ter idade mínima de 50 (cinquenta) anos completos; - Ter sua relação de trabalho com o patrocinador rompida.	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R$ 2.120.569,29	R$ 2.120.569,29
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a 60ª parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R$ 758.520,23	R$ 758.520,23
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O cancelamento da inscrição do participante, quando comprovado o rompimento da relação de trabalho com o patrocinador, sempre que esse cancelamento ocorra antes de o mesmo estar em gozo de benefício de Renda Mensal oferecido pelo Plano, dará direito ao resgate, na forma de pagamento único ou parcelado por opção do participante, descontado o Imposto de Renda devido.	-

[1]Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário		
	31/12/22[4]	31/12/21[3]	31/12/20	31/12/22[4]	31/12/21[3]	31/12/20	31/12/22[4]	31/12/21[3]	31/12/20	31/12/22[4]	31/12/21[3]	31/12/20
Número total de membros	6,33	5,83	6,00	9,58	10,25	11,00	4,92	5,00	4,42	5,00	4,83	4,67
Número de membros remunerados[1]	6,33	5,83	6,00	7,00	7,42*	8,00*	4,92	5,00	4,42	5,00	4,83	4,67
Valor da maior remuneração (Reais)[2]	1.226.608,07[5]	1.027.824,23	1.080.385,71	65.284,32	65.284,32	78.341,16	75.859,76	65.284,32	78.341,16	391.706,16	391.706,16	470.047,44
Valor da menor remuneração (Reais)[2]	928.300,79	821.745,55	889.082,12	65.284,32	65.284,32	65.284,32	68.045,01	65.284,32	65.283,32	391.706,16	391.706,16	470.047,44
Valor médio da remuneração (Reais)[2]	1.277.250,94[6]	1.105.273,57	1.051.812,00	65.689,20	66.037,08	72.792,00	76.468,72	65.284,32	74.138,22	391.706,16	393.928,86	466.356,85

[1]Não foram contabilizados 3 conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário são remunerados somente pela participação no Comitê.

[2]Para fins de Remuneração, computou-se o somatório de todos os componentes remuneratórios, quando aplicáveis, dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: honorários, benefícios diretos e indiretos, encargos (INSS e FGTS), pós-emprego, cessação do cargo e remuneração variável.

[3]Valores para o exercício social de 2021 não consideram encargos sociais de responsabilidade da Eletrobras (INSS), conforme apresentado na 62ª AGO.

[4]Valores para o exercício social de 2022 não consideram INSS e FGTS, conforme aprovado na 62ª AGO,

[5]Para "Maior Remuneração" (R$1.226.608,07): Verifica-se o maior somatório dos valores remuneratórios pagos para determinado diretor em 2022, dentre o somatório para cada um dos diretores que perceberam valores remuneratórios em 2022. Ou seja, nenhum diretor individualmente recebeu mais do que R$ 1.277.250,94 em 2022. Em resumo, trata-se de maior remuneração para determinado diretor, ou seja, para um indivíduo.

[6]Para "Remuneração Média (R$ 1.277.250,94)": O somatório dos valores remuneratórios pagos a todos os diretores em 2022 (R$ 8.084.998,45) é dividido pelo número de diretores remunerados (6,33), sendo este calculado conforme metodologia do Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP, que corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. Em resumo, trata-se da média das posições de Diretoria, onde uma posição pode ter mais de um Diretor. É possível perceber que há bases diferentes para "maior remuneração" e "remuneração média" (uma que considera as posições de diretoria, e outra que considera individualmente cada diretor), o que, para o ano de 2022, implicou em situação de valor para "média remuneratória" (R$1.277.250,94) superior ao valor para "maior remuneração" (R$1.226.608,07).

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para cada um dos membros da Diretoria Estatutária passou a observar a aderência ao mercado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O valor de honorários distribuídos para os membros da diretoria estatutária é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o diretor-presidente em relação aos demais membros. O presidente era também membro do conselho de administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da diretoria estatutária não foi computada para efeito do cálculo da remuneração do conselho de administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração total são considerados exclusivamente na diretoria estatutária. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O valor de honorários distribuídos para os membros da diretoria estatutária é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o diretor-presidente em relação aos demais membros e oshonorários percebidos por 01 diretor empregado. O presidente era também membro do conselho de administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da diretoria estatutária não foi computada para efeito do cálculo da remuneração do conselho de administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração totalsão considerados exclusivamente na diretoria estatutária. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.

	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.

Conselho de Administração	
31/12/2022	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para o Conselho de Administração passou a observar a aderência ao mercado. O valor do Presidente do Conselho de Administração é distinto dos demais Conselheiros, os quais recebem idênticos patamares de remuneração, com exceção daquela específica por Participação em Comitês O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.
31/12/2021	O valor de honorários distribuído entre os membros do conselho de administração é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.
31/12/2020	O valor de honorários distribuído entre os membros do conselho de administração é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme

	disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário	
31/12/2022	O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.
31/12/2021	O valor de honorários distribuído entre os membros do conselho de fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.
31/12/2020	O valor de honorários distribuído entre os membros do conselho de fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2023-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Nos termos do art. 29, parágrafo primeiro e quarto, de seu estatuto social, a Eletrobras assegura aos integrantes e ex-integrantes da diretoria executiva, do conselho de administração e do Comitê de Auditoria a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, desde que não haja incompatibilidade com os interesses da Companhia.

A Eletrobras poderá manter, na forma e extensão definida pelo conselho de administração, observado, no que couber, o disposto em seu estatuto social, contrato de seguro permanente em favor dos integrantes e ex-integrantes da diretoria executiva, do conselho de administração e do Comitê de Auditoria, para resguardá-la de responsabilidade por atos ou fatos pelos quais eventualmente possam vir a ser demandados judicial ou administrativamente.

Adicionalmente, em setembro de 2022, a Eletrobras contratou, em observância à Resolução RES – 432/2022, de 14 de setembro de 2022, apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores ("D&O") tendo à Zurich Minas Brasil Seguros S.A. como seguradora líder, com o intuito de para dar cobertura à conselheiros, diretores e demais funcionários que tenham poder de representação junto a terceiros, até o limite máximo de indenização de R$ 250 milhões. O período de vigência da apólice é de 14 de setembro de 2022 a 14 de setembro de 2023. Pela contratação do seguro a Eletrobras pagou um prêmio equivalente a R$11 milhões.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020, todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal considerados partes relacionadas tinham relacionamento com a União, antiga controladora da Companhia. Tendo em vista a concretização do processo de privatização da Companhia em julho de 2022 e a consequente ausência de controlador desde então, este item 8.17 não é aplicável ao exercício corrente.

Remuneração detida por Partes Relacionadas – previsão para o Exercício Social corrente (2023)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
% da Remuneração total do órgão	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	9,58	6,33	4,92	5,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	2,80	1,73	4,42	0,00
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	459.824,38	8.084.998,45	376.226,10	1.985.732,60
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	182.252,07	722.292,28	224.506,58	0,0
% da Remuneração total do órgão	40%	9%	60%	0%

Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	10,25	5,83	5,00	4,83

Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4,25	0,75	2,17	-
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	489.995,11	6.443.744,91	326.421,60	1.902.676,40
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	247.536,37	317.935,23	143.625,48	-
% da Remuneração total do órgão	45%	4%	40%	0%

Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	11,00	6,00	4.42	4.67
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	3,00	0,00	2,42	-
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	582.336,02	6.310.871,99	327.690,95	2.177.886,47
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	195.852,96	-	171.008,63	-
% da Remuneração total do órgão	34%	0%	52%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais, e não há previsão para que haja no exercício social corrente (2023), pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras por qualquer razão que não a função que ocupam na Eletrobras. Toda a remuneração recebida na Eletrobras foi e continuará sendo em função apenas e tão somente do cargo ocupado na Eletrobras.

Classificação: Confidencial

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais, e não há previsão para que se verique no exercício social corrente (2023), parcelas da remuneração suportadas por controladas da Eletrobras, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido ou que possam ser atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, e não houve e não há previsão para que haja, em nenhum caso, tal hipótese de remuneração por controlada, controladores ou sociedades sob controle comum em função do exercício do cargo na Eletrobras. Qualquer remuneração recebida em outras empresas/órgãos foi e continuará sendo em função das atividades lá exercidas.

Adicionalmente, em relação à remuneração recebida em outras empresas e/ou órgãos, indicamos a seguir, em relação ao exercício corrente (2023) e aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as remunerações previstas (com relação a 2023) e recebidas (com relação aos demais exercícios) por Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras, reconhecidas no resultado das controladas da Eletrobras, dos controladores diretos ou indiretos da Eletrobras ou de sociedades sob controle comum, não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

De todo o modo, caso haja remuneração recebida em subsidiária/controlada, por indicação da Eletrobras ou no interesse desta, tais valores serão compensados da remuneração anual do administrador recebida na Companhia.

Exercício Social 2023				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	0	R$216.655,74	0	R$216.655,74
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2022

Classificação: Confidencial

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	R$663.995,81	N/A	R$663.995,81
Sociedade sob controle comum	R$196.794,00	R$376.037,56	N/A	R$572.831,56

Exercício Social 2021				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	R$987.594,27	R$43.328,40	R$1.030.922,67
Sociedade sob controle comum	R$124.392,00	R$285.957,12	R$47.605,44	R$457.954,44

Exercício Social 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	R$908.459,82	N/A	R$908.459,82
Sociedade sob controle comum	N/A	R$147.490,66	N/A	R$147.490,66

Classificação: Confidencial

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Considerando a operacionalização completa do novo modelo de remuneração aprovado na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2022), a proposta da Companhia para a Remuneração Global dos Administradores, dos Membros do Conselho Fiscal e dos Membros dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração, a ser deliberada na 63ª AGO (Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 14 de abril de 2023), para o período compreendido entre abril de 2023 a março de 2024, corresponde à tabela a seguir:

Previsão de Remuneração dos Administradores conforme prazo do mandato (Proposta 63ª AGO)					
(Período de abril de 2023 a março de 2024)					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**	**Total**
Número total de membros	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Número de membros remunerados	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	6.780.000,00	18.120.000,00	755.000,00	-	25.655.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	1.497.818,88	-	-	1.497.818,88
Participações em comitês	1.899.924,00	-	-	2.100.000,00	3.999.924,00
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	-	33.090.329,30	-	-	33.090.329,30
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	2.083.800,00	-	-	2.083.800,00
Cessação do cargo	-	-	-	-	0,00
Baseada em ações, incluindo opções [1]	11.716.106,70	28.473.439,08	-	-	40.189.545,78
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de	O número de membros corresponde à média anual do número de	O número de membros corresponde à média anual do número de	O número de membros corresponde à média anual do número de	-

Classificação: Confidencial

	membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	
Total da remuneração	**20.396.030,70**	**83.265.387,25**	**755.000,00**	**2.100.000,00**	**106.516.417,95**

[1]Com relação ao previsto para abril de 2023 a março de 2024, o campo "remuneração baseada em ações" considera **(i)** a 2ª transferência no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado na 184ª AGE; **(ii)** a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções, também aprovado na 184ª AGE; e **(iii)** o modelo de remuneração baseada em ações anteriormente em vigor, que será descontinuado em 2023, de "Phantom Shares". No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorrerá em 2023 e a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorrerá em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Adicionalmente, para fins de proporcionar uma base de comparação, apresentamos abaixo o montante da Remuneração Global dos Administradores, dos Membros do Conselho Fiscal e dos Membros dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração aprovado na 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022) para o período de abril de 2022 a março de 2023:

Remuneração dos Administradores conforme prazo do mandato (Aprovado na 184ª AGE)					
(Período de abril de 2022 a março de 2023)					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração**	**Total**
Número total de membros	9,17	7,33	4,92	5,33	26,75
Número de membros remunerados	7,42	7,33	4,92	5,33	25,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	2.377.437,44	7.483.005,22	489.198,60	1.501.559,51	11.851.200,78
Benefícios diretos e indiretos	-	1.077.262,29	-	-	1.077.262,29
Participações em comitês	500.000,00	-	-	525.000,00	1.025.000,00
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	-	3.023.167,72	-	-	3.023.167,72

Classificação: Confidencial

Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	1.582.879,30	-	-	1.582.879,30
Cessação do cargo	-	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções**	-	17.345.649,46	-	-	17.345.649,46
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP	-
Total da remuneração	**2.877.437,44**	**30.511.963,99**	**489.198,60**	**2.026.559,51**	**35.905.159,55**

* Considera que, até dez/22, dentre os 11 (onze) membros do Conselho de Administração, há 3 (três) Conselheiros com assentos no Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário que percebem o honorário específico referente ao Comitê, ao invés da remuneração de membro do Conselho de Administração.

** Por meio do novo modelo de Ações Restritas, e por meio do modelo anterior (que será descontinuado em 2023) de "Phantom Share".

Logo, a diferença entre os dois períodos diz respeito, em especial, àqueles eventos previstos na 184ª AGE e que serão implantados agora, fazendo com que o novo modelo de remuneração da Eletrobras privatizada possa funcionar em sua plenitude, conforme apontado abaixo:

- Aplicação dos patamares de remuneração fixa definidos na 184ª AGE para 12 meses (abr/23 a mar/24), em vez de 3 meses (jan/23 a mar/23);

- Aplicação dos patamares citados acima para 12 posições (em vez de 10 posições conforme calculado na 184ª AGE), dado que hoje há estágio mais avançado da nova estrutura organizacional e de gestão;

- Implantação do Programa de Bônus (ICP), o qual já havia sido mencionado na 184ª AGE que teria início a partir de abril de 2023;

- Implantação do Programa de Opções de Compra (ILP), o qual já havia sido mencionado na 184ª AGE que teria início a partir de abril de 2023; e

Classificação: Confidencial

- Implantação do Programa de Ações Restritas com a outorga respectiva em março de 2023, em linha com o Plano aprovado na 184ª AGE em dezembro de 2022.

Classificação: Confidencial